



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

JORGE AMADO CONSTITUINTE & LITERATO

PABLO DE LAS TORRES SPINELLI FONSECA

ORIENTAÇÃO

Prof^a Dr.^a Eli de Fátima Napoleão de Lima

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de concentração em Ciências Humanas e Sociais.

Rio de Janeiro
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

PABLO DE LAS TORRES SPINELLI FONSECA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade** no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Ciências Humanas e Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM _____

Dr^a Eli de Fátima Napoleão de Lima
Bacharel e Licenciada em História, IFCS/UFRJ, 1978;
Mestre em Desenvolvimento Agrícola, CPDA/UFRJ, 1987;
Doutora em Ciências Sociais, CPDA/UFRJ, 2002;
(Orientadora)

Dr. Raimundo Nonato dos Santos
Formado em Direito pela Universidade de Brasília (1967), pós-graduado em Planificação Urbano-regional pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Urbano-regionais (CIDU) da Universidade Católica do Chile (1972). Mestre em Ciências Políticas pela FLACSO, México (1978). Doutor em Ciência Política pela UNAM, México (1984).

Dr^a Isabel Idelzuite Lustosa da Costa
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), mestre (1991) e doutora (1997) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ);

Dedicado a todos aqueles que lutaram para que a luz ressurgisse em 1945 e 1985 nesse país.

À minha mãe Antonieta, minha leoa protetora, pelo que foi e pelo que é;

À minha filha Isabela, meu golfinho sorridente, pelo que é e pelo que será;

À Vanessa, minha borboleta fugidia, pelo que foi e pelo que poderia ter sido.

AGRADECIMENTOS

Geralmente, a curiosidade sobre o texto a ser lido, ou ainda, a escassez do tempo, ou ambos, impõem aos leitores de um trabalho acadêmico como este, a ultrapassagem ligeira das linhas de agradecimentos. Há claro, a hipótese de ser enfadonho e carente de sentido ler elogios e cumprimentos a nomes que lhe são desconhecidos e, como um Odorico Paraguassu, “acabar logo com os, entretanto e partir para os finalmente”. Caso se encaixe num desses casos, caro leitor, serei compreensivo e parcimonioso, e sugerimos que pule essa enorme seção. Agora, se for como este autor, um curioso em descobrir a rede de vínculos de quem escreve num espaço, como me disse outrora uma jovem historiadora, onde o “autor se humaniza”, peço a vossa gentileza para com essa minha humanização um tanto longa.

Quando elaborava mentalmente essa lista há cerca de um ano, cria em algo modestíssimo de poucas linhas. A vida, o tempo e uma memória mais eficiente me mostraram o quão estava equivocado. Ainda bem.

A praxe quase rotineira nos instrui a agradecer às agências fomentadoras de pesquisa quando presentes na elaboração da mesma. O que para muitos pode ser uma rotina asséptica e fria, para mim é deveras importante. Sem o apoio da bolsa de mestrado do CAPES na primeira metade de meu mestrado; sem a concessão da bolsa “ALUNO NOTA DEZ” da FAPERJ na outra metade e, sem o auxílio às pesquisas do NEAD/ACTIONAID, a sobrevivência dessas páginas e do seu signatário corria sério risco.

Agradeço ainda a acolhida nesses meses ao CPDA, instituição que não só permitiu meu amadurecimento como pesquisador como também reacendeu a velha chama da atividade política no meu peito quando na ocasião da representação estudantil, onde tive a honra de ser um dos seus colaboradores, e através de discussões no departamento e no colegiado, percebi a importância desta instituição na área de pesquisa e docência no ensino superior brasileiro. Como o CPDA é feito de mulheres e de homens, gostaria de elencar alguns para simbolizar o seu conjunto. Aos professores Maria José Carneiro e Raimundo dos Santos, minhas palavras agradecidas pela colaboração e audiência às minhas questões em suas disciplinas. À Teresa, Rita, José Carlos e Ílson, meu muito obrigado a todos os funcionários representados por estes citados. Aos meus colegas de turma que debateram os temas de pesquisa em Metodologia II e sugeriram caminhos e dividiram desafios, minha lembrança. Aqui eu destaco como discente minha querida colega e amiga Joana Felipa Vilão Dias, tradução do que há de melhor

em terras lusitanas – cordialidade, amabilidade e cooperação; seus cafés, seu peixe e sua amizade deram força para o caminhar desse trabalho.

Há que se fazer linhas especiais à minha orientadora, Professora Eli de Fátima Napoleão de Lima; misto de amiga e docente, sua simpatia acolhedora, seu afeto muito me deram segurança para a conclusão desse trabalho. Com a “Li” não há imposição, mas uma possibilidade de caminhos; não há o “tem que ser” e sim o “por que não...?”. Em um momento difícil seu apoio não foi necessário. Foi indispensável. Sua enorme confiança me ajudou no término da dissertação. Os pecados são meus. Divido com ela e como s que seguem abaixo, os acertos. Para você Eli, meu eterno cheiro e nunca um “bye”, mas sim, um “até logo”.

Parte dessa pesquisa seria inconclusa ou ao menos mais fria, caso não houvesse tido a oportunidade do encantamento propiciado pela escritora Zélia Gattai muito bem coadjuvada pela presteza e zelo de Paloma Amado. O que seria um breve encontro transformou-se em quatro horas de inesquecível leveza de conversa num apartamento onde meu objeto de pesquisa viveu, trabalhou, amou, e por onde passaram Neruda, Vinícius, Caymmis, entre outros. Agradecer o carinho e a simpatia notória da imortal escritora é pouco. Para essa senhora dona do baile tiro o meu chapéu de viagem.

Como escrevi acima, pensei que a lista seria diminuta. Muito me envaidece saber que esse número se agigantou quando pensei em quem me ajudou direta ou indiretamente nessa travessia. Não poderei me alongar muito, mas citá-los é imperioso. Esses são os amigos, bem maior de um homem.

Começo pelos meus amigos da Barra. A José Carlos Maia por ter sempre compreendido minhas dificuldades e limitações, dispondo a me ajudar com a sua competência e amizade. Meu agradecimento se estende por motivos semelhantes à Carmela, pelos revezamentos e preenchimento de lacunas; ao inestimável Pôncio, seu brilhantismo e suas piadas me fizeram muita falta no final desse trabalho, espero que possamos nos oxigenar em breve; para minha querida Marly Fortunato, amiga conselheira que consegue alternar com elegância palavras sensíveis com palavras duras quando necessário, sua inteligência foi invisivelmente sugada um pouquinho ao longo desses anos, confesso. Para Orjana, velha amiga de sala de aula do segundo grau até hoje, meu carinho. À juventude local, mesmo sabendo que estarei cometendo injustiças, formo uma seleção - Rodolfo, Marianas, Natália, Juliana, Diogo Pinheiro, Matheus, Roberta, Paula Dias, Bruna Bataglia, Ana Paula e Aline dell’Orto, futuras historiadoras – que representa todos os jovens que conheci e de quem me tornei um aprendiz. Não poderia deixar de mencionar meu estimado amigo Ulisses André, o paranaense mais carioca do Brasil,

companheiro de cafés e de discussões intermináveis que não levaram a lugar nenhum, apenas ao respeito mútuo e a uma bonita amizade. Torço para que nossos aparelhos digestivos possam agüentar litros de café no futuro diante de polêmicas acerca de Machado de Assis, governo democrático-popular, Paulo Freire, globalização e almas femininas.

Aos meus amigos de Copacabana, destaco o carinho de Sandra Faria e a solicitude diante de minhas ausências. Faço louvor também a outra juventude formando mais uma seleção para jogar contra aquela na Lagoa. Sei que novamente cometo injustiças, mas o doutorado servirá para redimi-las. A Gabriel, Jonas, Thiagos, Ricardo, Joyce, Carmen, Natália, Marina, Luiz Paulo, Natasha, Vanessa Magalhães e Luma, meu desejo de um futuro promissor. Dos representantes do “Biscoitão” fui sempre um eterno aluno.

Para Ronald e Marceu, meu agradecimento à atenção que me dispensaram quando tanto precisei.

Para Ludmilla Oliveira, Leo e Dona Luíza; grato pelo carinho dado a este animador de festas, dono de locadora, livreiro, que se sente hoje, parte da família.

Para Luciana Sequeira, depositária do meu mais sincero carinho e admiração, mesmo quando seu pragmatismo e praticidade conflitam com minha retórica barroca, isto serve apenas para ruir a tese de que os opostos não se atraem. Eles podem até se misturar. Meu muito obrigado.

Para Andrea Ferrassoli, que chegou ao final dos trabalhos e num momento muito complicado, meu honesto agradecimento ao seu afeto e que continuemos nossa recém-construída amizade.

Para Kátia Marinho, Dona Irene, Ricardinho, Gabi e Pepe, minhas desculpas em alugar o computador, o quarto e o dono da casa em finais de semana variados. Minha gratidão pela hospitalidade sempre generosa.

Para Ulisses Paiva, meu agradecimento à sua audiência respeitosa, homem de curiosidade ímpar, pôde me proporcionar momentos inesquecíveis na descoberta de Ilha Grande, um dos seus dois tesouros que descobri no caminhar da vida. Acima de tudo você terá minha amizade e meu respeito, tal qual sua mãe, Dona Terezinha, sempre mui respeitosa e prestimosa.

Para o meu tio-avô, Mário Machado Pedreira, essência maior da baianidade, pude através do nobre escritor travar contato pessoal com sua hospitalidade carinhosa e seu sorriso franco. Meu muito obrigado pela acolhida durante minha pesquisa local.

Para Vagner Gomes, saiba que uma vez camarada, sempre camarada. As trocas de informações sobre fontes em comum acerca de Jorge Amado e Nestor Duarte sempre foram de grande valia, tal qual sua amizade. À Renata Bastos, meu carinho e sincero obrigado pelo companheirismo na representação estudantil. Torço para que a relação democrática de Jorge com Caio Prado Jr. se reflita em nossas ações. Para Tânia Patrocínio, mulher de fibra que a todos conquista, como minha mãe e agora minha filha, tenho uma dívida enorme pelo apoio em momentos de minha ausência de casa para a conclusão dessa pesquisa.

Para Amanda Danelli, amada amiga que cria o paradoxo da amizade sempre presente de corpo ausente, acompanha há muito meus desafios desde que entrou na minha vida. Rogo para que não saias dela. Quando João do Rio escreveu sobre a alma encantadora das ruas, certamente ele a anteviu andando pelo centro da cidade.

Para Ricardo Marinho, parodio Caetano Veloso quando digo que és a mais perfeita tradução do sentido da amizade. Meu mestre conselheiro, o irmão mais velho que a vida me deu, és sabedor que seria impossível colocar o ponto final sem a mão que afagou e que apedrejou quando necessário. No momento das vinganças dos *siths* fomos para as catacumbas nos dedicarmos a esse estudo que pode culminar à crítica roedora dos ratos. Agradeço pela camaradagem e por me permitir em algumas vezes ser seu segundo violino. Retomando o jovem Ryan, espero ter feito por merecer.

Para Vanessa Paiva, apesar de lembranças do passado serem classificadas de enfastiantes, a anulação do mesmo pode ser confundida com ingratidão. Não posso esquecer do seu apoio desde o dia da minha prova virtual para o ingresso no mestrado. Assim como foi por quase toda a travessia, onde soube rejuvenescer e flutuar pela leveza da paixão e do amor. Sabes que tudo começou com um livro à época quase proibido de ser lido, “Dona Flor e Seus Dois Maridos” e se aprofundou quando ouviste furtivamente o telefone de Dona Zélia na Bienal. E assim continuou até dobrarmos esquinas diferentes e seguirmos caminhos autônomos. Hoje, a dureza da educação espartana dos sentimentos cede espaço para essas linhas eivadas de carinho e lealdade. Aconteça o que acontecer, tudo que recebeste foi “simplesmente amor”. Parte dele está aqui em homenagem a um casal que tanto admirávamos e nos inspirávamos, Jorge & Zélia. Esperemos pelo nosso tempo da delicadeza. Eis a minha esperança.

Para minha mãe, Antonieta, minhas desculpas pelas limitações de atenção por ter que dividir meu tempo em vários *fronts* de batalha. Mais do que ninguém, conviveu com minha angústia, indecisões, depressão, euforias, vitórias, derrotas, levezas, irritações, em especial, dos últimos meses. Foi, em virtude disso, o amortecedor de péssimos momentos para o mundo ao

ouvir grosserias e dúvidas, assim como foi muitas vezes, a incentivadora de compartilhar minhas alegrias para com todos. Nunca duvidou de mim, fiel depositária de um amor intenso e extenso, és minha maior credora de dívidas de gratidão. Cheguei até aqui pela sua luta de outrora, pela sua fé inabalável no filho mais velho, pelo seu amor. Espero não tê-la decepcionado. Sem você provavelmente não haveria mestrado algum. Um beijo no seu coração.

Minha filha Isabela, é para a tua geração que escrevi essas linhas. Para aprender e apreender um pouco das lutas de homens que não tinham distinções entre vidas pública e privada, que primavam pelo interesse público, por um mundo mais justo, mais humano, mais fraterno. Minha geração, ao que tudo indica, fracassou nesse propósito por ora. Tenho enorme esperança na realização da sua. Acaso eu escolha usá-la como referencial de esperança, não posso esquecer da sua meiguice, seu amor e de uma compreensão madura, mesmo diante de seus parcos sete anos, amiga, solidária diante de minhas limitações de tempo e de atenção. Creio que minha dívida com você é enorme, mas, algo me diz que no futuro próximo, caudatária de um espírito democrático, entenderás os porquês de tantos senões. Amo você demais. O som que mais gosto de ouvir e que me deu leveza para essas linhas foram as tuas risadas. E chega de escrever, pois a “dona Cosquinha” quer falar com você...

RESUMO

FONSECA, Pablo De Las Torres Spinelli. **Jorge Amado Constituinte e Literato**. 2005. 150 p
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências
Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Nosso trabalho tem como objetivo estudar a curta, mas importante experiência do escritor Jorge Amado como um dos realizadores da Carta Constitucional de 1946, pelo PCB, após a experiência da ditadura do Estado Novo no Brasil. Para dar conta de parte de sua intensa atividade empregamos esforços em dialogar com diversas áreas das Ciências Sociais, tais como a Sociologia, História, Ciência Política e a Crítica Literária, revelando traços do escritor, constituinte e intelectual ativo naquela sua conjuntura em defesa da democracia e da liberdade aqui e alhures.

Palavras-chave: Jorge Amado. Intelectual. Constituinte.

ABSTRACT

FONSECA, Pablo De Las Torres Spinelli. **Jorge Amado Constituent and man of letters.** 2005. 150p. Dissertation (Master Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Our work has as objective to study the shortness, but important experience of the writer Jorge Amado as one of the producers of the Constitution of 1946, for the PCB, after the experience of the dictatorship of the New State in Brazil. To give account of part of its intense activity we use efforts in dialoguing with diverse areas of Social Sciences, as Sociology, History, Science Critical Politics and the Literary one, disclosing traces of the writer, constituent and active intellectual in its conjuncture in defense of the democracy and the freedom now and always.

Key words: Jorge Amado. Intellectual. Constituent.

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
Resumo	9
Abstract	10
Biografia	13
1. As Fontes Constitutivas do Constituinte & Literato	17
“Sociologia Literária” & “Literatura Sociológica”: Diálogos do Pensamento Social Brasileiro com as Letras Amadianas em um mar nada morto.	
2. O Triângulo Amadiano:	
<i>Seara Vermelha</i> - Romance em Tempo de Constituinte	47
2.1 O Primeiro Vértice: Castro Alves e o Orvalho de Sangue	48
2.2 O Segundo Vértice: O Cavaleiro Prestes e a Questão Camponesa	57
2.3 O Terceiro Vértice: Engels e o Reino da Necessidade	61
3. O <i>New Deal</i> do Constituinte Jorge Amado - A Descoberta da América pelo Baiano Comunista	81
4. O Escritor de Longo Curso e os Intelectuais Pastores da Noite	
O Deputado Jorge Amado no 2º Congresso Brasileiro dos Escritores	99
Considerações Finais	122
Referências Bibliográficas	127

**Tu que emergirás da enchente
Na qual perecemos,
Lembra-te também
Quando falares de nossas fraquezas
Dos tempos negros
Dos quais escapastes
(...)**

**Nós, que queríamos preparar o terreno para a bondade
Não podíamos ser bondosos".**

BRECHT, Berthold. An Die Nachgeboren. *apud*. HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes - Uma vida no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2002

BIOGRAFIA

Jorge Leal Amado de Faria nasceu na fazenda Auricídia, em Ferradas, no município de Itabuna (BA) - embora conste no registro civil como nascido em Ilhéus (BA) -, no dia 10 de agosto de 1912, filho de João Amado de Faria, um dos desbravadores da região cacauzeira, e de Eulália Leal Amado. Sua família produziu uma série de escritores, entre os quais seu irmão, James Amado, e seus primos Genolino, Gildásio e Gílson Amado. Era também seu primo Gilberto Amado, jornalista, deputado federal por Sergipe de 1915 a 1917 e de 1921 a 1926, senador de 1927 a 1930 e embaixador do Brasil no Chile, de 1936 a 1937, e na Itália, de 1939 a 1942.

Com apenas um ano de idade Jorge Amado seguiu com a família para Ilhéus, onde passou a infância em meio a um ambiente de lutas pela posse da terra, que mais tarde viria a influenciá-lo na produção de algumas obras literárias. Recebendo em casa a instrução primária, aos dez anos passou a escrever no jornalzinho da cidade, *A Luneta*. Em 1923 ingressou como interno no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, de padres jesuítas, mas em 1926 fugiu e foi para a casa do avô, em Itaporanga (SE). Alguns meses depois retornou a Salvador para continuar os estudos, agora no Ginásio Ipiranga, onde foi contemporâneo de Adonias Filho e de Rômulo de Almeida.

Participou em seguida da Academia dos Rebeldes, movimento liderado por João Amaro Pinheiro Viegas em defesa de uma literatura brasileira com sentido universal e contrário à Semana de Arte Moderna, cujo espírito renovador, entretanto, aceitava. Em 1927 dirigiu a revista *A Pátria*, do Ginásio Ipiranga, e fundou com os irmãos Imbassay o jornal *A Folha*, de oposição à diretoria do grêmio literário da escola. Nesse mesmo ano fez sua estréia literária na revista *A Luva*, publicando em pequeno poema modernista, e iniciou sua carreira profissional como repórter no *Diário da Bahia*.

Ligado ao movimento modernista baiano, passou a colaborar em 1928 nas revistas *Samba*, *Meridiano* e *A Semana*.

No ano seguinte foi colaborador em *O Momento* e no suplemento literário de *O Jornal* - órgão vinculado à campanha da Aliança Liberal -, no qual lançou em co-autoria com Édison Carneiro e Osvaldo Dias Costa a novela em fascículos *Lenina*. Nesse período, colaborou ainda com o *Diário de Notícias*, *A Gazeta de Notícias* e o *Correio do Povo*.

Em 1930 mudou-se para o Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, e no ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde travou conhecimento com Otávio de Faria e Almir de Andrade.

Também em 1931, contando apenas 19 anos, publicou seu primeiro romance, *O país do carnaval*. Em 1932 escreveu seu segundo romance, *Rui Barbosa número dois*, que desistiu de publicar, e integrou-se à Juventude Comunista, setor do Partido Comunista Brasileiro - então Partido Comunista do Brasil (PCB) - voltado para o meio estudantil, tornando-se amigo de Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Ainda em 1932 retornou a Ilhéus, entrando de novo em contato com a realidade humana e social da região cacauzeira. Dessa sua experiência, aliada a leitura de autores estrangeiros expoentes da tendência literária conhecida como realismo socialista, resultou o polêmico romance *Cacau*, que foi publicado em 1933, mas teve a edição apreendida.

De volta ao Rio, tornou-se também em 1933, redator-chefe da revista *Rio Magazine*. No ano seguinte foi eleito membro do comitê dirigente da Juventude Comunista e começou a trabalhar na Editora José Olímpio. Em 1935 concluiu o curso universitário, mas jamais chegaria a exercer a advocacia. Filiado à Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi redator de *A Manhã*, um dos principais órgãos de divulgação do programa e das atividades daquela organização. Fundada oficialmente em 12 de março de 1935, a ANL constituiu uma frente ampla de composição variada contra o fascismo, o latifúndio, o imperialismo e a miséria, congregando elementos dos mais diferentes escalões sociais, desde operários até militares.

Participou também do corpo editorial da revista *Movimento*, editada pelo Centro de Cultura Moderna, que, juntamente com a Liga de Defesa da Cultura Popular e a União Feminina do Brasil, teve sua criação inspirada na ANL.

De modo geral, as publicações de interesse cultural ligadas àquela organização reproduziam artigos publicados pela imprensa antifascista européia. A ANL foi posta na ilegalidade em julho de 1935, mas continuou funcionando principalmente pela ação dos comunistas liderados por Luís Carlos Prestes. Após a tentativa de insurreição, em novembro de 1935, prontamente derrotada pelas forças governistas, Jorge Amado foi acusado de subversão na onda repressiva que se seguiu. Durante quase todo o ano de 1937 viajou pelo México onde proferiu conferências sobre literatura brasileira e política e pelos Estados Unidos.

Regressou ao Brasil em 2 de novembro, e logo em seguida recebeu a comunicação de que seu romance *Capitães de areia*, que acabara de ser lançado, fora apreendido em todo o país e queimado.

No dia 6 de novembro foi preso em Manaus e enviado para o Rio de Janeiro, onde, após ter sido submetido a interrogatórios, foi posto em liberdade.

A partir de 10 de novembro de 1937, quando foi instaurado o Estado Novo, e até 1943, seus livros já editados seriam retirados de circulação. De 1938 a 1939 foi redator-chefe de *Dom Casmurro* e neste último ano passou a trabalhar na revista *Diretrizes*, que em 1940 começou a publicar em capítulos a biografia de sua autoria *ABC de Castro Alves*. A publicação foi suspensa por ordem da polícia no terceiro número. Depois de seguidas prisões, viajou novamente para o exterior e viveu de 1941 a 1942 no Uruguai e na Argentina, onde escreveu a biografia de Luís Carlos Prestes, *O cavaleiro da esperança*, publicada neste último ano. Posteriormente morou na França e em seguida na União Soviética. Ao voltar ao Brasil foi detido e, em outubro de 1943, após três meses de prisão, obteve liberdade, condicionada, todavia, pela obrigatoriedade de permanecer na Bahia. Ainda em 1943 tornou-se cronista do "*Diário da Guerra*" em *O Imparcial*.

Mesmo durante o Estado Novo, visitou comunistas presos na Ilha Grande e entrevistou-se com Prestes na prisão no primeiro dia do rompimento de sua incomunicabilidade.

Em 1945 foi delegado da Bahia e um dos vice-presidentes do I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores. Esse congresso, realizado em São Paulo de 22 a 27 de janeiro, reuniu expressivo número de intelectuais de diversas tendências políticas e emitiu declaração em favor da democracia e das liberdades públicas, numa contundente tomada de posição contra o Estado Novo. Nessa ocasião Jorge Amado transferiu-se para São Paulo, onde passou a dirigir o diário *Hoje*, ao lado de Clóvis Graciano e Caio Prado Júnior.

Com a desagregação do Estado Novo e a legalização do PCB, foi eleito nessa legenda, no pleito de dezembro de 1945, deputado por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte.

Assumiu o mandato em fevereiro de 1946 e assinou, juntamente com Prestes e os demais constituintes comunistas, os 15 pontos apresentados pelo PCB à Constituinte dentro de seu Programa Mínimo de União Nacional.

Esse programa defendia, entre outros pontos, a proteção aos pequenos fazendeiros e industriais, a autonomia dos municípios e do Distrito Federal, a unificação da Justiça e a ampliação do direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros, e se opunha ao trabalho do menor e ao estabelecimento do estado de sítio preventivo, aceitando-o apenas "*em caso de agressão estrangeira*".

Nesse período foi ainda membro da Comissão de Indicações. Com a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário, participando como membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Em maio de 1947 o PCB foi colocado na ilegalidade. Em decorrência dessa medida, assim como os demais parlamentares comunistas, Jorge Amado tiveram seu mandato cassado em janeiro de 1948. Nesse mesmo ano exilou-se mais uma vez, fixando residência em Paris e depois em Praga, na Tchecoslováquia. Em 1952 retornou ao Brasil.

Acreditamos que nossa apresentação acima do tema *Jorge Amado Constituinte & Literato*, ao se realçar trajetórias ainda desconhecidas de sua vida e obra, com tudo que a literatura produzida por ele oferece ao espaço do trabalhador rural e suas mazelas, encontramos também nela sua justificativa.

1. As Fontes Constitutivas do Constituinte & Literato

“Sociologia Literária” & “Literatura Sociológica”: Diálogos do Pensamento Social Brasileiro com as Letras Amadianas

Existe um consenso dentro da crítica literária que aponta a década de 1920 como a inaugural na intelectualidade brasileira na busca de uma superação do que poder-se-ia chamar de “literatura de importação”, onde modelos europeus eram trazidos para os trópicos para ilustrar um país sem vínculos com a sua realidade. Nos primeiros passos desta década há uma revitalização da literatura brasileira, onde esse novo romance atendia aos anseios e perspectivas de uma classe social burguesa presente no litoral, desejosa de sua *deseuropeização* a partir da seleção de temas e cenários não só novos, mas condizentes com o processo de modernização e urbanização em curso nas grandes cidades, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Será esse o mote para a realização da Semana de Arte Moderna na capital paulistana, dando início ao nosso “modernismo” que ganhará novas fronteiras pelo país e, a partir destas, novos matizes e interpretações do Brasil.¹

Como aponta Roger Bastide², em Recife, há a partir da fundação do Movimento *Região e Tradição*, com a presença de Gilberto Freyre e o seu *Manifesto Regionalista*, uma agitação estética e crítica que é diversa do modernismo paulista e tem em seu conteúdo elementos contrários a este, como na sua defesa de estar menos perene à imigração e mais próximo da “brasilidade”, não opondo os conceitos de nação e região, ao contrário, quanto mais regional, mais nacional.³ Para Bastide esse movimento é descendente do paulista quando arraiga a literatura na terra, no sertão; e sua distância daquele, pontualizada pelo coqueteamento com influências estrangeiras como as oriundas, por exemplo, do expressionismo alemão e do futurismo italiano de Marinetti.

Nessa corrente nova haveria uma possibilidade de reatamento com a tradição patriarcal de cordialidade ao contrário das tensões sociais da nascente industrialização. Pode-se supor que, interpretando a experiência do *carisma* em Weber, Gilberto Freyre irá tentar extrair vantagens

¹ Cf. BOSI, Alfredo. (1985), *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix; CANDIDO, Antonio. (1984), “A Revolução de 30 e a cultura”. Em *Novos Estudos*, N.º 4, São Paulo, CEBRAP; COUTINHO, Afrânio (org.). (1970), *A literatura no Brasil*. Vol. V. Rio de Janeiro.

² Cf. BASTIDE, Roger. (1971), “Sobre o romancista Jorge Amado”. Em *Jorge Amado Povo e Terra 40 anos de literatura*. São Paulo: Editora Martins.

³ Cf. GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. (2003), *O Brasil best seller de Jorge Amado*. São Paulo: Editora Senac.

do paternalismo na direção de uma amplitude de ações positivas a partir de ações vinculadas à caridade patriarcal.⁴

Nas palavras do próprio Gilberto Freyre, no prefácio de *Região e Tradição*, quando no seu retorno ao país em 1923, após a conclusão do seu mestrado nos EUA, e no início de sua carreira na atividade jornalística, percebeu que o movimento modernista do eixo Rio de Janeiro - São Paulo era “*inimigo de toda a espécie de tradicionalismo e de toda a forma de regionalismo*” e que ele, Gilberto Freyre, teria angariado a oposição de modernistas ortodoxos de um “*evangelismo paulino*”.⁵

A disposição intelectual de Gilberto Freyre à época, em Recife, era a produção de

*artigos a favor da cozinha tradicional brasileira e das cozinhas regionais do país; a favor não da simples conservação mas do aproveitamento, pelos arquitetos mais jovens, dos valores da arquitetura tradicional e também dos estilos tradicionais de jardins e de parques á portuguesa, já acomodados á natureza e á vida brasileira; a favor dos estudos de historia social e até intima, nos arquivos públicos, de conventos, de irmandades e de família; a favor dos assuntos negros, ameríndios, populares, regionais, folclóricos, provincianos e mesmo suburbanos como os melhores assuntos para os novos pintores, músicos, romancistas, pesquisadores e fotógrafos*⁶

e, ao contrário da crítica de Mário de Andrade aos regionalistas, onde, apontava, que os limites geográficos de seu ideário e de sua literatura incorreria num possível desinteresse de se formar uma síntese nacional.⁷

Gilberto Freyre afirma

que os três anos que se sucederam aquele regresso foram também os de sua fase de reaproximação mais intensa - em certo momento, quase mística - das tradições católicas e hispânicas do Brasil em geral, e de Pernambuco em particular. Reaproximação que sendo uma das bases do seu "tradicionalismo" e do seu "regionalismo" - do de ontem como do de hoje - não o impediu nunca - nem naqueles dias, nem nos mais recentes - de ser também um universalista, a quem o gosto pelo catolicismo não impôs, em momento nenhum,

⁴ Cf. MARINHO, Ricardo. (2002), *Gilberto Freyre Político*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro.

⁵ “*Dentro de tal espírito "modernista", a maior parte das atividades do autor foram condenadas ou desprezadas: era um individuo sem a visão do "Todo Universal", pensavam uns; um passadista que não enxergava a necessidade de desprezar as "obras sepulcrais dos clássicos", sentenciavam outros*”. Em FREYRE, Gilberto. (1941), *Região e Tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, (Documentos Brasileiros, 29).

⁶ Cf. FREYRE, Gilberto. (1941), *Região e Tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, (Documentos Brasileiros, 29). p.30.

⁷ Cf. GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. (2003), *O Brasil best seller de Jorge Amado*. São Paulo: Editora Senac.

*limites de seita religiosa ou de estreito sistema moral; nem o lusismo, ou antes, o hispanismo, fronteiras de mística etnocêntrica ou de política de raça. Nem de exclusividade de cultura.*⁸

Retornando a Roger Bastide, haveria nesse movimento regionalista pernambucano uma “*influência de Émile Zola e seu romance experimental*”, a elaboração possível de um documento tão científico e exato, ou talvez mais, quanto o que poderia ser apresentado por um especialista em ciências sociais interessado nos mesmos problemas.

Essa inspiração da busca do que há de regional e tradicional através de distintas metodologias tinham como fins não somente a preservação da memória como também, a partir dela, iniciar-se uma auto-reforma diversa do modelo de modernização desencadeada em São Paulo, como relembra Gilberto Freyre

*pela extensão do critério de história ao folclore, á história do povo, do escravo, do negro, do índio, do mestiço, da mulher, do menino, do parente pobre, os "renovadores" do Nordeste contribuíram desde 1923, dentro dos seus limites de provincianos, para a renovação de métodos de estudo, de análise e de interpretação da vida e do passado do Brasil; para o esforço - hoje tão livre, mas há quinze anos ainda pouco, dentre das muitas dificuldades - de criação literária e artística com material regional, tradicional, quotidiano, familiar, que encerrasse o mesmo tempo valores universais.*⁹

Outro ponto de atrito e não dispensável entre essas duas “escolas” está em Ilana Goldstein ao lembrar que um dos expoentes paulistas, Mário de Andrade, trouxe para si e para o seu movimento um distanciamento discutível quando fez sua caracterização do povo nordestino após incursões etnográficas.

*Influenciado pela teoria - hoje ultrapassada - de Levy-Bruhl, acerca da mentalidade pré-lógica dos primitivos, situou os nordestinos a meio caminho entre o primitivo e o civilizado, razão pela qual apresentariam imensa dificuldade crítica. Tendo uma participação pura e simples no cosmos, o contato com a civilização e o progresso lhes teria tirado o fundamento da ação, e o povo nordestino repetiria os gestos mecanicamente.*¹⁰

Um ponto fundamental para esse debate é a afinidade eletiva que Gilberto Freyre estipulou entre esses “renovadores” do Nordeste - e atente-se aqui que ele sai da esfera restrita

⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. (1941), *Região e Tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, (Documentos Brasileiros, 29). p.31

⁹ Idem. p.35

¹⁰ Cf. GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. (2003), *O Brasil best seller de Jorge Amado*. São Paulo: Editora Senac. p.102.

de Recife e, logicamente, de Pernambuco - com os intelectuais russos do século XIX conhecidos posteriormente como “eslavófilos”. Esses intelectuais russos, disseminados nas mais diferentes áreas de conhecimento e arte, tinham seu ambiente nas províncias - tal qual o Nordeste de sua época - clamando contra a excessiva europeização em seus territórios. Os intelectuais nordestinos, como na Rússia,

*clamaram - e clamam ainda - contra a excessiva europeização ou ianquiização do traje popular regional, da casa regional e tradicional, do jardim, do móvel e da culinária luso-brasileira, com sua riqueza de cor tropical e oriental, com suas reminiscências de arte indígena, da africana, da moura, da indiana, da chinesa e japonesa, já assimiladas pelo gênio de assimilação do exótico do colonizador português.*¹¹

Sobre o tema da intelectualidade russa do século XIX, um dos temas caros na história do pensamento social brasileiro - e que não era exclusivo aquele cenário - é a disjuntiva entre o *Ocidente* e o *Oriente*; o pensar a Rússia a partir do processo de modernização em curso no mundo capitalista ocidental. Uma contribuição instigante é a de Luiz Werneck Vianna quando trata dessa polêmica como uma problemática da política desde Maquiavel, perpassando por Montesquieu, Marx, Weber, Lênin e Gramsci.¹² Em Maquiavel, por exemplo, a sua análise sobre a articulação entre sociedade civil e Estado define-se em duas chaves explicativas: o Oriente com um Estado robusto de alto grau de distanciamento político entre a sociedade civil e as instituições do Estado, permissivo a uma hegemonia do tipo militarista; enquanto que no Ocidente haveria uma adesão da sociedade às instituições do Estado que poderiam virar trincheiras de resistência a essa dominação despótica.

Essa reflexão teve rendimento com Gramsci a partir do conceito de hegemonia de Lênin. No Ocidente, a “*coerção couraçada de consenso*” acabaria por revestir

*a sociedade civil de um tal conjunto de trincheiras protetoras que, na emergência de um colapso do Estado, lhe garantia a preservação de sua reprodução tradicional diante de uma tentativa de mudança sócio-política súbita provocada por uma ação predominantemente militar.*¹³

E nos termos da política, o que resultaria aquele Oriente?

¹¹ Cf. FREYRE, Gilberto. (1941), *Região e Tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, (Documentos Brasileiros, 29). p.38.

¹² Cf. VIANNA, Luiz Werneck. (1989), “Questão Nacional e Democracia: o Ocidente incompleto do PCB”. Em *A Transição - Da Constituinte e à Sucessão Presidencial*. Série Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan.

¹³ Idem. p.122.

Uma região que foi exposta à modernização num elevado índice de subordinação tem, paradoxalmente, uma possibilidade do “atraso” se tornar em vantagem quando “*conduzida a modernização por meio de uma coalizão nacional-popular*”.¹⁴ A modernização tira a nitidez da especificidade oriental e pode criar uma recusa ao capitalismo quando tem como protagonista “*as classes pretéritas*” - o campesinato, pequena nobreza - associadas com os novos setores advindos da modernização. Desvinculado da tensão posta pelo jacobinismo russo no conceito do tempo, onde deveria se aproveitá-lo antes do canto de cisne do capitalismo naquela sociedade, Lênin articula o tema da revolução a partir da convocação do campesinato e dos elementos semiproletários pelo operariado russo, pois, no contrário, vicejaria a “*via prussiana*” de modernização, resultado de um possível acordo do czarismo com os vacilantes setores da burguesia russa, gerando mais coerção extra-econômica, autoritarismo e deserção da massa camponesa, um quadro bem diverso do modelo analítico das revoluções democráticas de Barrington Moore Jr¹⁵.

Em confronto a essa forma autoritária de modernização, Lênin compreende que a possibilidade da “*via americana*” de modernização, seria uma solução democrática sob a hegemonia operária, onde, para tal, é primordial a conquista da democracia política com uma burguesia comprometida com tal ordenamento e daí há o pressuposto da existência da direção e a “*ação de um partido que se põe a dominar o tempo com arte*”¹⁶.

O tema aparece sugerido em Gramsci de forma que o transformismo poderia se constituir nas vantagens do moderno sobre os estratos atrasados, daí seu estudo sobre o fenômeno do fordismo. Já as vantagens do atraso não podem ser vistas aqui como aquelas vinculadas ao populismo russo dos Oitocentos - sem querermos desmerecer a importância e a envergadura de um debate teórico sobre o seu olhar - nem com as teorias da marginalidade da segunda metade do século XX; mas sim

um contexto de modernização, em que o avanço da ordem burguesa já tenha desorganizado as formas tradicionais de legitimação, mas ainda é incapaz de substituí-las por novas, e diante de um ator que se credencie,

¹⁴ Idem. p.123.

¹⁵ Cf. MOORE Jr., Barrington. (1983). *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.

¹⁶ Cf. LENINE, V. I. (1979), *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática Russa*. Em *Obras Escolhidas*, Vol. 1, São Paulo, Alfa-Ômega. p.308.

*em nome da modernidade, à representação geral dos senhores emergentes das classes subalternas e à direção política das classes pretéritas que vivam a modernização como perda social e moral*¹⁷.

A partir do debate que Gilberto Freyre estabeleceu com o modernismo paulista, podemos fazer qual tipo de analogia com o que chamamos de “vantagens do moderno” e “vantagens do atraso”?

Em junho de 1946, a poucos meses do encerramento dos trabalhos da Assembléia Constituinte, o parlamentar amigo e colega de Constituinte de Jorge Amado, Gilberto Freyre, participou de uma conferência promovida pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. O título dessa conferência foi “*Modernidade e Modernismo na arte política*”¹⁸. Ao contrário do que pode parecer pelas referências tomadas de empréstimo desse autor, o que temos aqui, em outra conjuntura, é uma analogia feita por Gilberto Freyre entre paulistas e pernambucanos. Tal analogia foi escorada pela História e pela importância de nomes do cenário político brasileiro pertencentes aos dois estados. Após uma longa digressão contra o aparato coercitivo estadonovista que o colocou na prisão em várias conjunturas, censurava seus artigos no Brasil e até no exílio argentino em periódicos e a culminância dessa repressão numa prisão domiciliar nos subúrbios de Recife; Gilberto Freyre pontua que as características análogas de pernambucanos e paulistas seriam a busca da inovação, a propensão ao modernismo político, “*os brasileiros de espírito mais constantemente moderno e às vezes mais exageradamente modernista*”¹⁹.

Na História isso se exemplificaria com a Guerra dos Mascates de 1710, com o projeto separatista de 1817, a Confederação do Equador de 1824 - todas ligadas à Pernambuco - e as vinculadas a São Paulo como o bandeirismo, a experiência da Regência do Padre Diogo Antonio Feijó, híbrido do modernismo com o catolicismo, a Semana de Arte Moderna de 1922.

Essas idéias de caráter inovador e modernista estariam presentes na “Escola de Recife”, no pensamento abolicionista e auto-reformador de Joaquim Nabuco, exemplo de modernismo na arte política nos dizeres do conferencista, no pensamento republicano antecipador dos paulistas que culminaram na Semana Modernista, idéias que caracterizariam estes como *os*

¹⁷ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. (1989), “Questão Nacional e Democracia: o Ocidente incompleto do PCB”. Em *A Transição - Da Constituinte e à Sucessão Presidencial*. Série Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan. p.126.

¹⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. (1965) [1946], “Modernidade e Modernismo na Arte Política”. Em *6 Conferências em Busca de um Autor*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

¹⁹ Idem. p.132.

*brasileiros de espírito mais constantemente moderno e às vezes mais exageradamente modernista*²⁰.

Mas aqui abre-se uma colocação importante do autor de *Casa-Grande & Senzala*. Se é verdadeiro dizer que há um espírito inquietante e modernista a esses dois tipos de brasileiros, também o é quando se afirma que os excessos cometidos por arroubos intelectuais, políticos e/ou estéticos de pernambucanos e paulistas seriam dosados pela moderação, tradição, espírito de rotina e permanência que resultaria na revolução passiva à brasileira, exemplarmente demonstrados pela postura tipicamente afeita a *baianos* e *mineiros*. Pois o traço fundamental que marca a fronteira destes diante daqueles constituir-se-ia em que baianos e mineiros

*são os maiores mestres de arte política em nosso país justamente por ser a arte política, entre todas as artes, aquela que mais se aprimora pela doçura na conciliação dos extremos: doçura tão do temperamento dos baianos quanto da índole dos mineiros. Eles, baianos e mineiros, são os maiores e os mais antigos mestres dessa arte no Brasil; nós, paulistas e pernambucanos, somos com os homens do Rio Grande do Sul e de outras áreas, eternos aprendizes dessa arte*²¹.

A qualificação de paulistas e pernambucanos como aprendizes da arte da política tão bem conduzida, a seu ver, por baianos e mineiros não exclui a possibilidade de exercício político por parte dos “aprendizes”, que, inclusive por serem como tais, teriam maior inclinação a um espírito mais desgarrado de fazer política que os “mestres” que podem inclusive, ser influenciados por estes, cujo experimentalismo pode dar novos ares ao seu tradicionalismo e *“feito isto, teremos caminhado para a mais saudável das compensações: aquela que se obtém pela interpenetração de antagonismos ou pela reciprocidade de influências, sempre tão útil na parte política”*²².

Eis um aspecto do que podemos interpretar em Gilberto Freyre do que seria uma das “vantagens do moderno”. Essa conciliação dos opostos não seria estranha aos “mestres” brasileiros da arte da política posto que, tal qual os ingleses, essa acomodação dos opostos traria como resultado de valoração positiva uma sociedade privilegiada onde teria como mestres prudentes os baianos e mineiros e, como aprendizes arrojados, os modernistas paulistas e pernambucanos.

²⁰ Idem.

²¹ Idem. p.37.

²² Idem. p.39.

Há que se ter nitidez sobre dois aspectos importantes. Primeiro: que Gilberto Freyre nessa conferência não defende uma renúncia de paulistas e pernambucanos à arte da política, pois há, como se afirmou acima, um diálogo permanente e dialético entre mestres e discípulos, como inclusive é exemplificado com a importância política de José Bonifácio e Alexandre de Gusmão, porém, mesmo como mestres reconhecidos, carregariam dentro de si um “eterno aprendiz”. Segundo: que da mesma forma como vimos acima as nuances e polêmicas entre os modernismos paulista e pernambucano, pode-se subentender que há diferentes formas de entender essa arte da condução da política de baianos e mineiros. Estes últimos têm a sua ligação com o Estado pelo viés burocrático, utilizando aqui o conceito weberiano, marcado historicamente pelo intenso aparato metropolitano instalado durante o período minerador que acaba por não só amealhar os mineiros no aparato estatal, como também propicia a rotinização do poder burocrático. Não seriam muito diferentes os baianos, cuja capital colonial pertenceu à Província da Bahia até o século XVIII. Mas, ao contrário das Minas Gerais dos Setecentos, a Bahia, desde antes, gozava de uma decadência na sua esfera econômica onde a coerção extra-econômica não é só útil como vital para a sua sobrevivência, daí o surgimento de personalidades do mundo da política irromperem pela sua personalidade em busca do poder pelo seu *carisma*.

Curiosamente temos nessa conferência o retorno da reflexão de Gilberto Freyre sobre o movimento modernista paulista, onde ele aponta que o caráter inovador e anti-acadêmico daquela iniciativa em 1922 culminou em uma formação de uma seita ortodoxa que influenciou não apenas discípulos como também alguns dos seus pais fundadores.

O caminho para sair do dogmatismo de seita estaria no exemplo, segundo o sociólogo, de Oswald de Andrade num momento de maior maturidade e - ainda nas palavras do conferencista - de lucidez ao exercer posteriormente uma autocrítica onde sua escrita deixou de ser “sectariamente anti-gramatical”, abolindo o que Gilberto Freyre chamou de “sinais maçônicos” em relação ao experimentalismo literário modernista ainda vigente. Sua grandeza estaria em conservar do modernismo de 1922

o que havia de revolucionariamente e permanentemente moderno no movimento, do mesmo modo que um grupo de homens, hoje já de meia-idade e alguns até de idade avançada, chamados "tenentes", conserva na política brasileira o sentido revolucionariamente e permanentemente moderno do tenentismo de 22, de 24, de 30, seu sentido ético e político de ação renovadora. É o que se salva dos ismos quando os ismos encontram Oswalds de Andrade e Juracis Magalhães que os salvem: seu sentido de modernidade que é também um sentido de

*continuidade criadora*²³.

Para fechar esse debate, Gilberto Freyre propõe uma distinção entre o *modernismo* e o *moderno* que serviu para a titulação da conferência.

Para traçar essa linha fronteiriça o conferencista lançou mão de uma análise sobre a arte plástica e a arte política - que, como vimos acima, foi de importante distinção entre de um lado, baianos e mineiros, e de outro, paulistas e pernambucanos -, trazendo para outra analogia dois momentos importantes de cada arte: **o cubismo e o marxismo**. Esse argumento é interessante porque faz surgir mais um sendero onde podemos trabalhar a política - e em específico, a que advém da prática marxista - e as artes. Gilberto Freyre convocou para esse arguto diálogo nada menos que Karl Marx e Pablo Picasso. Em ambos os movimentos haveria um caráter disruptivo da ordem estabelecida nos seus campos, as ciências sociais (englobando aí a Filosofia da História, a análise econômica do capitalismo, a concepção dialética e materialista) e as artes plásticas européias. Ambos se apresentaram como científicos, como anti-românticos - e nesse ponto Gilberto Freyre discorda dessa conceituação usual por ver em Marx e em Picasso um caráter mais poético e romântico do que científico ou matemático, onde ambos, a seus respectivos modos, trariam dentro de si a incorporação de várias origens, tendências, perspectivas de mundo, como no pintor espanhol, do mourisco, do universal romano em Pablo Picasso, e a escatologia e a herança profética hebraica envernizada pelo rigor científico em Marx -, "*qualidades que dariam àquele esquema semi-científico o poder de atrair o apoio dos deprimidos e dos desesperados dentre os homens da massa*"²⁴.

O que daria vitalidade a esses dois homens e suas obras, mesmo que dentro dos padrões científicos por eles estipulados, seria a recusa de permanecerem fechados em seus próprios sistemas modernistas. Isso permitiu a eles uma revitalização permanentemente deixando-os **modernos**.

Se os seus sistemas sucumbem diante do tempo, diz Gilberto Freyre, é impossível acreditar que o anticubismo e o antimarxismo tenham a capacidade de exercer uma tarefa hercúlea: esmagarem as diretivas dos sistemas desses homens a ponto de reduzirem-se a pó. O tempo favorece esses homens; Picasso e Marx dificilmente fenecem com o tempo.

²³ Idem. p.40, grifos nossos.

²⁴ Idem.

Gilberto Freyre avança no seu paralelo fazendo colocações contrárias a conceitos fechados do marxismo - assim como ao cubismo - em especial aquele que definiria as relações sociais como causa de “todas as relações humanas”,

pois o que se sabe hoje é que em qualquer sociedade ou cultura humana os aspectos políticos, artísticos, religiosos de sua vida ou organização nem precedem os técnicos ou os econômicos nem tampouco decorrem passivamente deles. São, como dizem os sociólogos mais modernos, "organicamente relacionados".²⁵

Aqui não é o espaço para debater se Gilberto Freyre estaria dialogando com o *marxismo* ou com Marx, ou ainda, com qual Marx, mas sim, reter a idéia do conferencista de que passando por esse aspecto conceitualmente fechado é possível e necessário perceber que quem quiser estudar seriamente ciências sociais, engenharia social ou exercer a arte política sob uma vinculação moderna *tem que estudar o marxismo*, mesmo não sendo adepto dele, como, aliás, julga melhor Gilberto Freyre.

Isso seria exemplificado a partir de artistas como Derain que rompera com o cubismo para realizar-se artisticamente no classicismo; ou ainda, nos políticos de caráter conciliador e não-dogmáticos como os fabianos e os socialistas cristãos.

A assertiva importante depois de Gilberto Freyre ter se posicionado diante de esquematismos cubistas e intransigências marxistas, foi a que, ressalvadas as críticas feitas, sem a teoria e a prática marxista a democracia social, como estava posta diante do mundo na década de 1940, não teria chegado aonde chegou, sem as planificações, cooperativas e experiências socialistas de então. Nas relações sociais que compunham as democracias de países de origens e histórias díspares como a Nova Zelândia, a Dinamarca, o Uruguai, a Grã-Bretanha, a Austrália e os Estados Unidos encontrar-se-iam traços e fundamentos marxistas combinados com outras tradições e perspectivas, como, por exemplo, o idealismo cristão e o tecnicismo vebleniano, cenário distante da previsão de Marx, porém, que garantiriam por esse hibridismo da arte da política, a sua permanente feição moderna. A conclusão benfazeja sobre a importante contribuição marxista - e, comunista em especial - ao século XX, está na análise histórica do breve século do historiador Eric Hobsbawm, onde se aponta tal Era como a de “extremos”. O historiador afirma que a obstaculização à escuridão anti-iluminista do nazi-fascismo foi em grande parte devida à resistência socialista caudatária do marxismo, assim como o estímulo à

²⁵ Idem.

perspectiva de um *welfare state* fora impulsionado pela rivalidade da planificação socialista e a utopia na construção de uma sociedade oposta ao capitalismo liberal²⁶.

Retornando à crítica literária, Antonio Candido afirma que a oposição entre o litoral e o interior - tema caro a um dos pais fundadores do Pensamento Social Brasileiro, Euclides da Cunha -, da civilização à barbárie foi resolvida na década de 1930, resultado de uma geração literária que começou timidamente a mostrar uma existência de um homem rural quase como um ser exótico; teve a sua seqüência com uma nova leva que não podia persistir com a marcha do problema social se distanciando do pitoresco para retratar “*as massas dominadas pela usina e pela tulha, símbolo da poderosa engrenagem latifundiária, com o proletariado urbano se ampliando segundo o processo de industrialização*”.²⁷ Eis agora novas perspectivas de conflito, onde a literatura deu voz a enorme massa rural e proletária, um prolongamento do euclideano pária sertanejo.

No Nordeste brasileiro haveria espaço para a revitalização do folclore a partir da mestiçagem das raças que construíram o povo brasileiro. A literatura modernista regional vinculada ao Nordeste trouxe para o papel, nos dizeres de Bastide, as palavras proferidas da cultura de estivadores, pescadores, vagabundos, prostitutas, trabalhadores do campo. No caso específico da Bahia há que se relembrar a tradição de Castro Alves que incitava a luta contra a escravidão, mancha infamante na Nação; havia ainda um Rui Barbosa, defensor de um liberalismo clássico, além da contribuição satírica de Gregório de Mattos no período colonial. O que teria distanciado Jorge Amado da retórica, instrumento que pode ser vencido pelo tempo, seria o trabalho de uma literatura não só enraizada no povo mas que tem como método, um trabalho similar ao das Ciências Sociais; como também o seu humor, a “molecagem baiana”, nos dizeres de Gilberto Freyre. Jorge Amado pertenceria a uma corrente literária baiana que, “*partindo sem dúvida do neo-realismo, mas não mais se contentando em pintar o real e sim, ao contrário, decidida a mudá-lo e a fazer isso em nome de uma ideologia socialista, que assim finalmente transforme o romance numa mensagem de ação revolucionária*”.²⁸ Pode-se deduzir que não basta interpretar o mundo mas ter que transformá-lo.

²⁶ Cf. HOBBSAWM, Eric. (1995), *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Em especial, capítulos 6, 7 e 8 São Paulo, Cia. das Letras.

²⁷ Cf. CANDIDO, Antonio. (1971), Poesia, Documento e História. Em *Jorge Amado Povo e Terra 40 Anos de Literatura*. SP: Ed. Martins. p.111.

²⁸ Cf. BASTIDE, Roger. (1971), “Sobre o romancista Jorge Amado”. Em *Jorge Amado Povo e Terra 40 anos de literatura*. São Paulo: Editora Martins. p.45.

Essa permanência da literatura amadiana está implicada para além do humor e do método quando existe um *insight* interessante de Bastide que parte da experiência política de Jorge Amado, em específico, do período da Ditadura do Estado Novo.

*A prisão e o exílio forçaram a Jorge Amado a distanciar-se de seu país e a reconstruí-lo pela imaginação, através da sua nostalgia e de sua memória, e a dar-lhe, assim, esta dimensão de universalidade que torna seus heróis irmãos compreensíveis aos homens de todos os países e de todas as raças, qualquer que seja a cor de sua pele.*²⁹

Tal referência remete-nos a uma das lições de Walter Benjamin sobre o conceito de História, cuja passagem afirma que

*articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (...). O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem (...). O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer..*³⁰

Além do modernismo regionalista e da tradição baiana no campo literário, para além do humor e da perspectiva sociológica-literária, há que se perceber a fina dialética entre a vida política militante e sua literatura.

Para os demolidores da tese à crítica que rebaixou os “livros-documentais” à uma esfera menor, Bastide afirma que a poesia nunca negou o político (basta ver a influência de Castro Alves em Jorge Amado). Em o “*Cavaleiro da Esperança*” por exemplo, Prestes se verá mimetizado no São Jorge destruidor de monstros dentro de uma cultura de cordel, experiência já vivida pelo autor na concepção do autor em outra biografia, “*ABC de Castro Alves*”. Em “*Terras do Sem Fim*”, a classificação de “romance histórico” por Antonio Candido atenta para

a ausência de maniqueísmo entre as classes rurais, “explicando o drama do trabalhador e inserindo-o num determinismo histórico”, fugindo de unilateralismos. “*Terras do Sem Fim*” seria, segundo Sérgio Milliet, um grande livro de sociologia com a inter-relação entre a economia, a ecologia, o político e o moral. “*Terras*” tem em si a *epopéia* (daí a visualização

²⁹ Idem. p.47.

³⁰ Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. (1986), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras Escolhidas, v.1). p.224.

poética de Jorge Amado) onde o documento sociológico se transforma em poesia; onde as guerras de Tróia homéricas são referências para as guerras dos clãs cacauzeiros na literatura amadiana. Em “*Seara Vermelha*” vemos o deslocamento dos camponeses do sertão baiano diante da fome e da exclusão agrária até o São Francisco e, daí, para São Paulo, a nova Canaã. Novamente a epopéia se faz presente.

É mister pontuar que, se há a inserção do homem do campo no seu contexto histórico e o contorno do seu drama, há também a inserção da classe dominante na sua contextualização, seja como uma espécie de “bandeirantes do cacau” do início do século XX em “Terras do Sem Fim”, seja na sua decadência e submissão ao imperialismo estrangeiro dos anos 1940, como em “São Jorge dos Ilhéus”. O maniqueísmo panfletário de “*Cacau*” cede terreno para a percepção da importância da ação dos clãs no domínio de uma natureza inóspita. Anos mais tarde, como veremos em outro capítulo, num discurso em homenagem póstuma ao Presidente Franklin Delano Roosevelt, caberá ao constituinte Jorge Amado a leitura de passagens do “*Manifesto Comunista*” que reconhecem, por parte do comunismo, as ações e transformações do mundo empreendidas pela burguesia.

No caso específico da região rural do cacau, o que Jorge Amado pode nos mostrar a partir dos livros que antecedem imediatamente sua experiência parlamentar é a sua arte da política enquanto baiano, como descrito por Gilberto Freyre na conferência acima aludida. Jogar a água da bacia juntamente com a criança, segundo nos lembra o provérbio popular, não será o caminho de Jorge Amado, nem pela literatura, nem pela política; intervenções suas na sociedade que, como queremos demonstrar, sempre caminharam juntas. Ao não se desfazer da “criança” o literato-constituinte interpreta criticamente as nossas “*vantagens do atraso*”.

Como pode Jorge Amado transpor um quadro tão local, a aldeia de Gogol, para um universo tão geral, uma categoria universal? O Nordeste é uma civilização tradicional com o seu apadrinhamento dos subalternos pelas elites, com a grande propriedade rural, com a cultura afro-indígena. Longe de querer se afirmar aqui que sua natureza é imóvel, pois do moinho de açúcar passou-se para a fábrica de refino, e hoje a região abriga o berço nacional do *fordismo*; o negro, de escravo a proletário. Nessa transição que leva do diarista ou alugado a vender a sua força de trabalho, temos a “cultura da miséria”, a “geografia da fome”. Como tornar isso palatável para outros povos? O marxismo foi o meio pelo qual o escritor chegou a dar à sua pintura um caráter mais universal, fazendo do caso do proprietário baiano o exemplo particular de um fenômeno muito mais geral, o da exploração do homem pelo homem – fazendo do “feudalismo brasileiro” uma ilustração do “feudalismo” dos países subdesenvolvidos – e, por

isso mesmo, a situação social do Nordeste, embora conservando o seu sabor exótico, tornou-se comunicável aos outros. O marxismo de Jorge Amado, segundo Roger Bastide, é também um procedimento artístico – o processo do qual o humor se destaca do singular para atingir o universal. O universal em Jorge Amado está no meio ecológico onde houve o entroncamento da Europa com a África; onde os heróis do comunismo da literatura amadiana sofrem um sincretismo que permite a sua assimilação com os heróis da hagiografia cristã.

Em Jorge Amado o político e o religioso estão presentes a partir da “conversão”.

O vilão de “Seara Vermelha” por exemplo, é transformado em um novo homem, onde o pecado da violência é definitivamente anulado para dar lugar à pureza do coração (...). O marxismo de Jorge Amado é um messianismo de esperança.³¹

Alfredo Wagner Berno de Almeida utiliza, como argumento para entender a aceitação social do escritor Jorge Amado e de seus livros posteriores, como ponto de partida, a opinião abalizada do crítico Agripino Grieco. A opinião de Agripino Grieco torna-se importante, segundo Alfredo Wagner, por este poder se tornar uma referência contemporânea da década de 1930. Sua posição entre os intelectuais transcendia a opinião crítica, pois atuava também como responsável pela linha de publicação da Editora Ariel que publicou livros de José Lins do Rego e *Cacau* e *Suór*, de Jorge Amado. Sua função na editora era o de seleção de novos títulos cabendo-lhe a pecha de lançador de novos autores a partir do que selecionava dos rascunhos chegados à editora.

Curiosamente essa multiplicidade de funções também se dará com Jorge Amado diversas vezes ao longo de sua vida. Crítico literário e de cinema em jornais do Rio de Janeiro, editor de revistas literárias do grupo “A Noite”, ambas as funções nos anos 30; repórter que fazia cobertura da cidade de Salvador na década anterior, tradutor de livros franceses e ingleses pela “Brasiliense” no início dos anos 40, a carreira de Jorge Amado é polifônica e atuante no período que se estende do final dos anos 20 até o momento de sua entrada em outro meio que não a literatura, a carreira de constituinte e parlamentar.

³¹ Cf. BASTIDE, Roger. *op. cit.* A literatura eivada de esperança permitiu que o cineasta Roman Polansky viesse ao Brasil na década de 70 somente para conhecer Jorge Amado. Isso porque durante o regime socialista polonês do pós-guerra, o único autor estrangeiro permitido pela censura oficial a ser lido, foi Jorge Amado. Polansky ao visitar o escritor teria o desejo de agradecer o conforto e a esperança de suas páginas lidas enquanto ainda criança. Isso foi relatado pela escritora Zélia Gattai em entrevista concedida a mim em 2004. p.55.

Essa possibilidade acima descrita é coincidente com um certo grau de autonomização intelectual, onde não há regulamentação da divisão social do trabalho e nem a obrigatoriedade de especializações, como o diploma atual do curso de graduação em Comunicação para o ingresso na área de jornalismo.

A posição de Agripino Grieco vai convergir com as posições de Antonio Candido, Roger Bastide, Alfredo Bosi, entre outros, ao propor que Jorge Amado esteja na chave de leitura semelhante à que se faz à Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos - o grupo literário do *regionalismo de 30*.

O crítico Agripino Grieco, por exemplo, como lembra Alfredo Wagner Berno de Almeida, vai escrever em *Gente Nova do Brasil. Veteranos - alguns mortos* uma coletânea de nomes que constam na seção “Romance” que inclui Jorge Amado ao lado dos nomes do “regionalismo” já citados. Outros nomes em outras seções aparecem como, por exemplo, o de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Ronald de Carvalho, Tristão de Athaíde, entre outros. Essa seleção, segundo seu autor, tinha uma razão de ser “*pois todos os citados são considerados clássicos na vida cultural brasileira*”. Jorge Amado não aparece como um vir a ser, já o é. O convívio da sua citação a consagrados e a contemporâneos de vulto “*coloca-o desde o seu surgimento numa condição de proximidade ao êxito e à fama*”.³²

A singularidade de Jorge Amado como escritor - num período bem anterior ao do constituinte, mas, ao nosso ver, vital para a construção crítica daquele - estaria, como no caso de *Cacau*, numa seleção de fatos, “*numa alusão clara (a) aproximar a postura do escritor com aquela de pesquisador das ciências sociais, através de um procedimento que supõe ser destes últimos*”. Ainda nas palavras de Agripino Grieco, Jorge Amado seria um “recensador das almas”, onde haveria na sua obra uma “indissociabilidade entre literatura e ciências sociais”, pois prioriza o elemento humano diante da natureza, com isso ganha destaque ao se distinguir de uma escola “onde os elementos da ecologia anulariam o tipo humano”; algo que estaria sendo feito por supostos herdeiros da escola de Euclides da Cunha, na perspectiva de Grieco.³³

Jorge Amado privilegiaria as relações sociais de grupos e classes sociais tendo como pano de fundo os problemas sociais; e por sua tradição política acaba por eleger uma classe: **a subalterna**.

Ainda segundo Agripino Grieco, o seu romance, a sua ação, está confinado no espaço geográfico ruralizado. Intelectual de um país e região das vantagens e desvantagens do atraso,

³² Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1979), *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Campus. p.72.

está Jorge Amado, ao escolher seu universo - o rural - e seus protagonistas - trabalhadores rurais -, “*em acordo completo e não necessariamente intencional com os seus pares*”.³⁴

Alfredo Wagner Berno de Almeida tem um *insight* interessante quando afirma que se deve atentar para o fato da emergência e reconhecimento desses novos atores sociais, tanto por parte do Estado, quanto por parte da literatura que requisita esses novos atores, fazendo-os o cerne de sua obra, onde, naquela conjuntura a emergência do proletariado na arena política o convergiu como personagem central na literatura da época.³⁵ Ao apresentar as origens da ruralidade desse proletariado urbano emergente acaba por legitimá-lo ao grande público, sendo, portanto, na leitura de Alfredo Wagner Berno de Almeida, um ponto de cisão dos literatos com as elites oligárquicas. Os produtores culturais da geração pós-1922 romperam com a arte pela arte, com os domínios simbólicos da Igreja e do Estado e voltam-se para o amparo das ciências sociais numa época onde estas também se firmavam no solo científico brasileiro - as fundações das Escolas de Sociologia em São Paulo e Rio de Janeiro datam de 1933 e 1935, respectivamente.

A literatura, para se afirmar, acabava por usar técnicas da sociologia; esta por sua vez, teve um desenvolvimento a partir do estilo literário. Quanto mais semelhantes, mais autonomia teriam. Salienta Gilberto Freyre, citado por Alfredo Wagner Berno de Almeida que, no caso da literatura, tal assertiva é real para os romances de fundo social, “com as colheitas de material de Jorge Amado”; isto é o pressuposto da empiria do trabalho de campo, do estudo anterior à realização da obra.

Abolir as fronteiras rígidas e instalar uma “confederação com vários interesses em comum”, na caracterização de Gilberto Freyre, seria a construção de uma autonomia intelectual; aproximando-o de Agripino Grieco quando este qualifica positivamente a “*literatura-inquérito*”. Nesta época, além do estudo “etnográfico” há que se lembrar da importância do comprometimento do produtor social literário; a legitimidade intelectual tinha estreita conexão e vínculo com o agir, com o se definir socialmente. Essa atitude tem peso e relevância à época quando se percebe a fruição da obra amadiana e de seus contemporâneos, em especial, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, membros de um triunvirato literário caracterizado pelo comprometimento e regionalismo, conforme estabelecido pela crítica literária contemporânea.

³³ Idem.

³⁴ Idem. Importante ressaltar que essa crítica é anterior a *Mar Morto*, cujo universo é dos pescadores da Bahia, além dos “capitães da areia” das ruas portuárias e suburbanas de Salvador. p.74.

³⁵ Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1979), *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Não haveria espaço para o formalismo parnasiano, para a cultura da beleza; para o gramatiquismo - como no caso das palavras de calão, símbolo do vocabulário popular e signo constante da escrita amadiana; nos dizeres de Gilberto Freyre. Graciliano Ramos ao fazer sua crítica literária sobre *Suór*, afirma que os novos escritores “*falam errado*”, consequência da ida destes ao subúrbio, à fábrica, ao engenho.³⁶ A ida ao mundo das coisas reais permite uma literatura objetiva, concreta, viva. Alfredo Bosi discordaria um pouco das análises acima ao afirmar que haveria uma idealização burguesa do escritor que ao retratar o povo, numa pretensão de literatura revolucionária eivada de “populismo literário”. Para esse crítico, bem posterior a Grieco, Jorge Amado fora preso a esquematismo ideológico-partidários. Alfredo Wagner replica a Bosi por este relegar o papel do romance como “momento”, erupção de uma expressão intelectual autônoma e propensa a pensar e refletir em suas obras no contexto da emergência dos novos atores sociais, perdendo-se de vista o vínculo do papel do intelectual produtor de símbolos e o seu comprometimento, circunstância comum a essa época.

E sobre que época estamos nos referindo? A que novos atores sociais do mundo subalterno, nos dizeres de Gramsci, e a que tipo de incorporação estão vinculados no mundo do trabalho? Quais opções estão dispostas aos diversos atores?

No início do século XX a opção pelo “moderno” se faz concretamente visível a partir da edificação de uma nova capital proto-européia que solaparia os redutos de africanidade pertencente a esse “habitat”. Os nichos de incidência cultural africana cederiam terreno à reta geométrica da modernidade, resultado dos desejos de uma cidade reformada por onde fluísse uma mobilidade às transações comerciais com maior eficácia e, ao mesmo tempo, garantindo além da circulação de mercadorias, uma circulação urbana segura à elite burguesa em formação. Eis o espírito da Reforma Pereira Passos.³⁷ A aspiração do moderno antecede a constituição do mercado nacional e do mundo de trabalho. O Brasil volta-se para fora num sistema portuário para as exportações agro-exportadoras e importações americanas e européias e num sistema bancário mais amplo, receptivo a uma circulação de capital mais intensa.

Essa abertura moderna se coadunou com a tipologia de uma república oligárquica dos latifúndios interiorizados que organizam a produção agro-exportadora; não sendo estranhos uns aos outros. “*Não que o atraso se mascare de moderno, e menos ainda que o moderno negue o atraso*”. Não há espaço e intenção de mascaramentos. Há a modernidade sem a ruptura com o passado, “*sempre reiterando e renovando uma coalizão entre classes e elites dominantes de*

³⁶ RAMOS, Graciliano (1961). “Suór” in *Linhas tortas*, São Paulo: Martins.

papéis sociais novos com as tradicionais".³⁸ A oligarquia dirigente combina seu discurso e prática política tipicamente americana - Constituição de 1891, Federalismo – com um grau intervencionista econômico como na Política de Valorização do Café.

Há que se bem entender que esse moderno proposto pelas elites e pelo governo na gestação dos Novecentos não é generalizado, ao contrário, é excludente. É um moderno que conduz o passado. Nesse novo mundo abrem-se espaços para novos atores sociais, como dissemos acima, que abre um espectro razoavelmente largo, do novo rico à classe operária, atravessando outros atores como o militar científico positivista. Caberá a esses novos personagens interpelarem a organização excludente das instituições oligárquicas numa denúncia à prática privatista das mesmas. O que se assiste nos anos de 1920 é a emergência desses atores numa mobilização efetiva que primou pela transformação do moderno excludente pelo moderno universalizador. Eis a chave explicativa para amalgamar os militares tenentistas, os intelectuais modernistas e a constituição do partido comunista. Esse novo brasileiro moderno há que ser descoberto e inventado num diapasão de tempo curto. Vários intelectuais irão, nessa estrutura de classes que se consolida, usar esse brasileiro como modelo, fonte de interpretação ou como intérprete e criador. Personalidades de um campo de grande flexibilidade de matizes políticas. De Getúlio Vargas a Portinari; de Francisco Campos a Oscar Niemeyer; de Gustavo Capanema a Jorge Amado; além de Graciliano Ramos, Villa-Lobos, entre outros. Esses nomes *"estabelecem a natureza do moderno quer por sua identificação com os seres sociais emergentes com a urbanização, quer pela tentativa de construir uma identidade para eles"*.³⁹

O moderno se internaliza a partir da *transformação do novo* do ponto da civilização para a abrangência da indústria, da constituição do mercado nacional. Porém há um nó górdio. A rejeição à oligarquia e ao seu padrão societal não importa em dizer que havia um projeto sólido de substituição a esse modelo. *"A modernidade virá pelas mãos das novas elites que dão forma em 1930, ao novo Estado burguês"*.⁴⁰

Esse *novo* ganhará relevo quando compactuar com o autoritarismo e corporativismo ao traçar como meta a acumulação burguesa. Isso implicará a primazia do moderno pela via estatal-corporativa gerando como consequência uma cidadania incompleta. *"O DASP nos trará o taylorismo, a racionalização do trabalho, a ideologia do produtivismo, este nosso bizarro*

³⁷ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. (1986), "O papel do moderno na política brasileira". *Em Travessia - Da Abertura à Constituinte*. RJ: Livraria Taurus Editora. pp.13-27.

³⁸ Idem. p.15.

³⁹ Idem. p.16.

⁴⁰ Idem. p.16.

americanismo forjado pelo Estado”⁴¹. Caberá ao Ministério do Trabalho a qualificação de um exército proletário disciplinado no mundo de trabalho, esboçando uma identidade a essa massa. O Estado vai para além desse mundo a partir da música de um Villa-Lobos, de um traço de Niemeyer, na pintura de Potinari.

O Estado não apenas inaugura o *novo* como é capaz de refundar o seu intervencionismo a partir de 1937, quando na constituição do Estado Novo. “*Modernização pelo alto, reguladora e disciplinadora da sociedade, inibindo-lhe sua livre manifestação, mas conduzida com a audácia de quem porta consigo a novidade – a indústria e a ideologia do industrialismo*”⁴², o Estado se porta como se estivesse à frente da sociedade posto que se propõe portador da vontade nacional contra quaisquer tipos de particularismos localistas.

Para a subalternidade o problema existiu quando a sociedade civil foi apropriada, em específico seus elementos mais novos e dinâmicos, para se afirmar uma modernização que é oriunda de uma aliança entre as velhas e novas elites. Caberá à classe subalterna sofrer uma intervenção estatal sob o jugo do silêncio coercitivo e ter uma identidade que não a sua. Sob a queda do Estado Novo em 1945, o Estado assume uma face bifrontal - a corporativa e a demoliberal, sem haver oposição entre si ou falseamento de suas intenções de qualquer espécie.

O ano da redemocratização que veio com a queda do Estado Novo estava sob a diretriz da conjuntura internacional onde a resistência e a ação comunista se fez concreta no mundo político, em especial, a partir de 1942 com a resistência de Stalingrado. No caso brasileiro havia uma questão de delicada ação política que era a duração do mandato de Vargas. De acordo com a Constituição de 1937, havia a possibilidade da renovação do mandato de Vargas até a realização do plebiscito popular como rezava o seu artigo 187.

Tal plebiscito fora suspenso em virtude do esforço brasileiro na Segunda Guerra, indefinindo o quadro institucional de então. A participação de tropas militares no campo de batalha, a cessão de territórios brasileiros para a instalação de bases militares dos países aliados, a exportação de produtos necessários para o esforço de guerra, comprometeu o Brasil, à revelia de alguns membros do governo estadonovista, no bloco democrático anti-fascista. Dentro do governo há uma ala dissidente que em 1944 expõe com clareza a sua postura a favor do fim do regime institucional, capitaneada pelo Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. “*O Ministro da Guerra procurava evitar o continuísmo presidencial, bastante provável na hipótese de ser confiado a Vargas o comando do processo de reorganização constitucional e institucional do*

⁴¹ Idem. p.16.

⁴² Idem. p. 16-17.

país”.⁴³ Dito de outra forma, os “redemocratizadores” não eram do campo de oposição, mas partícipes da máquina estatal corporativa.⁴⁴

O que se percebe nos estertores do período varguista é um afrouxamento do regime corporativo-autoritário e o isolamento político de Getúlio Vargas a partir da cisão intragovernamental. Tal circunstância trará à percepção de Vargas da necessidade de interpelar as classes subalternas sem o ameahamento para o interior estatal. Essa nova dinâmica irá permitir a organização do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) em abril de 1944, uma interlocução direta do chefe de Estado com as classes subalternas, secundarizando, quando não, anulando, a ideologia da integração classista em prol do organismo nacional de acordo com os cânones do corporativismo brasileiro.

A mobilidade do MUT será original naquele contexto pois vai opor-se à estrutura celetista e agudiza o seu discurso quando defende a extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo além de propugnar pela liberdade sindical. *“Devemos lutar para que se torne efetiva a sindicalização dos que trabalham no campo e para que estes sejam reconhecidos os direitos e assegurados todos os benefícios da legislação social”*.⁴⁵

Para os adversários liberais de Vargas, o controle das classes subalternas pelos instrumentos corporativos fazia-se necessária para a permanência da acumulação burguesa. Diante desse quadro e do chamamento da esquerda à “questão nacional”, Vargas não tem como perspectiva a persistência da ordenação sindical corporativa, o que resulta em um processo progressivo de transformações sociais.

Diante dessas considerações, resulta bastante duvidoso aceitar que a esquerda operária, ao admitir a redemocratização “pelo alto” com Vargas, teria reforçado a estrutura corporativa criada pelo Estado Novo,

*perdendo-se para a causa democrática no campo da organização sindical,*⁴⁶

como estabeleceu em análise propiciadora de polêmica acadêmica nos anos 70, Francisco Weffort.⁴⁷

⁴³ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. (1976), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra. p.247.

⁴⁴ Cf. MARINHO, Ricardo José de Azevedo. (1999), *Liberalismo e Sindicato no Brasil - Vinte e poucos anos de política*. Monografia de Graduação em História - UFF. Niterói. p.71.

⁴⁵ Cf. TELLES, Jover. (1962), *O movimento sindical no Brasil*, RJ: Ed Vitória, citado por Vianna, Luiz W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1976. p.249.

Reiterando o argumento, o movimento do queremismo que se aproximou do PTB com os comunistas não implicou necessariamente na revalidação da estrutura corporativa. A proposta de sindicalismo unitário e autônomo vai levar um golpe diante do pluralismo sindical estabelecido pelo governo interino e de transição de José Linhares. Na Constituinte de 1946 a permanência dos dispositivos centrais da CLT vai contar com a oposição dos integrantes da aliança queremista acima descrita. Nosso objetivo ao tratar da mudança de perspectiva de Vargas no final do seu período governamental incorre no sentido de clarear alguns pontos. Um deles estaria na mobilidade dos comunistas brasileiros como reflexo da participação dos partidos comunistas diante da máquina nazi-fascista. O retorno à legalidade advém daí. Assim como em centros do campo dos *Aliados*, destacadamente na Itália e na França e com muito menor tom, na Inglaterra e nos Estados Unidos⁴⁸, no Brasil, também aliado, não se fez de forma diversa no reconhecimento que essas organizações tiveram no campo da resistência. Nos casos italiano, francês e brasileiro, os partidos comunistas constituíram-se em partidos de massa, com um número significativo de adesões e de simpatizantes. Há que se deixar claro que a ação efetiva no mundo concreto da política do PCB seria diversa, pela sua natureza específica, das atividades dos partidos comunistas europeus.

Numa Europa democrática e na qual os partidos comunistas não podiam ser eliminados do jogo institucional em virtude de seu enraizamento e do papel político que haviam desempenhado na Segunda Guerra, não lhe ocorria a necessidade de explicitar (pois não constituía problema, mas dado, parte da realidade cotidiana) que, a longo prazo, a legalidade desses organismos especializados é condição necessária, ainda que

*não suficiente, para a superação da fragmentariedade da experiência de classe e para a continuidade e a eficácia de tal mediação.*⁴⁹

Outro ponto a ser trabalhado está na redemocratização feita sob a vigência do aparato construído pelo Estado Novo, onde uma das tônicas durante o exercício da Assembléia

⁴⁶ Cf. WEFFORT, Francisco C. (1974), "Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945 – 1964, mimeo, S.P; citado em VIANNA, L.W. Liberalismo e sindicato no Brasil; op.cit. p.247.

⁴⁷ Cf. WEFFORT, Francisco C. (1973), "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)". *Estudos CEBRAP*, 4.

⁴⁸ Cf. HOBSBAWM, Eric. (2002), *Tempos Interessantes - Uma Vida no Século XX*. São Paulo: Cia das Letras.

⁴⁹ Cf. BRANDÃO, Gildo Marcal. (1988), "Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945- 1964)". In: *Lua Nova*. São Paulo, N.º 15, outubro. p.27

Constituinte será uma hipertrofia do Executivo. Essa hipertrofia repercutirá nos trabalhos da Constituinte, assim como a presença daquele aparato coercitivo. Temos que lembrar que o processo pelo qual se deu a abertura democrática foi operada por membros do antigo escalão, sendo figura de maior expoência a do General Eurico Dutra, ex-Ministro da Guerra de Vargas e um dos próceres da aliança do Brasil com o Eixo Fascista no início do conflito mundial.

Vargas é deposto em outubro de 1945, novas agremiações partidárias se constituem, como o PSD, a UDN, o PTB, entre outros, e o PCB pode se apresentar pela primeira vez em sua história de corpo inteiro diante da sociedade brasileira e disputar a preferência do eleitorado e a opinião pública. Diante de um quadro oxigenado pela perspectiva de mudança, de rumos democráticos, o PCB aparecia como figura nova e que possuía uma liderança carismática saída dos cárceres da recém derrubada ditadura, Luís Carlos Prestes, além do já citado prestígio que os comunistas usufruíam pela resistência na guerra, em especial, a União Soviética desde a Batalha de Stalingrado de 1942. Nas eleições de 1945, os comunistas elegem Luis Carlos Prestes senador pelo Distrito Federal e deputado federal por Pernambuco, Rio Grande do Sul e pelo próprio Distrito Federal, como permitia a legislação eleitoral da época. Foi à época, o parlamentar mais votado na História do país. A adesão da massa subalterna à campanha e ao programa partidário consegue o trunfo inédito - e nunca mais repetido - de eleger uma bancada de catorze deputados federais à Assembléia Nacional Constituinte: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho e Agostinho Dias de Oliveira em Pernambuco; Carlos Marighella, na Bahia; Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues pelo Rio de Janeiro; Joaquim Batista Neto, João Amazonas e Maurício Grabois, pelo Distrito Federal; Abílio Fernandes, no Rio Grande do Sul; José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Mário Scott e Jorge Amado, por São Paulo.⁵⁰

A participação dos comunistas tornou-se influente graças a uma efetiva ação nos espaços públicos por intermédio de comícios e debates públicos. A visita do poeta chileno Pablo Neruda ao Brasil, ao lado de Prestes e de Jorge Amado irá lotar os assentos do Estádio do Pacaembu (SP) e o Teatro Castro Alves (BA). *“Seus líderes percorrem todo o país apresentando a sua política e o seu programa, dialogando com os seus aliados. Nas eleições eles se apresentam com programas políticos locais, vinculados a cada região, além das*

⁵⁰ Cf. VINHAS, Moisés. (1982), *O Partidão. A luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Editora HUCITEC. p.93.

bandeiras programáticas a nível nacional".⁵¹ Em 1947, ano final do seu breve período de legalidade, o Partido Comunista do Brasil conta com cerca de 200.000 filiados. É o primeiro partido de massas no sistema eleitoral do país. Sob essa conjuntura é apresentada a candidatura de Jorge Amado, e ainda, sob essa conjuntura ele é eleito em 1945 e atua na Constituinte e na Câmara dos Deputados até o desfecho infeliz da cassação do partido e da bancada em 1947.

A militância de Jorge Amado, segundo a memorialística, data de seu ingresso na Universidade do Brasil no curso de Direito. Após breves contatos com o grupo católico liderado por entre outros, Vinícius de Moraes, se decide a ingressar na Juventude Comunista sob influência da então militante aguerrida, Rachel de Queiroz. Após a publicação de seus dois primeiros livros, ingressa na imprensa partidária, em vários suplementos culturais ligados a militantes ou simpatizantes do PCB, em periódicos de empresas jornalísticas, escreve inclusive para chanchadas de teatro em momentos de crise financeira pessoal. Participou da experiência da Aliança Nacional Libertadora na Bahia e ficou dias como assessor de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Distrito Federal na administração de Pedro Ernesto. O levante comunista e a resposta repressiva do Estado o fizeram funcionário público por menos de um mês.⁵²

Com a implantação do Estado Novo seus livros serão queimados e as portas para trabalhar se fecham. A perseguição ao seu nome resulta em duas prisões e um exílio, o qual será vivido no Uruguai e na Argentina. Colabora neste último em periódicos, como o jornal *La Critica* e na revista *Sud*, fazendo um círculo de amizades com literatos dos dois países e da Espanha, estes, exilados em virtude da vitória das forças de apoio a Franco. Neste círculo constavam, entre outros, Gonzáles Tuñon, Portogallo, Jesualdo, Vitória Ocampo, Rafael Alberti. Será vivendo em Buenos Aires que Jorge Amado verá a publicação pela Editora Claridad, da sua biografia *A Vida de Luis Carlos Prestes*, mais tarde rebatizada na sua versão brasileira após o fim da censura estadonovista de *O Cavaleiro da Esperança*.

Com a participação oficial do Brasil ao lado do bloco das nações unidas antifascistas, vários exilados naqueles países decidem retornar para o apoio à pátria, mesmo sabendo que muitos seriam presos em virtude de mandados expedidos contra eles, como àqueles que participaram do levante comunista de 1935 ou das tropas antifalangistas da Guerra Civil espanhola (Jorge Amado não tinha mais um mandado de prisão expedido contra ele, ao menos ainda não).

⁵¹ Idem. p.52

⁵² Cf. AMADO, Jorge. (1992), *Navegação de Cabotagem*. São Paulo: Record.

Durante seu retorno ao Brasil ele é orientado pelo Partido a ter um encontro com o interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias para que solicitasse a este, uma possível visita a Luís Carlos Prestes na cadeia. Seu nome foi lembrado pela direção do Partido em virtude da imagem simpática de Cordeiro de Farias no livro “O Cavaleiro da Esperança” quando aquele fez parte da Coluna Prestes de 1924. Logo depois o seu nome estará constando em um mandato de prisão e será enviado ao Rio de Janeiro, onde após um breve período de tempo será mandado a uma prisão domiciliar em Salvador.

Sua atuação política pelo PCB se visualizaria mais tarde quando o primeiro Congresso Brasileiro de Escritores foi convocado pela recém-criada Associação Brasileira de Escritores (ABDE), em São Paulo. A importância desse Congresso transcendeu o foro literário para se mimetizar em um ato de natureza política histórica por ter sido o primeiro pronunciamento público de uma organização da sociedade civil.

Jorge Amado foi deslocado da Bahia para esse evento em São Paulo na tarefa designada pelo Partido de organizar e dar uma direção ao conclave de acordo com as deliberações do Congresso da Mantiqueira – a “linha justa” em torno do governo de unidade nacional. A construção dessa diretriz não era apenas para os intelectuais de outras filiações ideológicas como também para o debate interno dos comunistas, pois alguns eram arredios a uma aliança acrítica com Vargas. O centralismo democrático e as palavras de Prestes na cadeia acabaram por determinar o apaziguamento das dissensões.

Coube a Jorge Amado a presidência da delegação baiana ao evento. Tal bancada incluía nomes como Odorico Tavares, Dias da Costa, Alberto Passos, Edson Carneiro, James Amado, entre outros. No evento coube a Jorge Amado uma das vice-presidências. No plenário do Congresso duas correntes se debateram - a “democrática” (liberais, democrata-cristãos, sociais-democratas etc), e a comunista. O acordo sobre o texto final do documento do Congresso foi arbitrado pela moderação e conciliação do Presidente do congresso, Aníbal Machado, onde, na redação do documento constava o repúdio à ditadura do Estado Novo sem no entanto mencionar nominalmente Getúlio Vargas como ditador. Em decorrência, é preso pela polícia política juntamente com Caio Prado Jr. e Oswald de Andrade, sendo todos libertados pouco depois.

Depois da liberdade, contrariando a determinação judicial que o limitava a Salvador, fruto também da flexibilização do regime autoritário, Jorge Amado fixa residência em São Paulo, escreve na “Folha da Manhã”, trabalha em traduções para a Editora Brasiliense de Caio

Prado Jr. e participa ativamente de manifestações públicas como representante do PCB, desde comícios pela liberdade de Prestes até a greve dos trabalhadores da estiva em Santos.

No ano de 1945, uma das participações mais importantes de Jorge Amado em atividades políticas de natureza pública foi a recepção ao poeta e senador comunista chileno, Pablo Neruda, num comício no Estádio do Pacaembu, já aludido acima, que tinha como mote oficial, além de receber o autor de “20 poemas e uma canção desesperada”, a discussão a respeito da liberdade de criação de artistas e as diretrizes do Partido Comunista. Havia um interesse velado nesse encontro que era o repúdio ao Estado Novo e a exposição de Luis Carlos Prestes não só como mártir dos cárceres estadonovistas, como também figura mais representativa do PCB. Após dez anos de isolamento carcerário, o “inimigo número um” do regime do Estado Novo viu não só a perda da sua liberdade, como também a perda da esposa alemã e judia para os campos de concentração nazistas, a perda do nascimento e primeiros momentos de vida da filha, a perda da mãe e do seu sepultamento ⁵³. Nos momentos de dor e separação, há que se ter uma educação espartana dos sentimentos e a busca da molecularidade num mundo atomizador como o foi sob a égide da repressão nazi-fascista, usando os dizeres de outro famoso prisioneiro, Antonio Gramsci.

O discurso de Jorge Amado foi pontuado por algumas assertivas, entre elas a liberdade de criação e uma suporta ortodoxia de mão-de-ferro colocada pelo Partido Comunista daqui e de alhures. O escritor baiano relembra que houve uma propaganda fascista de coadunar os termos “Comunismo” e “comunista” com “bandoleiro”, “inimigo da Família e da Pátria”. Porém, com a repressão do fascismo permitiu-se associar o comunista como defensor da liberdade, cultura e democracia.

No caso brasileiro, a repressão dos instrumentos do Estado Novo permitiram que um operário, José Maria Crispim consolidasse uma amizade com o escritor Monteiro Lobato, “*narrador de histórias do camponês brasileiro (...), amigo das crianças (...). Não era comunista, era apenas um grande e bom brasileiro*”⁵⁴ que foi classificado como “notório

⁵³ “O inferno existe e há muitas descrições dele nos mitos, nas fabulações da literatura e na vida real, que, também aí, por vezes, se esmera em copiar a arte. Ao mergulhar nas páginas das cartas do cárcere - ativas e passivas - de Luiz Carlos Prestes com seus familiares, sua mulher Olga, seu advogado, companheiros e amigos, o leitor pode se preparar para uma descida ao reino das sombras e se comover com os padecimentos de uma família brasileira - gaúchos um tanto nostálgicos de sua cultura e natureza regionais - e com o amor de um casal que parece ter saído de romances de cavalaria, bem no centro dos “anos tormentosos” de 1936 a 1945, os de auge e queda do nazifascismo”. Cf. Vianna, Luiz Werneck. “Uma vida a três”. Resenha de “Anos Tormentosos: Luis Carlos Prestes: Correspondência da Prisão (1936-1945), de Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes (orgs.). 3 Volumes. São Paulo, Paz e Terra, publicada no caderno Mais! do jornal Folha de São Paulo, domingo, 8 de março de 2003.

⁵⁴ Cf. AMADO, Jorge. (1946), *O Partido Comunista e a Liberdade de Criação*. Rio de Janeiro. Edições Horizonte Ltda. p.17

comunista” pela ignorância repressiva. Esse ponto é interessante por mostrar um vislumbre perspicaz de Jorge Amado. Óbvio dizer do repúdio que há de se fazer ao regime ditatorial e repressivo, mas há aqui um *insight* interessante que onde o escritor baiano retira desse momento cinzento uma vantagem, o da sociabilidade de presos políticos de vários níveis, sejam os dirigentes, sejam os artistas, sejam os operários e estivadores. Essa sociabilidade teria permitido o outro olhar, a perspectiva diversa sobre o comunista e o comunismo como assinalamos acima. Essa reflexão de Jorge Amado, ainda sob o calor daqueles acontecimentos, seriam lapidados e confirmados pela escrita magistral de Graciliano Ramos nas suas “Memórias do Cárcere”.

A ligação entre arte e literatura do país com o PCB teria nascido do cárcere. Isso, para Jorge Amado, resultou numa compreensão mútua, “*uma aliança selada com sangue sobre os cimentos das penitenciárias*”. O PCB teria dado o maior apoio à literatura e à arte que nasceram comprometidas em pensar e retratar a realidade do país. “As formas caducas de arte, o academicismo retrógrado, jamais encontraram no nosso Partido senão combate”. Mesmo que, segundo o discurso de Jorge no Pacaembu diante de uma gigantesca platéia e de Pablo Neruda, muitas manifestações modernistas eivadas de “cacoetes” pequeno-burgueses, não estivessem de acordo

*com a concepção marxista de arte, que as interpretações sociológicas e históricas dos mesmos jovens e ilustres sociólogos e historiadores modernos representem a fiel interpretação que só a filosofia marxista, só o método materialista dialético pode fornecer (...). Nunca deixamos, é claro e evidente, de discutir certo populismo das novelas, certas experiências puramente formais e perigosas dos quadros, certo saudosismo feudal da sociologia e da história. Mas essas manifestações se aproximam do povo, de suas necessidades. Os sociólogos por exemplo, tinham o objetivo de resgatar o esquecido negro das senzalas e o mulato insultado para dar-lhes sua importância na nossa história e formação*⁵⁵.

Apesar de não ter citado nominalmente, defendemos a idéia da alusão à sociologia aos trabalhos de Gilberto Freyre, sendo que os exemplos mais destacados foram as publicações de *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mocambos* nos anos 1930. Isso para não abrirmos uma outra linha de discussão, que seria exaustivo, onde o dito “saudosismo feudal” poderia ser uma crítica velada a uma determinada perspectiva histórica e analítica da realidade brasileira vinda de intelectuais ligados ao PCB à época. O nosso objetivo com essa citação é de dupla natureza. A primeira diz respeito a uma vinculação acrítica do sociólogo pernambucano com as obras amadianas. Um exemplo disso é quando apontam uma propagação do exotismo, da

⁵⁵ Idem.

sensualidade e da acomodação dos opostos numa literatura de Jorge Amado, como filha direta da obra de Gilberto Freyre. Como vimos acima, nos anos de 1940, houve uma preocupação do ficcionista baiano de mostrar, de público, uma sutil discordância do Partido e, provavelmente dele, de acordo com determinada leitura da obra de Freyre à época, o que não temos espaço para discutir aqui. O que queremos é, mesmo com as aproximações colocadas no início de nosso trabalho, apontar que, com todas as afinidades entre “mestre” e “discípulo”, tais obras não são siamesas. Outro ponto é debater com uma linha interpretativa que acomoda Jorge Amado no nicho do “socialismo realista” do período stalinista do imediato pós-segunda guerra. Aceitar essa linha é problemática. Primeiro, porque a linha elaborada por Zhdanov aparentemente nunca foi por inteiro assimilada pelos países socialistas pós-1945 na Europa, imaginemos assim, a sua dificuldade de implantação no Brasil. Isso para não dizer que, em termos objetivos e concretos, carecemos do que significaria tal conceito.

Acredito que a percepção do grau de importância da atividade política e da obra amadiana está em indícios a partir de seu discurso no comício de 1945. A começar ao valorizar como caminho fundamental para o Partido a trilha da democracia, estágio onde o PCB foi um fiel defensor da redemocratização. Em virtude da tática de aproximação dos Partidos Comunistas com governos identificados com a luta contra o Eixo Nazi-Fascista, assim como no Congresso dos Escritores em janeiro, o PCB criticava a estrutura autoritária do Estado Novo sem nomear crítica e abertamente a Getúlio Vargas; como vai se repetir neste discurso de Jorge. O escritor baiano inclusive reconhece que o tempo é outro, pois a URSS foi reconhecida pelo governo brasileiro, houve o restabelecimento da liberdade de expressão, assim como houve a anistia e liberdade para os prisioneiros antifascistas. O PCB ganhou a sua legalidade. Isso resultaria em um trabalho de natureza *pública*, daí maior responsabilidade. Nos dizeres de uma frase famosa da literatura de quadrinhos norte-americana: “*quanto maiores os poderes, maiores as responsabilidades*”.

O artista que pensava a realidade brasileira apoiado pelo PCB desenvolveu “*um caminho da educação do povo, de esclarecimento popular, de levantamento dos nossos problemas e também de pesquisa técnica e formal, procurando colocar o conteúdo da nossa arte numa forma simples e pura, mais próxima e acessível à grande massa ávida de cultura*”⁵⁶, num encerramento do estereótipo de artista vinculado à boêmia, à dívidas, à não profissionalização, ao descompromisso com as agruras populares. Esse novo intelectual vai atuar sob os olhares atentos do povo, característica do restabelecimento da democracia no país.

⁵⁶ Idem. p.19.

O labor de se edificar um caminho democrático, para Jorge Amado, consistiria na adesão ao programa da “Unidade Nacional”, num apelo a todos os intelectuais. Nesse momento, Amado acaba por demonstrar em seu discurso o reflexo da luta interna do PCUS a partir da chegada de Josef Stalin ao cargo de seu primeiro-secretário. A saída para o Brasil seria, no que já demonstramos, o caminho da “Unidade”, mas, além disso, e para que tal proposta se consolidasse, seria necessário acabar com os focos ainda vivos do “derrotismo”, do “aventureirismo”, o trotskismo e o seu “babar de ódio espumante” muito presentes em São Paulo. Se à primeira vista pode nos parecer que Jorge Amado seria um mero e simplista reproduzidor da retórica stalinista do pós-guerra, onde o “Grande Marechal dos Povos” era visto com benevolência pelos povos do capitalismo maduro, assim como pelos povos colonizados, há ao longo desse trecho um momento interessante que tem a propor uma reflexão mais cuidadosa.

Quando Jorge Amado faz referência negativa ao posicionamento comunista, ele, além de levar em consideração que São Paulo é a base mais importante desse agrupamento político – futuro colégio eleitoral do escritor, onde as manifestações subalternas eram mais evidentes e o PCB, muito provavelmente, tinha uma larga faixa de atuação, incluindo aí desde a publicação de periódicos regulares às agitações nas estivas e portas de fábricas -, leva em consideração também que sua “baba de ódio” atinge não somente Stalin, como a Roosevelt, Prestes, ao Brasil, ao PCB. Dentro do contexto do imediato pós-guerra, era complicado que um grupo de esquerda, identificado historicamente com o comunismo e a revolução russa, abrisse uma campanha sectária e identitária com nomes e questões que abrissem uma fissura na arregimentação da Unidade Nacional, aqui e alhures.

É possível imaginar que Jorge Amado sabia da possibilidade das forças do liberalismo conservador burguês utilizarem esse discurso para escamotear os interesses da Unidade por uma ação de porte inquisitorial às esquerdas brasileiras. Dito de outro modo, era necessário ali, publicamente, ao lado de uma figura de relevo internacional como Neruda, posicionar a divergência política entre comunistas e trotskistas para não comprometer a aliança que se forjava com os setores do governo Vargas, inclusive com o próprio mandatário e com outros setores não-comunistas da sociedade civil.

Porém, além disso, e talvez o mais importante, é que ao utilizar um argumento contra o posicionamento trotskista brasileiro, Jorge Amado faz uma alusão ao tema da liberdade de criação e os comunistas. Lembra o escritor baiano do “*Estatuto do Partido Comunista do Brasil*”, no seu ponto 13, que tal artigo impede relação dos comunistas com traidores que apoiaram e/ou apóiam Franco, Goebbels, Plínio Salgado, mas nada reza a respeito de

cerceamento das atividades de qualquer campo artístico. “*Nunca me senti tão livre, tão capaz de criar sobre todos os assuntos como desde que penetrei as fronteiras do Partido*”. Diria Jorge mais à frente, que, seu poder criador de romancista foi mais reforçado a partir de seu ingresso e militância partidária, pois permitiu que ele pudesse criar sobre todos os assuntos a partir de uma autovalorização⁵⁷ pessoal onde ninguém do PCB seria contra a personalidade do artista ou do operário, mas, como lembra o artigo 13, o seria diante daqueles considerados como “traidores do povo”, os antidemocráticos. Associar então, a atividade artística de quem quer seja vinculado ao Partido como propaganda, panfletagem, seria pequeno, reducionista demais quando se pensa em Gorki, Henri Barbusse, Erenburg, Aragon, e, logicamente, o próprio Neruda ali presente, no ramo literário. Picasso na pintura e Shestakovska na música. Não há como não se afirmar que são homens identificados com a liberdade, seriam homens livres. Neruda, por exemplo, dentro desta miríade de artistas que se posicionam como “voz e arma do povo”, recebeu de Jorge a deferência de maior poeta da América Espanhola, o poeta dos mineiros, do povo de Stalingrado, de Bolívar, de Leocádia Prestes. Existiria nele alguma suspeita de panfletário? Pergunta Jorge Amado nesse comício. O calor de suas palavras permitem um raro momento de autodescrição pública de Amado, um escritor que seria um pequeno contador de histórias de negros, de marítimos e heróis populares. O que nos interessa aqui não é como o escritor se vê, mas como ele implicitamente se posiciona de forma pública, e, no nosso entender, ao colocar a liberdade de criação do Partido como algo inerente à sua origem e dinâmica, *expõe publicamente* o Partido a manter-se nessa linha, é uma cartada do artista, do escritor, enfim, do intelectual, na defesa de uma política partidária que não cerceasse a atividade dos membros intelectuais, seja o artista, seja o operário, dentro, claro, dos rigores do artigo 13 tomado como exemplo.

Essa fala no discurso amadiano é importante porque não apenas obrigaria a um comprometimento público da organização comunista brasileira a seguir os moldes democráticos, como, nessa interpretação, o desvincula à desmedida pecha de artista menor cheio de maneirismos do *realismo socialista*, pois garantiria a construção de uma área autônoma de criação diante da ideologia. Essa é a sua longa trajetória até o Parlamento

⁵⁷ Cabe lembrar que nos anos de 1930, houve uma participação de Jorge Amado como crítico literário e de cinema em vários periódicos vinculados ou não organicamente ao PCB. Ainda é importante ressaltar que somente uma obra sua foi verificada pelo PCB antes da sua publicação, que seria, *Subterrâneos da Liberdade*, onde o escritor faz uma grande novela do período estadonovista e da atuação do partido nesse intervalo de tempo. Muitos personagens reais supostamente seriam análogos à figuras do romance, o que permitiu a avaliação interna do Comitê Central. O único senão que houve foi quanto ao uso de palavras de calão e cenas erotizadas do romance que já teria sido previamente aprovado por Prestes antes das anotações apócrifas nos originais de *Subterrâneos*. Cf. Navegação de Cabotagem. SP: Record. E ainda lembrado na entrevista da escritora Zélia Gattai - 2004.

Brasileiro, onde procuramos identificar algumas de suas fontes constitutivas nessa longa caminhada tanto no âmbito intelectual como o político, mesmo sem saber ao certo a linha determinante de onde começaria um e terminaria o outro. Tal qual Jorge Amado.

2. O Triângulo Amadiano: *Seara Vermelha* - Romance em Tempo de Constituinte

A partir de Maria Alice Rezende de Carvalho no seu *O Quinto Século*⁵⁸, tivemos um *fiat* para conduzir nosso trabalho de elaboração sobre a atividade intelectual e política do Constituinte Jorge Amado e como ele interpelava no mundo real, seja através da prática de tribuno, seja na prática de literato, a sociedade que se formava do pós Segunda Guerra.

A referência a *O Quinto Século* deve-se ao fato dele se iniciar com uma exposição sobre a vida e obra de André Rebouças a partir de um triângulo desenhado pelo mesmo num de seus diários. Nos vértices do triângulo havia o nome (alem do próprio André Rebouças) de dois queridos amigos e proeminentes figuras da vida política do Segundo Reinado: Joaquim Nabuco e Visconde de Taunay. Debruçando-se nesse triângulo o livro começa a descortinar temas das idéias políticas no Brasil, passando pelas influências inglesa, francesa e norte-americana na formação dessas personagens e como as três analisavam o Brasil.

A partir do exposto, nosso objetivo é estabelecer nesse capítulo um “triângulo amadiano”, ou seja, quais seriam os vértices de Jorge Amado no ano de 1946, ano da Constituição? Onde poderíamos visualizar esse triângulo? A resposta para essas perguntas nos apareceu no livro em que Jorge Amado publicou naquele ano, *Seara Vermelha*.

Na abertura do livro que retrata a vida de retirantes nordestinos para São Paulo no meio de “Cangaceiros e Fanáticos”, temos três citações (ou vértices) que podem nos abrir searas de interpretação importantes. Ali estão presentes Friederich Engels, Castro Alves e Luis Carlos Prestes.

A primeira citação vem de uma poesia do ilustre baiano do XIX, onde um dos seus trechos dá título ao livro, a segunda vem de uma parte de um discurso do Senador Constituinte que versa sobre a questão camponesa no Brasil e, por fim, a terceira citação é uma citação d’*O Anti-Duhring*, livro de um dos pais fundadores do materialismo histórico e dialético, Engels.

Nossa proposta nesse capítulo é a partir dessas citações penetrarmos num debate sobre o mundo das idéias e das proposições de Jorge Amado no campo da literatura em conjunção com a sua atividade de constituinte de 1946. Temos como objetivo, abrirmos uma discussão sobre os protagonistas de cada vértice e suas inflexões no nosso constituinte & literato. Começamos assim a *nossa seara*.

⁵⁸ Cf. CARVALHO, Maria Alice Resende de. (1998), *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ - UCAM.

2.1 O Primeiro Vértice: Castro Alves e o Orvalho de Sangue

Fazia pouco mais de cinco anos, que Jorge Amado lançara o *ABC de Castro Alves*⁵⁹ quando ele volta ao poeta para lhe inspirar o título de seu romance *Seara Vermelha*⁶⁰. Tratava-se, agora, de uma saudação de novo tipo ao poeta, pois, ao contrário da oportunidade anterior, agora era o literato na qualidade de constituinte que falava. Ainda que herdeiro da voz do poeta, o literato e constituinte apresentava a sua própria, num outro tom e no calor da hora. Era como se Jorge Amado dissesse: não é lícito esquecer Castro Alves nesta hora ímpar em que se fala na democracia no Brasil. Pois, quem de nós, ignora que o nome da democracia no Brasil se lê, e não raramente, na obra colossal do grande poeta? Se a sua obra é o assombro, sua vida foi o modelo dos homens de letras, um exemplo inexcedível de inspiração pela mudança, da poesia ao serviço dos grandes interesses da civilização.

Mas, justamente por tudo isso, Jorge Amado sabia: *tempora mutantur* - os tempos mudam. Naquela hora crepuscular da democracia brasileira estávamos a exprimi-la num diapasão distante de Castro Alves. Aliás, essa atitude não era só uma idiosincrasia da redemocratização brasileira, e sim um fenômeno geral no continente. Ele se manifestava, por exemplo, no próprio Jorge Amado, que ao proferir discurso a memória de Roosevelt dirá:

*A Assembléia Nacional Constituinte do Brasil pensa interpretar o sentir unânime do povo brasileiro, afirmando que o prosseguimento da política de Boa Vizinhaça é uma aspiração dos povos latino-americanos, e que toda tentativa de volta à política imperialista de domínio de mercados e de opressão dos povos só pode conduzir à quebra do espírito internacional de colaboração entre as nações democráticas, firmado durante a guerra patriótica contra as potências do Eixo e agora assegurado na Organização das Nações Unidas, fiadora da paz mundial.*⁶¹

Desta forma, por que evocar Castro Alves no Brasil da redemocratização? Era como se Jorge Amado percebesse que todo o seu esforço de cinco anos atrás estivesse prestes a ser apagado entre nós, como um astro que se extingue depois de ter brilhado mais do que convinha. Ou seja: Castro Alves como símbolo da nova democracia brasileira e continental não se enraizaria.

⁵⁹ Cf. AMADO, Jorge. (1941), *ABC de Castro Alves*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

⁶⁰ Cf. AMADO, Jorge. (1946), *Seara vermelha*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

⁶¹ Cf. AMADO, Jorge. (1946), “Discursos sobre Roosevelt”. Anais. *Diário da Assembléia*. Rio de Janeiro, 13 de abril.

O processo de afastamento de Castro Alves da cultura democrática brasileira na transição dos anos 1940 foi gradual. Em 1941, ainda em plena segunda guerra mundial e, portanto, bem antes da redemocratização, houve as manifestações de Jorge Amado em homenagem ao poeta. Tão logo adentramos na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, ele passava praticamente despercebido. Daí que faltando poucos dias para as conclusões dos trabalhos constituintes Jorge Amado voltava a Castro Alves. Mas, cabe novamente perguntar, por que voltar a ele naquela hora?

Jorge Amado sabia que do mesmo modo que a glorificação de Castro Alves entre nós refletia a glorificação universal da democracia, seu eclipse no Brasil da época era como um reflexo do seu eclipse no mundo.

Esse declínio é visível na interminável série de farpas e ironias desferidas contra os comunistas na constituinte. Eles eram chamados de tudo. Cretinos, sectários, entre tantas outras intempéries.

O que estava por trás dessa hostilidade? Em parte, os ataques se davam em razão, como já vimos anteriormente, do sucesso que os comunistas obtiveram eleitoralmente em 1945 (que seguiu seu curso em 1947). Ou seja: não se assiste impunemente à própria apoteose. Mais cedo ou mais tarde os comunistas seriam vítimas da vingança dos que não ascendiam ao Olimpo da democracia.

Daí o paralelo que Jorge Amado estabeleceu entre Castro Alves e a redemocratização surgir em *Seara Vermelha*, pois a evocação no próprio título do romance do poema “Bandido negro” indicava claramente o que estava questão:

Bandido negro

Corre, corre, sangue do cativo
 Cai, cai, orvalho de sangue
 Germina, cresce, colheita vingadora
 A ti, segador a ti. Está madura.
 Aguça tua foice, aguça, aguça tua foice.
 (E. Sue - Canto dos filhos de Agar)

Trema a terra de susto aterrada...
 Minha égua veloz, desgrenhada,
 Negra, escura nas lapas voou.
 Trema o céu ... ó ruína! ó desgraça!
 Porque o negro bandido é quem passa,
 Porque o negro bandido bradou:

Cai, orvalho de sangue do escravo,
 Cai, orvalho, na face do algoz.
 Cresce, cresce, seara vermelha,
 Cresce, cresce, vingança feroz.

Dorme o raio na negra tormenta...
 Somos negros... o raio fermenta
 Nesses peitos cobertos de horror.
 Lança o grito da livre corte,
 Lança, ó vento, pampeiro de morte,
 Este gigante de ferro ao senhor.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
 Cai, orvalho, na face do algoz.
 Cresce, cresce, seara vermelha,
 Cresce, cresce, vingança feroz.

Eia! ó raça que nunca te assombra!
 Pra o guerreiro uma tenda de sombras
 Arma a noite na vasta amplidão.
 Sus! pulula dos quatro horizontes,
 Sai da vasta cratera dos montes,
 Onde salta o condor, o vulcão.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
 Cai, orvalho, na face do algoz.
 Cresce, cresce, seara vermelha,
 Cresce, cresce, vingança feroz.

E o senhor que na festa descanta
 Pare o braço que a taça alevanta,
 Coroada de flores azuis.
 E murmure, julgando-se em sonhos:
 "Que demônios são estes medonhos,
 Que lá passam famintos e nus?"

Cai, orvalho de sangue do escravo,
 Cai, orvalho, na face do algoz.
 Cresce, cresce, seara vermelha,
 Cresce, cresce, vingança feroz.

Somos nós, meu senhor, mas não tremas,
 Nós quebramos as nossas algemas
 Pra pedir-te as esposas ou mães.
 Este é o filho do ancião que mataste.
 Este - irmão da mulher que manchaste...
 Oh! não tremas, senhor, são teus cães.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
 Cai, orvalho, na face do algoz.

Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.

São teus cães, que têm frio e têm fome,
Que há dez séculos a sede consome...
Quero um vasto banquete feroz...
Venha o manto que os ombros nos cubra.
Para vós fez-se a púrpura rubra,
Fez-se a manto de sangue pra nós.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.

Meus leões africanos, alerta!
Vela a noite... a campina é deserta.
Quando a lua esconder seu clarão
Seja o bramo da vida arrancado
No banquete da morte lançado
Junto ao corvo, seu lúgubre irmão.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.

Trema o vale, o rochedo escarpado,
Trema o céu de trovões carregado,
Ao passar da rajada de heróis,
Que nas éguas fatais desgrenhadas
Vão brandindo essas brancas espadas,
Que se amolam nas campas de avós.
Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz⁶²

Ou seja: a estatura de Castro Alves era tão descomunal que ele precisava ser posto de lado. Essa é o sentido da estratégia que se arquitetou contra Jorge Amado e o PCB. Havia duas maneiras de livrar-se de Castro Alves e as duas foram adotadas. A primeira foi a mumificação. Alguns grandes homens saem da vida para entrar na história. Castro Alves era expulso da vida para ficar entre lugar nenhum e o adeus. A segunda reação foi de crítica aberta. Alegava-se que Castro Alves tinha envelhecido tanto em sua retórica quanto em sua ideologia.

⁶² ALVES, Castro (2003). “Bandido Negro” in *Os escravos*- Martin Claret: SP. p.58-61.

Para os conservadores, Castro Alves desrespeitava, por sua desmedida, a sobriedade, o decoro, o bom gosto que supostamente caracterizavam a literatura brasileira, do mesmo modo que com sua escandalosa mistura de sublime e do grotesco e com sua petulância em desconhecer as regras, o inventor da poesia revolucionária desmoralizava as bases da estética brasileira. A linguagem do Castro Alves de Jorge Amado em *Seara Vermelha* foi a da Revolução Francesa na constituinte de 1946. Como Castro Alves escreveu no poema “Bandido Negro”, o idioma que Jorge Amado encontrou para germinar literatura na constituinte era contra o antigo regime, em que povo e nobreza viviam segregados em castas. Havia a palavra nobre e a palavra familiar que nenhum literato sério ousaria empregar. Havia vocábulos-duques e vocábulos-plebeus. Sobre os batalhões de Alexandre, Castro Alves fez soprar um vento revolucionário, e pôs um barrete vermelho no velho dicionário. O Castro Alves de Jorge Amado declarou as palavras livres e iguais. Então a ode, abraçando Rabelais, tomou uma bebedeira. Foi o Robespierre de Jorge Amado. Bateu as mãos, bebeu o sangue das frases, tomou e demoliu a Bastilha das rimas, quebrou o jugo de ferro que prendia a palavra-povo. Graças a ele, a língua foi posta em liberdade. Castro Alves tinha que ser ultrapassado, mas sem em nenhum momento perder de vista que era da subversão dele que veio o impulso para a subversão revolucionária e moderna de Jorge Amado, e que sem a libertação da linguagem efetuada por Castro Alves não teríamos podido rebelar-nos contra o próprio Castro Alves. Ou seja; Jorge Amado seria impensável sem Castro Alves.

Entretanto, seria correto afirmar que foi ultrapassada, a forma de Castro Alves? Ao contrário; é sobretudo pela forma que Castro Alves é imperecível. Sua facilidade formal é tão prodigiosa, que parece inverter a relação entre pensamento e linguagem: como notou Jorge Amado ao fazer a sua biografia, tem-se a impressão de que, para ele, a linguagem deixa de ser um meio para a expressão do pensamento, e de que o pensamento se converte num meio a serviço da linguagem poética.

No entanto, essa impressão é falsa, como percebe o próprio Jorge Amado. Castro Alves nada tinha de formalista. Assim como deveria ser a constituição democrática de 1946. Esse poeta imortal era também um pensador, mas a questão está em saber se seu pensamento permanecia sendo válido. No fundo o crítico discorda dessas idéias, e em vez de rejeitá-las pura e simplesmente, declara-as obsoletas. É o que acontece com as grandes meditações poéticas-políticas de “Bandido negro” de Castro Alves sobre o progresso da humanidade, sobre a lenta ascensão do homem em direção à liberdade. Em vez de dizer abertamente que não acredita no valor moral do progresso, o crítico prefere dizer que essas concepções derivam de uma

ideologia do século XIX, hoje irremediavelmente antiquada. Mas antiquada segundo que parâmetros? À luz das realidades contemporâneas, responderia o crítico, realidades que diferem em tudo das que caracterizaram o século XIX.

Mas a tese de uma descontinuidade radical entre as duas épocas precisa ser demonstrada. E não há melhor ocasião para isso que a constituinte de 1946, que precisamente junta as duas pontas de um arco temporal, estendendo-se entre o presente do novíssimo e o passado imperfeito. Sabemos qual é esse passado: é a vigência do Estado Novo. Quais as forças históricas que atuavam na constituinte como herdeiros do Estado Novo? Como elas se refrataram na personalidade de Jorge Amado? Temos à nossa disposição, para responder a essas perguntas, um documento excepcional, o poema “Bandido negro”. É um dos poemas mais dolorosamente concretos de Castro Alves, e ao mesmo tempo aquele em que transparece mais claramente a interpenetração do destino individual e da história externa.

Em sua dimensão concreta, Jorge Amado identifica em Castro Alves de pronto, duas forças: a austeridade jacobina de Esparta e a glória militar de Roma, ou seja, em linguagem menos metafórica, os comunistas e os liberais.

Ainda no poema, aparece uma terceira força: a Vendéia, isto é, a tradição, o torrão natal, que em nome do antigo regime se opõe às duas vertentes da modernidade política, a comunista e a liberal. As três forças históricas se espelham nas escolhas adultas de Castro Alves. Assim como se espelharam na Constituinte de 1946.

Em suma, ao evocar “Bandido Negro”, Jorge Amado percebe a redemocratização, em específico o ano de 1946, como produto dessas influências, por sua vez engendradas por determinadas forças históricas, e nomeia claramente essas forças: o liberalismo, o conservadorismo e o comunismo.

Hoje é o século XXI que tem cinco anos. Supondo que neste momento esteja nascendo um novo Castro Alves, um novo Jorge Amado, um novo “Bandido negro”, uma nova *Seara Vermelha*, como seria descrito, o ano de 2005?

Estranhamente, temos a impressão de que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos cinco séculos passados, reencontraríamos em nossa época as mesmas três forças que seu poema tinha identificado: o liberalismo, o conservadorismo e o comunismo. Em “Bandido negro”, o liberalismo estava na Inglaterra, e hoje é representado pelo governo republicano norte-americano e seu mandatário; o conservadorismo ainda era a Vendéia feudal, e hoje é representado pelo governo republicano norte-americano e seu mandatário; o comunismo era

Robespierre, e hoje (como antes fora Jorge Amado e outros) seriam os partidários de uma democracia mundial.

Se é assim, podemos encontrar em Castro Alves e em Jorge Amado todos os elementos para uma reflexão contemporânea. Primeiro, com o fim da Guerra Fria, o mundo vive hoje sob o jugo de uma nova realidade imperial. Para alguns, esse império é impessoal, anônimo, inevitável como uma força da natureza, e seu nome é globalização. Para outros, o império tem um rosto e uma bandeira: é o império norte-americano. É possível que Castro Alves e Jorge Amado, acostumados com impérios que nada tinham de abstratos, achassem mais plausível essa segunda versão, e é sobre ela que vamos nos demorar. Sem dúvida, há diferenças de estilo e de racionalidades entre a Inglaterra do XIX e o Presidente dos Estados Unidos do XXI, mas nas duas experiências, a arrogância de César é a mesma. Como a Inglaterra do XIX, o mandatário republicano do governo norte-americano quer impor sua lei ao mundo por uma autoridade usurpada: foi a própria Inglaterra do século XIX que pôs a coroa em sua cabeça, e foi o próprio George W. Bush que se outorgou a estrela de xerife. Nas duas experiências, o unilateralismo é a regra, e nas duas o poder militar é o argumento supremo. Esse foi o argumento usado na construção do abominável sentimento de medo na Guerra Fria, o das superpotências e o dos seus superinimigos da ocasião.

Segundo, a ação avassaladora do império, quer ele assuma a forma da globalização, quer a do expansionismo norte-americano, gera reações particularistas, defensivas, que se traduzem na reativação de especificidades locais, étnicas, culturais, religiosas. Reaparecem velhas patologias, que se julgavam há muito superadas, como o nacionalismo, o racismo e o fundamentalismo religioso, como nos alertou em várias ocasiões intelectuais do porte de um Edwar Said, por exemplo. Algo de semelhante aconteceu na Vendéia, na época da Revolução Francesa. O furacão universalista que soprava de Paris, com sua tendência a dissolver os costumes seculares das velhas províncias francesas, sua religiosidade, suas fronteiras geográficas tradicionais, suas línguas, seus pesos e medidas, estimulou reações locais das quais a insurreição da Vendéia foi a mais perigosa para a jovem República. Hoje, como ontem, esses particularismos são problemáticos. Não se pode resistir a pressões globais por meios locais. Uma realidade imperial, cuja jurisdição transborda todas as fronteiras, só pode ser combatida por meios igualmente transnacionais. Reações meramente locais são ou irrealistas, quando vêm da esquerda, ou perigosas, quando vêm da direita.

O que pensaria Castro Alves a respeito? O que pensaria Jorge Amado a respeito? Não há dúvida: perguntar-se-iam dos elementos para uma reflexão sobre os descaminhos do antiuniversalismo.

Terceiro, há outra maneira de combater a globalização: é atacá-la no próprio terreno em que ele se manifesta, o terreno internacional. Temos que responder aos riscos de nivelamento e subordinação implícitos na globalização. Temos que caminhar, em suma, em direção a uma democracia mundial, capaz de nos fazer participantes de todas as decisões que afetam os interesses do gênero humano, em vez de sermos meros destinatários passivos de políticas adotadas à nossa revelia nos grandes núcleos de poder.

De novo, o caminho foi mostrado por Castro Alves e Jorge Amado. É evidente que para eles o universalismo só poderá ser democrático.

Castro Alves e Jorge Amado pregavam a unificação das Américas, vendo-a como um passo decisivo em direção ao universal, e isso na época era uma quimera. Será o tribuno de 1946 que, ao homenagear Roosevelt falará que o próprio

*colocou o pan-americanismo a serviço dos povos pan-americanos e a serviço da democracia mundial (...) não tiveram os brasileiros dúvidas em consentir que a bandeira norte-americana de Franklin Delano Roosevelt, tremulasse ao lado da nossa em território brasileiro, nas bases aéreas e navais.*⁶³

Alerta, porém, Jorge Amado, que, finda a guerra e a ameaça germânica, o que chamava a sua atenção é a mudança do Pan-Americanismo de Roosevelt, agora num modelo imperialista e com a formatação de uma Guerra Fria. Hoje o Mercosul é uma realidade.

Mas suponhamos que as grandes premonições dos nossos profetas sejam realmente irrealizáveis nas condições atuais. Nessa hipótese temos que fazer o que Gramsci sugere quando se descarta uma interpretação verídica em nome da realidade: se isso acontece, é a realidade que é falsa, e não a interpretação. A realidade repressiva não pode ser usada como tribunal de última instância para refutar um pensamento libertador. Pois Lyotard não tem razão quando decreta a extinção dos grandes ideais iluministas - as chamadas “grandes narrativas” - não é inútil invocá-los, porque sua rejeição pelo mundo moderno diz mais sobre esse mundo que muitos conceitos extraídos da atualidade mais viva. A relevância contemporânea de certas idéias pode estar em sua obsolescência, porque elas testemunham contra um presente que as transformou em

⁶³ Cf. AMADO, Jorge. (1946), “Discursos sobre Roosevelt”. Anais. *Diário da Assembléia*. Rio de Janeiro, 13 de abril.

anacronismos. Por esse critério, as guerras interétnicas e as agressões imperialistas que envergonham o quinto aniversário do nosso século não têm o poder de invalidar os sonhos do universal de Castro Alves e de Jorge Amado. É nosso presente que deve ser marcado com ferro em brasa por não ter sabido transformar esses sonhos em realidades históricas.

Quando o século XIX conhece “Bandido Negro”, o Brasil era uma sociedade escravocrata. O pensamento de Castro Alves foi usado por nossos abolicionistas para defender a extinção do regime servil. Agora que é o nosso século que tem cinco anos, o que vemos em nosso país? A instituição monstruosa foi formalmente abolida, mas o que Nabuco chamava a “obra da escravidão” sobrevive em toda a sua infâmia: a pobreza abjeta em que vivem largas parcelas da população brasileira, composta em grande parte de descendentes dos antigos escravos. Não seria mal se fôssemos buscar, como Jorge Amado fez às vésperas do término dos trabalhos da constituinte, no autor de “Bandido negro” a inspiração para erradicar essa terrível seqüela da escravidão.

2.2 O Segundo Vértice: O Cavaleiro Prestes e a Questão Camponesa

Não serão as ideologias por acaso a desgraça do nosso tempo?

*O pensamento criador submergido,
afogado pelas teorias, pelos conceitos dogmáticos,
o avanço do homem travado por regras imutáveis?*

Jorge Amado, *O Menino Grapiúna*⁶⁴

Que significa - na altura daqueles idos próximos ao término dos trabalhos da Constituinte de 1946 - a menção da figura de Luis Carlos Prestes por Jorge Amado em *Seara Vermelha*?⁶⁵ Antes de mais nada, um exemplo de *forte enraizamento popular* da obra literária e política, num universo onde o livro (culto ou não) permanecia objeto do *consumo de luxo*, e os escritores viviam vidas inteiras na nostalgia de imensos públicos *potenciais* - os únicos que correspondem ao tamanho das populações luso e/ou hispanófonas. Entretanto essa amplitude de leitura ainda era quase nula, comparada com o *best-seller* das verdadeiras “culturas do livro”, a começar, naturalmente, pela anglo-saxônica. *Seara vermelha* levou umas boas décadas para alcançar um milhão de exemplares - tiragem entre nós espetacular, mas banal no mundo do romance em inglês.

Não é, portanto, no *uso* do nome de Luis Carlos Prestes que reside a robusta vocação popular da obra de Jorge Amado: é antes na sua forma, conteúdo e mensagem (empregamos propositalmente essas duas últimas categorias, seqüestradas pela pedantocracia formalista que usurpou o discurso crítico na atualidade). Mas aqui, o “exemplo” Jorge Amado é um mar de equívocos. Nosso escritor duplamente mais popular mobiliza Luis Carlos Prestes como que a purgar seu livro da catequese política, vendo-se confrontado com os cantões da ideologia. Quando *Seara vermelha* surge, o plantão das ortodoxias (seja qual for a matriz) condenou-lhe a visão “amoral, sectária e carnavalesca” - visão, segundo a mesma censura, própria apenas das classes altas e marginais, como se a saga dos retirantes nordestinos exprimisse tão-só a ótica “decadente” da grã-finagem e do lumpemproletariado, indigna da virtude proletária, camponesa. Não admira que as nossas mediocridades mais pretensiosas tenham considerado o livro uma encomenda partidária, escrita por um adepto de Stalin autor das *Terras do Sem Fim*⁶⁶

⁶⁴ Cf. AMADO, Jorge. (1981), *O Menino Grapiúna*. Rio de Janeiro, MPM Propaganda S.A., MPM - Casabranca Propaganda Ltda e Record.

⁶⁵ Cf. AMADO, Jorge. (1946), *Seara vermelha*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

⁶⁶ Cf. AMADO, Jorge. (1943), *Terras do sem fim*. São Paulo, Livraria Martins Editora, “Coleção Contemporânea”.

para bajular aquela política! Quanto à crítica propriamente dita, se não engrossou tanto, nem por isso deixou de brandir preconceitos, sem jamais ter entendido aquele Luis Carlos Prestes. “*Populismo literário*”, diziam os bem-pensantes da dita cultura progressista -, e torciam o nariz às tamanhas fugas aos ditames do suposto realismo socialista. Até Lukács é invocado, inclusive, para hagiografias canonizadoras de Graciliano Ramos, para a excomunhão ritual do autor de *Jubiabá*⁶⁷, no entanto publicado no mesmo fecundo triênio - o meio dos anos 30 - que viu nascer *São Bernardo*⁶⁸ e *Angústia*⁶⁹.

O que constrangia toda essa crítica, dona da verdade e senhora do sentido da história, era a irredutível constante imagem “romântica” do Luis Carlos Prestes de Jorge Amado. Os mesmos intelectuais que caíam em perplexidade hostil diante do expressionismo com molho conservador do teatro de Nelson Rodrigues recusaram enfatiados do romantismo de esquerda do Luis Carlos Prestes de Jorge Amado. Em ambos, o melodrama não morrera - e em ambos, atingia em cheio leitor e platéia, dando *quinau sobre quinau* às anêmicas arlequinagens da vanguarda e aos *diktats* da crítica “radical”. Daí que podemos recepcionar o Cavaleiro Prestes e a sua Questão Camponesa tal como fez Rubem Braga e não a crítica a época que percebeu que o Baldo de *Jubiabá* está muito mais perto de *Macunaíma*⁷⁰ do que de *O Moleque Ricardo*⁷¹. Pois Baldo é um pícaro com coração de *cavaleiro andante*: não é à toa que se chama Balduíno e idolatra Lindinalva, uma Dulcinéia *caída* no prostíbulo⁷² ...

Há sempre um lado Amadis em Amado. Oswald de Andrade, antes de escrever sobre ele algumas injúrias ditadas pela paixão política, falou nas figuras “homéricas” das histórias de Jorge Amado. Ora, homérico é, sob esse aspecto, todo personagem de ficção romântica, no sentido largo do termo - todo caráter inteiriço, herói e/ou vilão, metido em trama de epopéia e/ou folhetim.

O romance *Seara vermelha*, de talhe coletivista de Jorge Amado, estava predestinado a essa forma épico-romântica. Sua própria densidade demográfica excluía os espaços interiores

⁶⁷ Cf. AMADO, Jorge. (1935), *Jubiabá*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

⁶⁸ Cf. RAMOS, Graciliano. (1934), *São Bernardo*. Rio de Janeiro, Editora Ariel.

⁶⁹ Cf. AMADO, Jorge. (1936), *Angústia*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

⁷⁰ Cf. ANDRADE, Mario. (1928), *Macunaíma*. São Paulo, Edição do Autor.

⁷¹ Cf. REGO, Jose Lins. (1935), *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

⁷² Salientamos que Jorge Amado tinha como um dos seus escritores nacionais preferidos, Manuel Antonio de Almeida, autor de “Memórias de Sargento de Milícias” e, mesmo sem a formalização de críticos de literários, acreditamos que Antonio Balduíno seja o “Leonardo” de Jorge Amado, onde encontrou o espaço da ordem, usando criticamente a imagem de Antonio Candido, na organização do mundo proletário revestido de sindicato e partido político próprio.

da análise psicológica - mas, em compensação, assegurava uma multiplicidade de tipos bem gráficos, fáceis de reter na memória do público.

Em literatura, romantismo e realismo não se excluem - e romantismo e costumismo chegam a se implicar um ao outro. Daí a naturalidade com que, nos anos 40, Jorge Amado partiu, já com arte mais madura, para a seqüência ficcional, no díptico de *Terras do Sem Fim a São Jorge dos Ilhéus*⁷³; e daí o desenvolvimento posterior para *Seara vermelha* que poderíamos chamar de “ciclo da comédia constituinte” - do mundo rural nordestino ao citadino e burlesco paulistano.

Por outro lado, a narrativa de costumes com um mínimo de pátina histórica, nutrida do exotismo de um passado bem definido em termos de lugar, é a alma do *regionalismo*. E foi o regionalismo, em Jorge Amado, que acabou engolindo o romance social “de tese” que ele articulou sem nunca, a rigor, desenvolver. Mas qual o seu papel, no rico elenco dos nossos regionalistas?

Fundada, justamente, pelo romantismo caboclo de Alencar, a ficção regionalista se prestaria, neste século, a mais de uma fórmula feliz: a versão memorialística de José Lins do Rego e a psicológica de Graciliano Ramos; o romance social do Herberto Sales; a variante ‘gótica’ de Adonias Filho e a farsesca de José Cândido de Carvalho; o *epos* órfico de João Guimarães Rosa e a intriga política de Mário Palmério; o grande formato do “roman fleuve” de Érico Veríssimo e de Josué Montello e a extensão mirim do conto de Bernardo Elis e Jorge Medauar.

Nessa ampla galeria, Jorge Amado prima pela seiva do cômico sentimental do seu narrar, combinada com a abrangência do seu registro social. Numa palavra: ele oferece uma versão muito própria do Cavaleiro Prestes - ou seja, um Cavaleiro Prestes, é claro, que trocou o decoro da ideologia da esquerda da época pela sensualidade de cama e mesa da tradição baiana.

E assim surge um mui romântico Cavaleiro Prestes que impregnado da sua notável ideologia social de *pathos* é agora temperado por Jorge Amado com uma certa dose de humor, e que com isso acaba por conjugar protesto socialista com uma apologia rabelaisiana da carne e do prazer.

O perfume da prosa do constituinte Jorge Amado ao mobilizar o Cavaleiro Prestes lembra Diderot: “*felicidade e prosperidade só podem existir numa sociedade em que a lei reconhece o instinto*”. Eis aqui a raiz do generoso perspectivismo moral que preside as novelas de *Os velhos marinheiros* e/ou de *Os pastores da noite* - e já levava *O menino grapiúna* a sentir

⁷³ Cf. AMADO, Jorge. (1944), *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

a liberdade como uma carícia. Perspectivismo impossível se a obra de Jorge Amado não tivesse sido, uma poderosa antena para captar, anunciar e *denunciar* ideologias.

Daí valer lembrar uma velha idéia de Antonio Cândido: no Brasil, foi a literatura que fez às vezes de conhecimento sociológico, e nos ajudou a nos interpretarmos e criticarmos a nós mesmos. Houve certa sabedoria poética no fato de Jorge Amado ter ocupado, na Academia Brasileira de Letras, a cadeira de Machado de Assis.

2.3 O Terceiro Vértice: Engels e o Reino da Necessidade

Em 1946, Jorge Amado iniciava uma experiência então em sua vida, inédita: o exercício de um mandato parlamentar constituinte. Sua ligação com o campo da política não era nova. Ingressou na Juventude Comunista no início dos anos 1930, influenciado por, entre outros, Rachel de Queiroz⁷⁴, onde, mais tarde, galgou quadros dentro do então Partido Comunista do Brasil (PCB). Seu exercício da prática política do ponto de vista partidário, se firmou a partir de sua inserção na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, na Seção-Bahia. A ANL era uma frente política antifascista, cuja influência do PCB era nítida. Jorge Amado provavelmente trouxe para a instituição-partido, sua vivência na urbes a partir da sua experiência como repórter em periódicos de Salvador e do Rio de Janeiro. Essa sua trajetória - que necessitaria de um estudo ainda a ser feito - fez com que se preocupasse não só com temas do mundo da cultura, como também, com temas das demandas advindas das camadas dos excluídos nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e Salvador.

Essa sua ligação com as demandas populares para o exercício da cidadania encontra eco na sua literatura, onde se sucedem greves, piquetes, motins militares, êxodos rurais, banditismo social, messianismo, entre outros. Sua literatura do período pré-constituinte tem como objetivo dar voz a essas demandas, colocando essa massa carente como ator na sua história e, pela visão do militante, o partido - logicamente o comunista - seria em tese responsável por canalizar essas demandas para o *locus* público e de dar direção a esse contingente de pessoas em prol da Revolução. Revolução essa que subverteria a hierarquia do "Reino das Necessidades e o da Liberdade", onde esse teria a primazia sobre aquele. A formação acadêmica de Jorge Amado era o ramo do Direito, cursado na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Portanto, os temas das necessidades e do Direito provavelmente vão amadurecer no pensamento de Jorge Amado gerando desdobramentos na obra do autor no campo literário e na atividade constituinte.

A partir da conjuntura do pós-segunda guerra, onde os comunistas italianos, brasileiros e franceses conseguem uma expressiva massa de votos nas eleições parlamentares daquele contexto; onde as limitações políticas e os extremismos da Guerra Fria ainda não tinham se consolidado, Jorge Amado acabou por se tornar deputado federal constituinte pela bancada comunista de São Paulo. A escolha inusitada por São Paulo, e não pela Bahia, como poderia se supor a partir da origem do escritor, deve-se ao fato da intensa mobilização de categorias trabalhadoras que começavam um intenso processo de reivindicação de melhorias de trabalho,

⁷⁴ Cf. AMADO, Jorge. (1992). *Navegação de Cabotagem*. São Paulo: Record.

de acordo com o espírito da redemocratização advinda com o fim do Estado Novo em 1945, oportunizando esses novos ventos com ações grevistas, de mais intensa atividade associativa.

Mesmo que os sindicatos continuassem atrelados ao Estado pela via corporativa, os trabalhadores formavam agora um grupo significativo de demandas no campo social e trabalhista. Jorge Amado era uma figura de proa para capitanear simpatizantes à estrutura do Partido, pois afinal, já era um escritor que gozava de prestígio dentro e fora do país, e, segundo Graciliano Ramos, "o Brasil passou a ler a partir de Jorge Amado", sua imagem está associada com as camadas populares e carentes da população.

Sua intervenção na vida pública já era intensa, não apenas no cargo na ANL como um dos maiores defensores da queda do Estado Novo - seus livros chegaram a ser queimados em praça pública, em especial, *Capitães da Areia*, lançado dias depois do golpe de Novembro de 1937 - como da anistia para os presos políticos - tendo sido nesse período, um deles - como no caso sintomático da defesa empreendida pelo autor quando na questão que envolvia Luís Carlos Prestes. Jorge Amado tomou para si a tarefa de escrever um livro que expusesse a vida e os feitos políticos de Prestes. Partindo dessa premissa temos a escrita de *O Cavaleiro da Esperança*, publicado primeiramente em castelhano no Uruguai e que ilegalmente entrou no Brasil no final do estado Novo, em 1945.

Este livro teve grande circulação – oficialmente, como dissemos, proibida - e ajudou a formar a opinião pública para a questão da anistia de Prestes, impossibilitado de conhecer sua filha em virtude do seu isolamento carcerário tal qual participar do enterro da mãe, falecida no exterior. Justamente após esse período, como efeito da Segunda Guerra Mundial, há a queda do aparato estadonovista e convocação do pleito para o Legislativo que tornar-se-á, no momento próximo da eleição, responsável pela nova Constituição do país. Nesse bojo temos a vitória de Jorge Amado, descrito na propaganda eleitoral do PCB como o "*Escritor do Povo*".

Com a instalação do trabalho constituinte na capital, o escritor e sua segunda mulher, Zélia Gattai, transferem-se para o Rio de Janeiro, na região da Baixada Fluminense, para que Jorge Amado fique mais próximo dos trabalhos da Constituinte.

No sítio onde está instalado, em São João de Meriti, Jorge Amado elabora uma convergência de duas de suas paixões, a literatura e a política. No mesmo período em que transita a atual cláusula pétrea da Constituição Federal, que diz respeito à Liberdade Religiosa e de Culto no país, de autoria de Jorge Amado - uma forma subliminar de se entender seu engajamento no aspecto das demandas das camadas subalternas, em especial às ligadas aos cultos afro-brasileiros -, o escritor baiano escreve um novo romance. *Seara Vermelha* é

publicado pela Editora Martins em 1946, semanas antes da promulgação da Constituição Brasileira. Como já aludimos, o livro conta com três citações logo em sua abertura.

Seu tema enfoca desde o êxodo rural diante da catástrofe da seca e da fome, ao messianismo e cangaço, culminando com episódios relacionados ao levante comunista de 1935 no Nordeste e na conscientização política de um protagonista a partir de sua entrada no PCB.⁷⁵

Voltemos ao terreno das citações. A primeira citação usada por Amado é a que fez referência ao poema de Castro Alves, “Bandido Negro”, cujo um verso dá título ao livro e que já constava em outra empreitada do autor em biografias, *O ABC de Castro Alves*.⁷⁶ A segunda citação é uma passagem de um discurso do Senador Constituinte Luis Carlos Prestes sobre o tema da Questão Agrária no Brasil, e, por fim, mas não menos importante, há um trecho de autoria de Friederich Engels, onde se lê que **"a verdadeira liberdade é o conhecimento da necessidade"**, onde Jorge Amado não nos deu a referência. Vamos nos deter agora na discussão que Jorge Amado pode fazer a partir do confronto do "Reino das Necessidades" e do "Reino da Liberdade", como está colocado no trecho escolhido por ele da obra não citada de Engels, que é no caso, *O Anti-Duhring*.

O Partido Comunista a partir do sucesso eleitoral das urnas de 1945 – afinal era a quarta força política da composição da Constituinte -, conforme quadro a seguir, começou a compreender que havia uma necessidade de se empreender uma campanha de formação de novos quadros advindos daquele sucesso.

⁷⁵ Cf. AMADO, Jorge. (1946), *Seara Vermelha*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

⁷⁶ Cf. AMADO, Jorge. (1941). *O ABC de Castro Alves*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Votação (Absoluta e Percentual) por Partido
Câmara dos Deputados

Partidos	1945	
	N	%
PSD	2.495.944	42,4
UDN	1.575.375	26,8
PTB	603.500	10,2
PCB	511.332	8,7
PR	219.562	3,7
PPS	107.321	1,8
PDC	101.636	1,7
PRP	94.447	1,6
PRProg	70.675	1,2
PL	57.341	1,0
PRD	33.647	0,6
PAN	17.866	0,3
Total	5.888.646	100,0

Fontes: Mapas e Atas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Jorge Amado em uma ocasião dissera que nunca tinha lido Marx e acreditava que os seus contemporâneos brasileiros que tinham feito essa empreitada na verdade, se basearam em manuais e compilações que empobreceriam, e muito, a teoria da práxis⁷⁷. Mas o Jorge Amado que expõe isso é o Jorge Amado da visão retrospectiva, e não o Jorge daquele momento de grande agito na política e de constituição de seu partido como *partido de massa*. Não acreditamos que a presença do *O Anti-Duhring* de Engels e que outros livros deste mesmo autor ou de Marx, ou ainda a tradução da edição francesa que Caio Prado Júnior realizou do livro de Nikolai Bukharin, *Tratado de materialismo histórico: manual de sociologia popular marxista*, tenham passado despercebidos por Amado ou que não tenham merecido leitura ao menos, de seus trechos.

⁷⁷ Cf. AMADO, Jorge. (1992). *Navegação de Cabotagem*. São Paulo: Record.

O PCB preocupava-se com a difusão da leitura desses clássicos do marxismo (aqui não queremos em hipótese nenhuma discutir se era doutrina ou não, se era de acordo com o “realismo socialista” etc. Essa discussão é pertinente, mas não será esse o momento de sua apreciação), como consta, por exemplo, o artigo de Osvaldo Peralva em Outubro de 1945 no jornal *Tribuna Popular*, do PCB, em que o autor aponta que a leitura do livro de Engels “serve para aplainar o caminho que leva ao âmago da doutrina marxista”, um texto “clássico e imprescindível para o conhecimento da doutrina comunista.” É pouco provável para nós que Jorge Amado, colaborador deste jornal, não participasse dos debates que indicariam esse livro, entre outros, para os novos filiados. Agora, para além da propaganda e pedagogia pecebista, cabe agora discutir o tema das necessidades e dos direitos em Jorge Amado conjugado não só com a sua obra literária como também com a sua participação política como constituinte. Portanto, para que tal relação fique melhor delineada, sigamos o pressuposto do PCB, e retomemos a leitura dos clássicos.

Antes de começarmos a seguir essa trilha, sugiro que nossa preocupação é semelhante com a colocação de Anthony Giddens ao dialogar com os “historicistas”, onde este, mesmo sabendo de problemas inerentes às abordagens de Quentin Skinner e Robert Jones, acha pontos importantes para realizar um debate sobre as propostas dos “clássicos” da Sociologia, Marx, Durkheim e Weber. A contextualização do momento onde o enfocado dialoga e propões questões é de suma importância para não cair em relativismos sem fim, para culminar num debate etéreo. Afirma Giddens sobre seu trabalho com os clássicos:

Quando sabemos mais sobre o contexto no qual Weber e Durkheim escreveram, podemos inferir mais sobre suas intenções, e a inferência a partir de suas intenções permite-nos, por sua vez, elucidar ainda mais os contextos de seus escritos (...) escrever alguma coisa ou fazer alguma coisa implica um agir, em reflexividade e em emaranhar-se em intenções com projetos de longa duração. Na história intelectual ... a autoria é essencialmente interrogada do mesmo modo que as ações, não importando quão triviais ou grandiosas elas sejam, podem ser interrogadas nos contextos da vida cotidiana.

Na fala e na ação cotidiana, não conferimos o controle final ao indivíduo sobre o significado do que ele ou ela diz ou faz; mas, de fato, conferimos ao falante ou ao agente, privilégios especiais de explicação.⁷⁸

Esse privilégio especial é que nos remeterá um diálogo mais acurado no campo das leituras de Marx e Engels sobre o tema da Liberdade, e como essas noções podem ter sido

⁷⁸ Cf. GIDDENS, Anthony. (1997), *Política, Sociologia e Teoria Social - Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo. Editora UNESP. p.24.

incorporadas por Jorge Amado num contexto onde o tema não só da Liberdade, mas como o da Legitimidade e Representação estavam sendo postos na sociedade brasileira.

Em 1842, nos *Anais Franco-Alemães*, escrevia Marx:

*As revoluções, com efeito, tem necessidade de um elemento **passivo**, de um fundamento **material**. A teoria só se realiza num povo somente na medida em que realiza as necessidades dele. A enorme defasagem entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã, não corresponderá o dissídio da sociedade civil com o Estado e consigo mesma? As necessidades teóricas serão necessidades práticas imediatas? Não basta que o pensamento tenda a se tornar realidade, a realidade deve tender para o pensamento.*

Marx certamente ainda não qualificava as restrições à cidadania acima apontadas como preconceitos de classe e/ou como expressões disfarçadas dos interesses das classes dirigentes. E sua teoria da Revolução foi a maneira que ele encontrou para conseguir compatibilizar a difícil união entre civismo e plebeísmo. A luta irreconciliável entre capitalistas e não-capitalistas é, para Marx, a cisão essencial das sociedades modernas, aquela que leva às desigualdades e aos conflitos mais relevantes e que impedem qualquer consenso ausente de coerção no seu interior. Uma vez eliminada essa cisão, estariam eliminadas também aquelas condições sociais que impediam o *grande número* a adquirir o *direito* de participar das decisões da sociedade política. Pode-se dizer que Marx não pensou que todas as diferenças de classe pudessem ser eliminadas de uma hora para outra. Afinal, não existe apenas uma, mas várias classes subjugadas - os proletários urbanos, os trabalhadores assalariados, as populações camponesas - pelos capitalistas. Mas, como ele dirá com Engels no *Manifesto Comunista*, o próprio desenvolvimento do capitalismo na direção de formação de oligopólios e/ou de virtuais monopólios, nos diversos ramos da produção, tornava essas classes em aliadas "objetivas" dos subalternos, nos únicos capazes de oferecer-lhes uma alternativa digna, diferente da exploração e da pauperização.

Ou seja: em vez de serem engolidas, a contragosto, pelo grande capitalista, elas deveriam voluntariamente aderir a um arranjo que pouco a pouco transformaria seus membros em novos contingentes de trabalhadores.

Em virtude dessas condições, todos os grupos subalternos da população, ou seja, a imensa maioria, deveria lutar pelo seu reconhecimento como cidadãos com plenos direitos políticos. Esse reconhecimento, inclusive, deveria ser buscado antes mesmo da revolução proletária, pois, como Marx e Engels sugeriram diversas vezes, dada a convergência "objetiva"

de interesses, **a extensão do sufrágio a todas** as classes seria um passo importante, senão decisivo, para a conquista de uma nova sociedade.⁷⁹

Para traçarmos um paralelo com a ação política e literária de Jorge Amado com os clássicos marxistas, importa reter que há uma grande semelhança entre eles, a partir do emprego de argumentos específicos daqueles que foram usados para convencer o conjunto dos trabalhadores de que tal universalização dos direitos políticos poderia satisfazer igualmente às suas demandas de alto engajamento político. Para ilustrar essa assertiva, temos o comício feito no teatro Coliseu Santista no dia 06 de Junho de 1945, onde, acompanhado do dirigente pecebista Milton Cayres de Brito, entre outros, Jorge dizia em seu discurso conforme assinalou *O Diário*:

*O conhecido literato falando em tom pausado e grave, iniciou (seu discurso) referindo-se ao que lhe representava ali no teatro, tanto do ponto de vista democrático como de simples reunião. Ressaltou as garantias que isso representava para o futuro do Brasil, afirmando que "só unidos e organizados podemos marchar para a solução dos problemas brasileiros". Examinando a situação política atual do país, falou sobre a democracia e liberdade assegurando que são palavras fundamentais e de ordem (...)*⁸⁰

Entretanto, os clássicos nos deixaram um nó. Mesmo que a premissa de que sem os capitalistas e sem a economia capitalista, a sociedade política estaria fadada a um consenso, graças à convergência de interesses materiais, por sua vez, eles não elaboraram com clareza os requisitos de simplicidade, austeridade e lazer, elementos essenciais para uma cidadania ativa.

O problema crucial é que tanto Marx como Engels consideram, ao contrário, ser indispensável uma alta participação política dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, o progressivo e acelerado, desenvolvimento das forças produtivas, o que não poderia ser feito sem uma intensificação da divisão do trabalho, tal como suas pesquisas já tinham indicado. Em suma, nem Marx, nem Engels, deixaram claro como esses dois movimentos simultâneos, o de intensa participação política e o de desenvolvimento das forças produtivas poderiam entrar em harmonia.

Isso torna bem evidente que Marx e Engels não elaboraram uma espécie de modelo "puro" sobre a sociedade pós-capitalista, onde, para dizer hegelianamente, o "*espírito objetivo*" se faz como diluído num "*espírito absoluto*".

⁷⁹ Cf. ENGELS, Friederich. (1956), "Introdução de 1895. As lutas de classes na França de 1848 a 1850". In: *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, Volume 1, Vitória.

⁸⁰ O DIÁRIO, 05/06/45 – São Paulo.

Porém, se nos foi legado esse dilema, há um aspecto positivo dessa sociedade proposta pelos fundadores do materialismo histórico, pois como havia anunciado Ernst Bloch, existem utopias produtivas e improdutivas, e as idéias de Marx e Engels expressaram a mais bela aspiração da humanidade madura, pois instituíram uma norma com a qual poderíamos medir a realidade de nossas idéias e seus valores, mediante as quais podemos determinar as limitações de nossas ações.⁸¹

A fecundidade desta norma valorativa pode ser verificada na recepção que fez o literato e constituinte Jorge Amado na filosofia radical de Marx e Engels, superando os paradigmas comunistas tradicionais, fixando sua visão no desenvolvimento das forças produtivas em chave com a temática das necessidades humanas. Contudo, esta abordagem não deixou de suscitar alguns questionamentos. Ilana Goldstein, por exemplo, se interroga sobre as contribuições de *Mar Morto* ou de *Capitães de Areia*, afirmando que a questão nacional em Jorge Amado nunca foi do campo político-partidário, mas de criação imagética, o que implicaria na ocultação do domínio imperialista estrangeiro, de modo que a esfera subnacional deixaria de ser *locus* do antiimperialismo para se tornar exotismo para turista, no processo de dragagem da mais-valia para o exterior, desconsiderando, portanto, por completo, a noção de necessidade e muito menos a autora a pontua como pertinente para a elucidação dos problemas sociais e políticos que Amado se pôs a narrar e debater.⁸²

Nos discursos que proferiu na Assembléia Constituinte, e, a partir do encerramento desta, na Câmara dos Deputados, onde discutiu um múltiplo número de questões, Jorge Amado não confirma os pressupostos da autora acima citada. Em todos seus pronunciamentos encontramos a afirmação que a grandeza de Marx e Engels está em suas incondicionais insistências na **liberdade como o valor da modernidade**. Mas já que os valores, como conjuntos simbólicos, configuram estruturas de necessidades, o princípio comunista de "*de cada um de acordo com suas necessidades*" não está vazio de conteúdo, pois devemos saber de que classe de necessidades e/ou de quais estruturas de necessidades estamos falando.

A liberdade como valor da modernidade conformaria seres humanos ricos em necessidades ricas, como queria Marx na sua *Contribuição à Crítica da filosofia do Direito de Hegel. Introdução*; mas também sujeitos das necessidades ilimitadas.

⁸¹ Cf. HELLER, Agnes. (1986), *Teoría de las necesidades en Marx*, Península, Barcelona. Como indicou em outro momento, "a filosofia só pode fazer uma coisa: pode dar uma norma ao mundo e pretender que os homens queiram dar ao mundo a norma". HELLER, Agnes. (1983), *A Filosofia Radical*, SP, Brasiliense.

⁸² Cf. GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. (2003), *O Brasil best-seller de Jorge Amado*, São Paulo, Editora Senac.

Sobretudo numa modernidade na qual, como assinalou Max Weber com perspicácia, *os homens morrem insatisfeitos*. Por isso, Jorge Amado Ter destacou que os valores, as visões de mundo e as instituições delimitaram o escopo e o âmbito das necessidades individuais, pois estas são canalizadas pelos modos de vida e se movem em seu horizonte. Assim, *Seara Vermelha*, o único livro de ficção de Amado na ocasião de seu mandato, como já assinalamos, ter como ponto de partida diversas inserções de sociabilidade, onde cada uma das quais apresentava modelos de vida adaptados a uma estrutura particular de necessidades, permitindo contemplar assim, um maior âmbito (mas, certamente, um âmbito limitado) de variações individuais nas preferências entre as necessidades. Portanto, os indivíduos podem eleger e abandonar livremente uma forma de vida, mas nenhuma destas pode ser completamente individual.

Em virtude disso, no livro *Seara Vermelha* e em alguns discursos e projetos do Constituinte Jorge Amado temos uma diretriz que aponta que não se deve confundir entre a provisão de meios para a satisfação das necessidades e a satisfação mesma, porque a provisão dos meios depende da *justiça distributiva*, enquanto que a satisfação das necessidades, não.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, voltando a Marx, este dizia que, em condições de abundância, “*a sociedade poderá escrever em suas bandeiras: a cada qual segundo suas capacidades, a cada qual segundo suas necessidades!*”⁸³ Entendemos, ao nos debruçarmos sobre o desempenho de Jorge Amado constituinte e deputado, onde pretendemos exemplificar para confirmar a nossa hipótese, que essa frase para ele não se colocou como um princípio constitutivo, mas sim, como um princípio regulador de justiça distributiva, num momento onde todas as necessidades estão em pé de igualdade de reconhecimento e validade, mas não existem os meios para a satisfação simultânea de todas, portanto, competiria aos membros da sociedade tomar decisões acerca das prioridades, segundo normas e regras da justiça política.

Continuando nesse *fiat*, ainda que a abundância seja sempre uma noção relativa, na perspectiva do constituinte e literato Jorge Amado, o reconhecimento de todas as necessidades humanas resulta numa idéia reguladora fundamental - a perspectiva do funcionamento do Estado Soviético dessa forma, naquele contexto de reconstrução pós-guerra, foi motivo de loas de Amado -, porque sem ela não se podem efetuar o reconhecimento da dignidade humana, nem o exercício da democracia radical. Essa idéia de equidade na regulação da distribuição serve, não só numa situação de abundância relativa, como também em meio à escassez mais absoluta.

⁸³ Cf. MARX, Karl, & ENGELS, Friederich. (1956), "Crítica do Programa de Gotha". In: *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, volume 3, Vitória.

Com base neste reconhecimento de *todas* as necessidades, Jorge Amado se oporia às categorias de "verdadeiro" ou "falso" aplicadas às necessidades, pois implicam uma confrontação entre necessidades reais e imaginárias. Toda distinção entre verdadeiras ou falsas necessidades, fundadas numa teoria do fetichismo de Marx, pressupõe que a pessoa que julga, se coloca por cima da sociedade. E dado que as necessidades humanas são determinadas historicamente, não existe um critério objetivo para dividi-las em "reais" e "irreais". Entretanto, o assunto se torna ainda mais complicado quando já não é um teórico isolado, mas um sistema social institucionalizado o que se arroga o direito de se fazer esta seleção. Evocando as experiências nazi-fascistas e integralistas, Jorge Amado subliminarmente verifica que nelas há a instauração de uma *ditadura sobre as necessidades*, ou seja, o poder só permite a satisfação das necessidades que ele estima reais. A satisfação de todas as outras necessidades não é assegurada, e, ademais, todas as aspirações à satisfação das necessidades não reconhecidas, são reprimidas.

Portanto, se todas as necessidades sentidas e formuladas conscientemente pelos homens devam ser consideradas reais, as suas satisfações não poderão ser realizadas de imediato. Para se confrontar com a possibilidade de uma *ditadura sobre as necessidades*, há de se criar uma estrutura na qual as forças sociais que representam necessidades tão reais como quaisquer outras, decidam, no curso de um debate democrático alicerçado sobre a base do consenso, quais necessidades devem ser satisfeitas primeiro. Para nós, essa é a configuração de um *democratismo radical* de Amado e as suas aspirações revolucionárias. Longe de imagens dogmáticas, de mistificações construídas ao longo da Guerra Fria, o que precisamos depurar é a análise e, principalmente, *a proposição real* de mudança da estrutura social brasileira, daquele personagem.

A tônica de condução é outra quando se comete a diferenciação entre necessidades "boas" e "más". Porque se necessidades como as de oprimir, humilhar ou explorar os outros homens são bem reais, nem por isso resultam em aceitáveis. Para se estabelecer um critério de discernimento, Jorge Amado buscou uma norma social ao recorrer ao *Anti-Duhring* de Engels, como o fez na abertura de *Seara Vermelha*: se se aceita seu imperativo, segundo o qual, o homem não deve ser transformado num simples meio, excluímos por aí o reconhecimento e a satisfação, de um ponto de vista social, de um ponto de vista do bem estar, de todas as necessidades que não são necessidades qualitativas concretas, mas necessidades quantitativas, alienadas. Nas palavras de Engels:

"A Liberdade é o conhecimento da necessidade".

Essa formulação do imperativo do *Anti-Duhring* serve como critério geral de avaliação, mas não para facilitar o caminho da satisfação de todas as necessidades, posto que, as quantitativas, infinitas por definição, são insaciáveis. Ademais, só com a deslegitimação de necessidades como as de oprimir ou explorar, é concebível a satisfação da necessidade da liberdade.

Não obstante, no debate democrático institucionalizado sobre a prioridade a conduzir a satisfação das necessidades, a divisão entre as “boas” e as “más” não pode ser mobilizada. Nesse contexto, o critério restritivo poderia bloquear a comunicação, alegando-se maior ou menor “realidade” das necessidades, e por esta via, ao invés de se chegar a um consenso, degeneraria a direção da sociedade em uma ditadura sobre as necessidades. Por isso, há que se reconhecer como reais todas as necessidades apresentadas pelos homens de modo consciente. Outra coisa é perguntar-se pelas preferências nos sistemas de necessidades que fazem referência a um ou a diversos modos de vida com relação a outros que estão em concorrência, pois as diferentes eleições concernentes às necessidades aspiram chegar a uma mesma função, mas na realidade não o podem fazer. A exigência pode ser formulada assim: o sistema de necessidades humanas deveria corresponder ao sistema de necessidades que nós temos escolhido. Acreditamos que a perspectiva política de Jorge Amado indicaria que a influência que se exerce sobre o desenvolvimento do sistema de necessidades na sociedade é crucial.

Nessa óptica, a influência pode transformar-se em imposição quando as pessoas ou grupos se atribuem necessidades das quais não são conscientes.

Uma maneira de fazê-lo, autoritária por certo, é negando o fato de que as necessidades que se quer satisfazer sejam reais ou autênticas. Contudo, não seria possível que houvessem outras necessidades não sentidas pelos homens inconscientes, mas que, uma vez feitas conscientes modifiquem todo o seu sistema de necessidades? Como Jorge Amado partiria da hipótese de que as necessidades são conscientes, acabaria por recordar uma importante distinção de Sartre entre a necessidade como “carência” ou como “projeto”. No primeiro caso se tem consciência só da existência de uma necessidade, enquanto que no segundo se tem consciência, ademais, das formas de alcançar sua satisfação. Aqui não se busca impor a necessidade como tal, mas se sustenta que se existissem as determinações sociais que guiam as necessidades, então da carência a necessidade se conduziria ao projeto, e assim, o sistema de necessidades se veria transformado. Esta imposição por condicionamento até certo ponto razoável, se depara com os fatos, pois para converter-se numa força real de mudança tem que se integrar nas instituições da vida social e particularmente no poder.

A estrutura de poder das sociedades contemporâneas veicula, por sua parte, uma preferência para sistemas concretos de necessidades: ao levar em conta os imperativos da produção e da coexistência social, elabora sistemas de determinações sociais que guiam as necessidades e sua satisfação, e isso é a "manipulação". Segundo o Engels da *Introdução de 1895, As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, existe uma manipulação bruta, que toma a forma de uma ditadura sobre as necessidades, mas há também outra sofisticada: o sistema de manipulação refinada, que produz e oferece instituições que correspondem a projetos já existentes e universais, e isto de forma sem crescente, mas se apóia sobre as necessidades como "carência", não produz na perspectiva dos modos de vida democráticos, não cria instituições para a *res publica*.

Em outro momento de *Seara Vermelha*, ao referir-se aos aparatos ideológicos de Estado, Jorge Amado especifica que não são só órgãos de legitimação, mas às vezes, de dominação, posto que delimitam e canalizam a imaginação social, ou seja, incitam a aceitar o atual estilo de vida como dado, e a assumi-lo como um suposto, com todas suas múltiplas conotações. Este "bloqueio da fantasia", se não se libera adequadamente, pode provocar reações patológicas e aberrantes porque a carência que não consegue satisfazer-se através dos projetos se acumula, gerando muitas vezes, frustração, neurose e violência. Mas esses instrumentos possuem limites muito claros, como deixou exemplarmente nítido Engels nessa passagem:

*A ironia da história mundial põe o mundo de ponta-cabeça. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", avançamos muito melhor pelos meios legais do que pelos ilegais e pela conspiração. Os partidos da ordem - como se denominam eles - perecem nos quadros da legalidade criada por eles mesmos. Com Odilon Barrot gritam desesperados: la legalité nous tue, enquanto nós, nesta legalidade, ganhamos músculos rijos, faces coradas e respiramos a eterna juventude. E se não formos tão insensatos que nos deixemos arrastar ao combate de ruas para ser-lhes agradáveis, não lhes restará, afinal, outra coisa a fazer que romperem eles mesmos esta legalidade que lhes é fatal.*⁸⁴

Ao nos narrar diversas formas de agressividade em *Seara Vermelha*, assim como na Tribuna da Assembléia Constituinte e da Câmara dos Deputados, deixou claro que o homem

⁸⁴ ENGELS, Friedrich. "Introdução A Luta de classes na França" In MARX e ENGELS. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, volume 1, 1956, p.104.

ENGELS, Friedrich: Einleitug zu Marx' "Klassenkämpfe in Frankreich", in: Karl Marx – Friedrich Engels Werke, Bd. 22, Dietz Verlag, Berlin, 1963, p. 525. No original: „Die Ironie der Weltgeschichte stellt alles auf den Kopf. Wir, die „Revolutionäre“ die „Umstürzler“, wir gedeihen weit besser bei den gesetzlichen Mitteln als bei den ungesetzlichen und dem Umsturz. Die Ordnungsparteien, wie sie sich nennen, gehen zugrunde an dem von ihnen selbst geschaffenen gesetzlichen Zustand. Sie rufen verzweifelt mit Odilon Barrot: la légalité nous tue, die Gesetzlichkeit ist unser Tod (...)“.

não realizado não conhece a tolerância da teoria liberal e chega à frustração. Seus impulsos e motivos tomam a forma de ira dirigida até a degradação e/ou aniquilação dos outros homens porque não conseguimos realizar nossas capacidades e sofremos por isso. Pois bem, as duas formas de manipulação implicam, de maneira aberta ou velada, a divisão entre necessidades "reais" e "irreais", infringindo a norma segundo a qual, todas as necessidades deveriam ser reconhecidas e satisfeitas, à exceção das que fazem do homem um simples meio (como está nas necessidades de poder e ambição).

Jorge Amado então pode nos sugerir que, em todas as sociedades fundadas em relações de subordinação e hierarquia, onde existe uma separação entre aquele que tem o poder e o que não tem, entre aquele que possui os bens de que dispõe e os que são desprovidos de tudo, fomentam a necessidade de se utilizar o homem como meio. Em tais sociedades é impossível o reconhecimento de todas as necessidades, para não falar da ausência de preocupações com as suas satisfações. Entretanto, ela não impede que cada um possa tomar a consciência de suas necessidades, e muito especialmente, das necessidades radicais. A saber, daquelas que, segundo Marx, se gestam no marco das contradições de uma sociedade dada - capitalista -, mas cuja satisfação só é possível superando-a em outra que é chamada da sociedade dos produtores livres. Nas palavras de Marx:

*Todavia, a Alemanha não escalou simultaneamente com os povos modernos as fases intermediárias da emancipação política. Praticamente, não chegou sequer às fases que superou teoricamente. Como poderia, de um salto mortal, remontar-se não só sobre seus próprios limites, como também e ao mesmo tempo, sobre os limites dos povos modernos, sobre limites que na realidade devia sentir e aos quais devia aspirar como a emancipação de seus limites reais! Uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades radicais, cujas premissas e lugares de origem parecem faltar completamente.*⁸⁵

Partindo de Marx, Jorge Amado estimava que na redemocratização, estas necessidades radicais eram muito variadas e que não havia um só portador delas, como sucedia na concepção clássica do proletariado como sujeito único e universal da emancipação humana. Com efeito, no mundo do pós-Segunda Guerra, as necessidades radicais já eram múltiplas e heterogêneas, manifestando-se em diferentes sujeitos e movimentos sociais. Sem querer fazer aqui um inventário exaustivo, poderíamos evocar as seguintes: o desenvolvimento pleno da personalidade; a exigência de que os homens decidam por si mesmos, no curso de uma

⁸⁵ Cf. Marx, Karl. (1977), "Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução". *op.cit.*p.300

discussão racional, sobre os rumos da sociedade; a generalização das comunidades livremente eleitas e a igualdade dos indivíduos nas relações pessoais; o desejo de suprimir a contradição entre a coação do trabalho necessário à sociedade e o vazio do tempo livre; a abolição da dominação social, da guerra, da fome e a miséria; o desejo de terminar com a catástrofe ecológica, entre outras. Mas, sem descartar o paradigma que repousa no desenvolvimento das forças produtivas, Jorge Amado encontraria nas necessidades radicais a "força material", a alavanca da revolução, pois agora já não se trata de criar os pressupostos da vida humana, mas de produzir na ação imediata a vida verdadeiramente humana. Pois, como presumivelmente sabia Jorge Amado da lição de Engels:

"O direito à revolução é o único "direito histórico" real, o único sobre o qual repousa todos os Estados modernos sem exceção" ⁸⁶, inclusive o Mecklemburgo, cuja revolução da nobreza terminou em 1755 pelo "pacto hereditário" (Erbvergleich), gloriosa consagração escrita do feudalismo ainda em vigor. O direito à revolução é tão incontestavelmente reconhecido pela consciência universal que até mesmo o general von Boguslawski deriva pura e exclusivamente deste direito popular o direito de golpe de Estado que reinvidica para o seu imperador. ⁸⁷

As dificuldades de chegarem à consciência estas demandas, explica porque Jorge Amado carregou seu labor literário sobre a dimensão imagética e valorativa. Em sua literatura, o que está em jogo não é a mera vida, mas o bem estar, o bem viver ou a "boa vida", a que vale a pena ser vivida.

Sem desconhecer o efeito simbólico e o impacto nas consciências que pode suscitar tal literatura, sempre esteve atento para que não se pudesse sacrificar o valor da liberdade ao da vida. Uma mostra disso é que muitos preferiram perecer a levar uma vida recortada, uma sobrevivência sem sentido e sem dignidade. Por isso, escreveu Amado em *Seara Vermelha*, que a liberdade e a vida se converteram em idéias valorativas da modernidade que não se pode contrapor. É que os movimentos organizados em torno das necessidades radicais, que são minoritários até aquele momento, sempre apelam aos valores e necessidades da humanidade no afã de justificar suas preferências por um sistema de necessidades com relação a outros e para tratar de influenciar a sociedade no sentido de suas escolhas.

⁸⁶ ENGELS, Friedrich. "Introdução A Luta de classes na França" In MARX e ENGELS. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, volume 1, 1956, p.105

⁸⁷ Idem. op.cit. Engels se refere à longa luta entre o poder ducal e a nobreza dos ducados de Mecklemburgo-Schwerin e Mecklemburgo-Strelitz, que se concluiu mediante a assinatura, em 1755, do tratado constitucional de Rostock acerca dos direitos hereditários da nobreza. Este tratado confirmou os foros e privilégios anteriores desta e referendou sua posição dirigente nas Dietas estamentais; eximiu de contribuições a metade de suas terras; fixou a magnitude dos impostos sobre o comércio e os artesões e a participação de uma e da outra nos gastos do Estado.

Os movimentos sociais modernos ou por novos modos de vida, são de fato pluralistas e deverão reconhecer todas as outras necessidades, salvo as que impliquem em converter os homens em simples meios.

A obediência dessa norma é também uma necessidade radical, posto que sua satisfação exige a superação de todas as sociedades que se baseiam na subordinação e na hierarquia. Por isso temos que renunciar a todos os métodos impositivos que supõem uma manipulação, já que um movimento radical que entenda fazer felizes aos demais contra a sua vontade, se desqualifica a si mesmo e deixa de ser radical; só pode influir construindo as determinações sociais que integram a alternativa às necessidades existentes, possibilitando que as necessidades que se apresentam como “carências” se convertam em “projetos” conscientes.

Essa proposta não deve ser um obstáculo para o exercício à crítica pública sobre as distintas eleições, mas sem coerção alguma. Esta concepção das necessidades radicais é a que oferece o critério político para discernir entre os diferentes tipos de práxis de transformação social, pois considera que só há um tipo de práxis efetivamente revolucionária: aquela que toma corpo na revolução social total. Jorge Amado expõe na Assembléia Constituinte que nos movimentos de "reforma social", seja esta parcial ou total, em teoria remete, em primeiro lugar, as necessidades existenciais de autoconservação e só depois as quantitativas e a certas necessidades qualitativas insatisfeitas.

Em suma, a idéia originária de uma reforma geral se eclipsa atrás dos programas dirigidos à execução de reformas parciais. Como já se sabe, análoga linha de desenvolvimento tinha sido típica dos movimentos social-democratas durante a Segunda metade do século XIX.

Os movimentos de "revolução política", por sua parte, não se esforçam por elevar as massas, no movimento social e através dele mesmo, pra além do nível das necessidades "proporcionadas" pelo sistema estabelecido. Posto que aceitam a dicotomia entre *bougeois* e *citoyen*, não questionam o modo de vida tradicional da maioria do povo.

A força do movimento consiste numa minoria, numa elite revolucionária sempre pronta para a ação e preparada para correr qualquer risco, e que goza do apoio ativo das massas. Como vanguarda política, essa elite de *citoyens* aponta para uma mudança rápida e radical, e põe uma particular ênfase na mobilização das necessidades e paixões desenvolvidas no marco do capitalismo. Por isso, uma vez realizada a conquista do poder, se produz um refluxo do movimento de massas até que se coloquem passivas. Jorge Amado na sua literatura critica agudamente os ascetismos revolucionários dos dirigentes, que inclusive pode inspirar atos heróicos porque só manifesta-se depois como o retorno de uma das necessidades quantitativas

alienadas: a necessidade de poder. O destino heróico da ideologia jacobina é um exemplo clássico e extraordinário deste curso de acontecimentos. E explicaria porque as revoluções puramente políticas não criam modificações radicais na vida cotidiana e no sistema de necessidades das massas.

Ao criticar os ascetismos revolucionários dos dirigentes, Jorge Amado está colocando precisamente que o socialismo, como nova qualidade de vida, não ama o risco, e considera elitistas as formas vanguardistas e perigosas da vida.

Ao contrário, ama o valor civil, pois entendia que o partido político dos subalternos deveria sustentar o desenvolvimento das capacidades de seus filiados de discernimento e reflexão, com perspectiva de seus membros virarem valentes cidadãos cívicos, numa (re) leitura ao calor da redemocratização dos anos 1940 do século XX do Engels da *Introdução de 1895*:

*Se as condições mudaram na guerra entre povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido do que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isto é que nos ensinou a história dos últimos cinqüenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante*⁸⁸

Dáí que, em sua fina opinião, Lênin nunca fora um jacobino justamente por ter a consciência de que o partido bolchevique começara a governar sem o consenso majoritário da população.

Jorge Amado, nesta chave, poderia seguir os caminhos de Marx e Engels que propuseram que a revolução política constitui um momento particular, porque contrapõe a verdadeira emancipação humana à mera emancipação política. Por isso os movimentos para a "revolução social total" não podem configurar-se para alcançar a vitória, através de um ato ou um conjunto de atos pontuais na história. Trataria-se, isso sim, de um processo de longa duração e complexo, cujo sujeito são as massas num movimento ascendente delas na arena pública, de forma crescente e ininterrupta.

Este tipo de práxis significa ao mesmo tempo, a revolução do modo de vida, invocando para o movimento, estratos cada vez mais amplos da população, o qual deixa compreender porque os efeitos de uma revolução do modo de vida são sempre radicais, criando um novo período histórico para a previsão. Jorge Amado distinguiria e estabeleceria uma diferença entre

⁸⁸ Cf. idem. p.107.

as revoluções que "estalam" e as que "ocorrem". Razão pela qual, advertia surdamente em sua literatura, a partir de sua experiência, no contexto da ANL, que a temporalidade do mito da revolução sempre opera em termos de revoluções que "estalam", nunca das que "ocorrem".

Foi esta fixação a que levou à infeliz justaposição entre reforma e revolução. Estes termos podem se opor num sentido concreto, mas o problema é que esta justaposição implica na mensagem de que só e unicamente a ação ilegal e armada pode ser taxada de ação revolucionária. Daí que Jorge Amado recolhe uma vez mais os ensinamentos de Engels e dele constrói suas convicções:

Na época reinava então uma multidão de evangelhos de diferentes seitas com suas respectivas panacéias; hoje em dia só uma teoria, a de Marx, é universalmente reconhecida, com clareza absoluta, e que formula com precisão os objetivos finais da luta.

Na época, as massas estavam divididas, separadas segundo as localidades e nacionalidades, unidas tão somente pelo sentimento de seu sofrimento comum, pouco desenvolvidas, oscilando confusamente entre o entusiasmo e o desespero; hoje, elas compõem um só grande exército internacional dos socialistas, que avança incessantemente, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, compreensão e certeza na vitória. Embora, este poderoso exército do proletariado ainda não tenha podido alcançar o seu objetivo, embora longe de conquistar a vitória de um só golpe decisivo, e se faz necessário que ele progrida lentamente de posição em posição, num combate duro, obstinado, isso demonstra de uma vez por todas que era impossível, em 1848, conquistar a transformação social por um simples golpe de surpresa.⁸⁹

Nos movimentos revolucionários para a transformação total da sociedade, os próprios homens vão reestruturando seus sistemas de necessidades e valores sobre o fluxo recente das necessidades qualitativas e radicais, construindo um novo modo de vida. Daí a exemplificação que Jorge Amado faz para a experiência brasileira e ibero-americana, aludindo aos movimentos religiosos e ao cangaço, tal como narrado em *Seara Vermelha*. Isto não o impede de afirmar subliminarmente que até o momento, não havia existido na história, uma revolução do modo de vida que tenha sido simultaneamente uma revolução consciente e conscientemente realizada de toda a sociedade, a partir da economia, até à política e à cultura.

⁸⁹ Cf.idem. p.108.

Portanto, a nova via deveria ser a revolução do modo de vida em todos os seus aspectos, até as mais complexas atividades do homem estariam inseridas. Estaria ela também nas necessidades e aspirações radicais dos jovens, das mulheres, nos mais diversos movimentos sociais modernos, assim como nas experiências de reestruturação domiciliar que adotam formas comunais.

Nesse sentido, Jorge Amado considera que, seja o que for aquilo que se oculta atrás da oposição das necessidades qualitativas frente ao predomínio das puramente quantitativas venham a significar, um movimento de comunidades que desenvolva necessidades radicais já não constitui, ou ao menos, não necessariamente, uma utopia. Assim, a revolução social total - que acreditamos, seja "a" revolução de Jorge Amado - não nega simplesmente, mas integra todos os segmentos e ações afirmativas como momentos propícios à reforma parcial ou geral, mas não como objetivos finais, mas como meios.

Tal perspectiva é que permite visualizar melhor a importância que concede Jorge Amado, não à abolição de vida cotidiana, que é impossível, mas a sua desalienação. Aqui se trata de fazer de todos e cada um, personalidades individuais, capazes de conduzir suas próprias vidas.

É como se *Seara Vermelha* afirmasse que as personalidades individuais fossem os protagonistas desse livro, mostrando que cada homem pode ser uma individualidade, que se pode fazer também na vida, personalidades individuais, que também a vida cotidiana pode configurar-se individualmente.

A diferença do particular, identificado espontaneamente com o sistema de *habitus* e exigências que facilitam sua autoconservação e que fazem de sua vida a mais cômoda e carente de conflitos possível, quando o indivíduo organiza seu cotidiano de um modo tal que, estampa nele a marca de sua individualidade; dessa individualidade que vem a ser feita pela possível síntese da orientação geral no sentido da espécie das circunstâncias individuais.⁹⁰

O indivíduo estaria por isso em condições de desmistificar o mundo e de orientar sua vida em sintonia com a sua concepção de mundo selecionada. Tal seleção supõe no enfoque amadiano, que se decida também por uma comunidade: a configuração de uma conduta vital, de um modo de vida, e a eleição da comunidade são dois aspectos de um mesmo processo, e ambos presentes em *Seara Vermelha*.

⁹⁰ Estamos mobilizando a categoria de *habitus* de Bourdieu através da judiciosa expressão de SOUZA, Jessé. (2003), *A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernização periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG/IUPERJ.

O homem de esquerda radical tem de ser consciente da grande importância das exigências de novas formas de vida e do subjacente vínculo de comunidade que aparecem hoje em dia.

Pois como o enfatiza Jorge Amado, convocando o Marx das *Teses sobre Feuerbach* combinado com o *Manifesto Comunista*, é a tarefa de transformar econômica e politicamente a sociedade no sentido da abolição positiva da alienação, que só se resulta realizável - e como tal nos incumbe a todos - de poder-se superar a um tempo, dentro das possibilidades existentes, o aspecto subjetivo da alienação. O que é igual, se não nos limitamos a lutar pela mudança das instituições; se o fazemos também pela transformação de nossa própria vida cotidiana; se criarmos enfim, comunidades que dêem um sentido a nossas vidas e tenham, ademais, um valor heurístico.

Trata-se, antes de qualquer coisa, de uma questão ético-política, já que o homem particular da sociedade de classes, como tematizou Marx, é uma espécie de “mutilado ao contrário”, posto que reduzem todos os seus sentidos ao único sentido de ter e de conservar a “propriedade”.

Aceitando a tese de Fourier, segundo a qual é possível mostrar o desenvolvimento do valor da humanidade a partir da relação básica entre homem e mulher onde supôs denunciar a distorção da paixão amorosa pelo impulso de possuir o outro; entendemos que nessas novas comunidades, terão de haver o rechaço do conceito de "a propriedade" e da psicologia da apropriação, repudiando o fetichismo das "coisas" e propiciando o desprendimento que liga os indivíduos aos caminhos da liberdade.

Daí também a importância da revolucionarização dos domicílios, que é onde se gesta a primeira socialização, formando-se o caráter psíquico das crianças e as preferências morais fundamentais. Entendemos que não exista uma dicotomia na obra de Jorge Amado, mas sim uma diferença de ênfase ou de estilo, mas a proposição da sociedade aparecer como o "sujeito" e o tema da revolução social total ainda permanecem. No caso desta última, cabe pensar como o autor visualiza, desmistifica e reconstrói o universo pequeno burguês, como no caso de *Dona Flor e Seus Dois Maridos* a título de exemplo. Ao ver na comunidade uma alternativa à família tradicional - como está explícito em obra posterior, *Os Pastores da Noite* -, Jorge Amado pensa que uma de suas vantagens mais relevantes, concerne à comunidade das crianças, porque o caráter psíquico das crianças que cresce nessas condições será favorável à vida democrática - o que não acontece aos "capitães da areia", em obra de 1937. Essa criança jamais aceitará como

natural uma situação na qual não tenha tomado parte para determinar o seu próprio destino; ao mesmo tempo, não sentirá a necessidade de oprimir outros homens.

Assim, não podemos fazer uma comunidade duradoura de qualquer tipo, capaz de configurar novos modos de vida, sem uma determinada atividade política que, logicamente, se orientará rumo a uma democracia integral, plural e concreta. A partir dessa ótica, Jorge Amado, manifestaria que sua concepção de liberdade como "o" valor da modernidade, se confunde com uma radicalização da democracia, como uma utopia que possibilita a realização de todas as utopias.

Concluindo, como se busca a transformação do sistema de necessidades atuais por outro que realce a qualidade de vida e o máximo desprendimento dos indivíduos, ele especifica que a liberdade implica uma revolução, mas uma revolução que "ocorre" no curso de uma civilização, com preferência a uma revolução que se "produza" num momento pontual da história. Eis que estamos demasiadamente acostumados a considerar a história como um assunto político, sem darmos conta que é acima de tudo, uma questão social e cultural, a história da vida diária de homens e mulheres.

Se situarmos sob um olhar minucioso, esta história revelará mudanças que incluem uma revolução social, que, diferentemente de uma revolução política, não estala: tem lugar. E, sobretudo, uma revolução social é sempre uma revolução cultural, e foi nesse sendero que a sua literatura, bem como sua atuação parlamentar, fizeram de Jorge Amado uma das maiores vozes de nossa cultura, com reflexo nesta e em outras sociedades, merecedor de nossa atenção e relevo.

3 O *New Deal* do Constituinte Jorge Amado A Descoberta da América pelo Baiano Comunista

Doze de abril de 1945. Falecia em Warm Springs, nos Estados Unidos, o Presidente Franklin Delano Roosevelt. O seu legado, a trajetória na vida política do seu país; seu esforço em superar obstáculos pessoais advindos de barreiras físicas, suas diretivas de natureza pública, acabaram por marcá-lo como uma das personalidades mais proeminentes e destacadas do século passado. Na pretensiosa rigidez da tradição política dos Estados Unidos da América, coube a Franklin Roosevelt candidatar-se e ser vitorioso em quatro pleitos eleitorais sucessivos, feito original à época e nunca, até agora, igualado.

Sua permanência no século XXI na História deve-se à maneira pela qual se comportou como *condottieri* em dois graves momentos de tensão na primeira metade dos Novecentos: a crise econômica e financeira de 1929 que atingiu o epicentro da economia capitalista liberal que foi se espalhando por toda a sua periferia e a deflagração da Segunda Grande Guerra (1939-1945).

No primeiro caso, a sensação de euforia diante da prosperidade econômica do governo Coolidge e do que foi a década de 1920 cedera espaço para as incertezas das flutuações e, da cada vez mais perigosa, autonomia das ações do mercado. Após o reerguimento dos destroços da Grande Guerra (1914-1919), o fluxo internacional de braços e bocas migrantes europeus escasseou; além disso, no mundo do trabalho, os sindicatos americanos e europeus perdiam poder de negociação diante dos interesses privados do capital e da livre negociação.

Superprodução e subconsumo; créditos restritos; especulação financeira. Componentes de formação do iceberg que despontava no horizonte.

O advento da crise colocou de maneira explícita o quadro real da classe subalterna – falta de proteção social, interesses atomizados e a omissão de um Estado defensor da ortodoxia liberal.

A inexistência do seguro social, a fragilidade da legislação trabalhista, a redução do pequeno crédito individual, a falta de seriedade e fiscalização em balanços bancários, resultaram em filas colossais de sopa, portas de fábricas arriadas indefinidamente, perambulação de dezenas de milhares de *homeless*, “marchas de fome”, enfim, o cenário tão bem retrado em *Ironweed* do cineasta Hector Babenco. Para Eric Hobsbawm, apesar desse quadro desolador, a grande massa tinha algo fundamental para si – esperança. Independente do espectro político havia uma chama de que algo poderia ser feito para solucionar essa longa perturbadora onda de crise. O ceticismo e o peso estavam nas costas dos homens do mercado e

da classe política que perceberam o tamanho da catástrofe e sabiam que não possuíam qualquer carta na manga que desse conta do caos que emergia. O manual do liberalismo se esgotara.

O saldo positivo da Grande Depressão, se é que pode ser chamado assim, foi o congelamento do liberalismo econômico por dezenas de anos, pois “*obrigou os governos ocidentais a das às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado*”⁹¹. Era o início do “capitalismo reformado” que bebia da fonte de proposições de John Maynard Keynes de forma matizada adaptando-se às cores locais. O argumento keynesiano era econômico e político, pois “*a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com pleno emprego, teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão*”⁹²; pois, a agudização de problemas da política e taxas elevadas de desemprego num cenário de crescimento de adesão a partidos radicais à esquerda e à direita, não era uma boa combinação.

Nos remetemos ainda à Eric Hobsbawm quando este descreve uma outra opção para substituir o outrora pujante liberalismo dos Oitocentos para além do comunismo marxista e do fascismo; *o capitalismo reformado social-democrata*. “Nos EUA houve uma guinada à esquerda com Roosevelt. No México, Lázaro Cárdenas resgatava a revolução mexicana no setor agrário. Na América Latina haveria uma tendência de inclinação à esquerda, como nos casos chileno e argentino “*e no Brasil, a Depressão acabou com a oligárquica “República Velha” e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista-nacionalista*”⁹³. Achamos de bom tom seguir essa analogia do historiador inglês que dispôs, no mesmo parágrafo, de uma implícita relação conjuntural e programática dos governos Roosevelt e Vargas. Tal *insight* pode enriquecer o nosso entendimento da análise interpretativa crítica do constituinte Jorge Amado sobre o período. Eis o nosso objetivo neste capítulo.

No dia seguinte ao falecimento de Franklin Roosevelt, a Assembléia Nacional Constituinte faz uma sessão extraordinária para homenagear a sua memória. Naquela manhã de sábado haveria um representante constituinte de cada bancada partidária para, em seu nome, prantear e destacar a importância de Roosevelt na presidência dos EUA por quatro mandatos incompletos. Coube ao deputado constituinte por São Paulo, Jorge Amado, fazer o discurso

⁹¹ Cf. HOBBSAWM, Eric. (1995), *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das Letras. p.211

⁹² Idem. p.212

⁹³ Idem.

acerca da vida e dos atos de Roosevelt sob a perspectiva do Partido Comunista do Brasil⁹⁴.

A opção do constituinte Jorge Amado não era fazer apologéticas ou postar-se como um adorador de mitos, mas ressaltar, dentro do que seria a perspectiva do proletariado vocalizado pelo seu partido, a contribuição de Franklin Roosevelt para a democracia social e para a democracia política.

Percebe-se no discurso de Jorge Amado o cuidado de não vangloriar a iniciativa do *New Deal* como solução definitiva para o capitalismo em crise, mas como ponto de partida de uma alternativa onde caberia ao Estado, a partir de uma política pública, internalizar os interesses egoístico-passionais vorazes da lógica privatista do mercado. Partindo dessa internalização o Estado teria uma ação de conversão dos interesses difusos de natureza privatista em interesses bem-compreendidos para o tecido societal, numa referência nossa ao Tocqueville da segunda “*Democracia na América*”. O Honesto tornou-se Útil e poderia ser benéfico para os atores da subalternidade.

Para corroborar tal argumento, diria Jorge Amado ao representar a bancada que

...estamos nós, os comunistas, conscientes de que honramos uma grande figura do capitalismo porque longe de nós, ao contrário do que muitos pensam e propalam, qualquer resquício de sectarismo ao julgar os valores humanos e a importância da sua contribuição para o progresso do mundo. Para nós não existe capital mais importante que o homem, mas não o vemos isolado do seu meio-ambiente ⁹⁵.

Diria mais adiante, que não se fazia naquele momento uma idealização, pois sabia-se que Roosevelt era um representante das classes dominantes, mas que tinha como peculiaridade um espírito, uma visão voltada para o futuro, era um progressista. Como “*um valoroso capitão em meio à tempestade, enfrentou os ventos do fascismo e da reação com a serenidade dos velhos marinheiros acostumados às rotas longas e às difíceis travessias*”⁹⁶.

Diria ainda Jorge Amado naquele sábado que o proletariado e “a sua vanguarda, o partido comunista”, julgam as figuras da burguesia. Os símbolos do atraso e da reação, os

⁹⁴ Os outros parlamentares e seus respectivos partidos foram: Dep. Souza Costa (PSD); Dep. Gilberto Freyre (UDN); Dep. Antonio Silva (PTB); Dep. Manuel Vítor (PDC); Dep. Campos Vergal (PRP).

⁹⁵ Cf. AMADO, Jorge. (1946), “Discurso sobre Roosevelt”. *Diário da Assembléia*. Anais. Rio de Janeiro, 13 de abril. Citações seguintes grifadas nessa página são do mesmo discurso.

⁹⁶ Idem.

heróis do fascismo não são homenageados pelo proletariado;

*em compensação sabe reverenciar todos aqueles sem distinção de raça ou de classe, que, de uma ou de outra maneira, contribuíram com o seu gênio, sua coragem ou seu esforço para que a Humanidade avance no sentido da História (...). O proletariado, e com ele os comunistas, não despreza nem subestima a cultura burguesa,*⁹⁷

posto como está escrito por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*”, em trechos específicos lidos pelo tribuno em especial aquele que reconhece que *“a burguesia representou na História um papel essencialmente revolucionário”*.

Tal força empreendedora percebeu o constituinte Jorge Amado, traria para o chefe do executivo norte-americano, no mínimo, uma hostil desconfiança acerca dos seus propósitos pelos representantes do setor produtivo e do mercado financeiro.⁹⁸

O *New Deal* se constituiu numa grande baliza do cenário internacional onde a Era Vargas é usualmente contextualizada. Evidenciar isso implica mobilizar os anos 1930, nos quadros de crise de 1929, quando se contingenciou a gestação e posterior consolidação, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, de novas idéias de Estado e dos mundos do trabalho. A rigor, desde o século XIX, o Estado norte-americano realizou uma profunda intervenção sobre os esforços associativos autônomos dos trabalhadores norte-americanos, fosse com o objetivo de desarticulá-los, mantendo a contratação individual do trabalho, fosse com o objetivo de estimulá-los, incentivando a contratação coletiva do trabalho - já durante o *New Deal* - nos quadros da gestação do *fordismo* na acepção de Gramsci.⁹⁹

E é partindo de Gramsci, que poderemos evidenciar que o Estado norte-americano teve peso fundamental na configuração do movimento sindical norte-americano, questionando, portanto, a visão que o percebe como mero reagente dos *inputs* proporcionados por grupos de interesses privados e autônomos. Conseqüentemente, como bem notou Jorge Amado, obliterou-se a validação explicativa do conceito de corporativismo tal como formulado por Oliveira Vianna, para se pensar as relações entre o Estado brasileiro e o movimento sindical a partir da Era Vargas. Mas, como entender essa complexa história?

Sumner Welles, sub-secretário de Estado norte-americano entre 1937 e 1943 e um dos

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Cf. GOODWIN, Doris Kearns. (2001), *Tempos Muito Estranhos - Franklin e Eleanor Roosevelt: o front da Casa Branca na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

⁹⁹ Cf. GRAMSCI, Antonio. (2002) [2001] [2000] [1999], *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Além dela utilizaremos também a edição em italiano de Valentino Gerratana (1977), *Quaderni del carcere*. Torino, Giulio Einaudi Editore.

artífices da política de boa-vizinhança, chegaria mesmo a defender Vargas das acusações de filo-fascismo e filo-nazismo, afirmando que, pelo contrário, o regime de Vargas havia proporcionado grandes benefícios ao povo brasileiro, advindo daí sua popularidade.¹⁰⁰

No entanto, para além de considerações de política externa, a gestão de Roosevelt ressaltava também o fato de que, nos anos 1930, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, gestaram-se e consolidaram-se novas idéias de Estado e economia, marcadas pela percepção da crise das práticas e da visão de mundo do *laissez-faire*.

As palavras do sub-secretário de Estado norte-americano entre 1937 e 1943, no entanto, parecem ter caído no esquecimento e o *New Deal* constituiu-se num grande ausente do cenário internacional no qual a Era Vargas é contextualizada pela literatura especializada. Tal fato talvez possa ser atribuído à visão de que *o fim do laissez-faire*¹⁰¹ nos dois países tenham se dado em contextos distintos, dados os graus diferenciados de generalização das relações de assalariamento e de diferenciação de suas economias, assim como de desenvolvimento de seus parques industriais. Neste sentido, o Estado Novo teria buscado superar os estreitos limites de uma economia agro-exportadora através do incentivo à industrialização, ao passo que o *New Deal* teria lidado, pelo contrário, com os desequilíbrios macro-econômicos de uma economia urbano-industrial oligopolizada, que muitos viam como irremediavelmente condenada à estagnação.¹⁰²

Por outro lado, e talvez sobretudo, a ausência do *New Deal* nas reflexões sobre a Era Vargas também possa ser atribuída à visão unidimensional e ausente da literatura de Jorge Amado de que esta teria sido caracterizada pelo autoritarismo estatal e pelo seu corolário institucional corporativo, pela visão organicista e hierárquica da organização social, guardando portanto pouca identidade com a experiência norte-americana, caracterizada pelos padrões pluralistas de representação dos interesses, pelo contratualismo privado e pelo individualismo possessivo como matriz de organização da sociedade.

Neste sentido, e ao contrário do que indicaria Sumner Welles¹⁰³, em recente volume que se propõe a repensar o Estado Novo em particular, a experiência de Vargas é

¹⁰⁰ Cf. WELLES, Benjamin Sumner. (1944), *The world of the four freedoms*. Rio de Janeiro: Empresa Grafica "O Cruzeiro".

¹⁰¹ Cf. KEYNES, J. M. (1978) [1926], "O Fim do 'Laissez-Faire'". In: *Keynes, John Maynard, 1883-1946: Economia*. Ática. São Paulo; MARINHO, Ricardo & SILVA, Renata Bastos da. (1998), "A Crítica da Economia de Keynes na Política de Mariátegui". In: *Anais do IIIº Encontro da ANPHLAC*. USP. São Paulo.

¹⁰² Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. (1992), "Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945". In ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, p. 73- 104.

¹⁰³ Cf. WELLES, Benjamin Sumner. (1946), *Roteiro para a paz*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica "O Cruzeiro".

contextualizada no quadro internacional dos fascismos europeus, das doutrinas corporativistas, como a de Mihail Manoïlescu¹⁰⁴, e de outras experiências autoritárias das primeiras décadas do século XX, como o regime modernizador da Turquia de Kemal Atatürk.¹⁰⁵

Tal visão é sem dúvida marcada pelo fato de os próprios Estados Unidos do pós-Segunda Guerra se percebessem como uma sociedade na qual o sistema político, dissociado do reino dos interesses privados, apenas responderia às pressões de grupos de interesses autônoma e privadamente organizados, com suas agendas desvinculadas do poder da coerção estatal.

Em contrapartida, a ciência política produzida a partir dos anos 1970, também de origem norte-americana e que seria largamente incorporada à ciência política produzida no Brasil, percebia na experiência histórica brasileira a marca do Estado como definidor do bem comum que, organizaria publicizando-o, o reino dos interesses privados.¹⁰⁶

Portanto, no Brasil, um Estado antecipatório e autoritário surgiria como o protagonista da dinâmica social, ao passo que nos Estados Unidos, grupos de interesses privados assumiriam tal protagonismo, cabando a um Estado social e politicamente neutro apenas responder aos *inputs* de tais grupos.

Pelas palavras do sub-secretário de Estado norte-americano entre 1937 e 1943, no entanto, é lícito supor que tal visão dicotômica entre as experiências norte-americana e brasileira não dão conta da complexidade das dinâmicas sociais dos dois países nos anos 1930.¹⁰⁷

Partindo desse conjunto de questões é que devemos ler o *New Deal* do Constituinte

¹⁰⁴ Cf. MANOÏLESCU, Mihail. (1938), *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. Rio de Janeiro: José Olympio.

¹⁰⁵ Cf. PANDOLFI, Dulce. (1999), *Apresentação*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 10; FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Idem*, p. 17-20.

¹⁰⁶ Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1983), “A Revolução de 30 e a questão sindical”. In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: Editora da UnB; RODRIGUES, Leôncio Martins. (1986), “Sindicalismo e classe operária”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 10, p. 507-555; DINIZ, Eli. (1997), *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; ERICKSON, Kenneth. (1977), *The Brazilian corporative state and working-class politics*. California University Press; STEPAN, Alfred. (1980), *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; LOTHIAN, Tamara. (1986), “The political consequences of labor law regimes: the contractualist and corporatist models compared”. In: *Cardozo Law Review*, Vol. 7, N.º 4 (verão), p. 1002-1073.

¹⁰⁷ Cf. OFFE, Claus. (1994), “A atribuição de status público aos grupos de interesse”. In: OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 225 e 235; KLARE, Karl. (1979), “Judicial deradicalization of the Wagner Act and the origins of modern legal consciousness, 1937-1941”. In: *Minnesota Law Review*, Vol. 62, N.º 3 (Março), p. 310; SCHMITTER, Phillippe. (1974), “Still the century of corporatism?”. In: PIKE, Frederick e STITCH, Thomas (orgs.). *The new corporatism. Social-political structures in the Iberian world*. Londres, Notre Dame: University of North D. Press, p. 93-96; DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. (1991), “O corporativismo na construção do espaço público”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Editora, p. 18.

Jorge Amado, contribuindo para o aprofundamento da compreensão da Era Vargas, particularmente no que se refere à articulação entre o Estado e o movimento sindical, a partir da análise da articulação entre o movimento sindical e o Estado norte-americano durante o *New Deal*.

Tal operação é, de certa forma, inspirada em Richard Morse que, ao analisar o que chamava de Ibero-América, propunha-se a apresentar ao público anglo-americano uma série de reflexões que o possibilitasse uma melhor compreensão de sua própria formação cultural.¹⁰⁸

Desta forma, torcendo o argumento de Morse, que percebia tradições diferenciadas nas heranças culturais anglo e ibero-americanas, a leitura do Constituinte Jorge Amado parte do pressuposto de que o *New Deal* não constituiu uma experiência histórica antitética a Era Vargas no que diz respeito às relações entre o Estado e o movimento sindical.

Tal percepção do Constituinte Jorge Amado não significava dizer que os sistemas brasileiro e norte-americano de relações de trabalho então montados possuíam identidades profundas entre si. Pelo contrário, o contrato coletivo de trabalho, nos Estados Unidos, e o dissídio coletivo, no Brasil, representam tradições distintas de fazer face ao conflito distributivo.

Ainda assim, o pressuposto aqui assumido baseia-se na percepção, de resto óbvia, de que os sistemas de regulação do trabalho e de representação dos interesses devem ser pensados como resultado de lutas sociais e políticas, portanto como construções históricas.

Roosevelt, um homem a quem certamente não faltava visão histórica, teria percebido que, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos dos anos 1930, apesar das distintas tradições políticas dos dois países, a intervenção do Estado na organização dos interesses dos trabalhadores teve importância fundamental, a partir de meados dos anos 1930, no desenho das instituições destes. Em jogo, durante o *New Deal*, estava mais do que a estruturação, pela via do Estado, de organizações de trabalhadores para que estas reunissem recursos políticos no sentido de defender seus interesses privados através de contratos coletivos de trabalho, mas a construção do que o Estado americano entendia ser o bem público, ou fundamentalmente, a paz industrial expressa em relações harmônicas entre capital e trabalho e a retomada do crescimento econômico. Conseqüentemente, durante o *New Deal*, a organização do movimento sindical se fez a partir de uma lógica estatal que não estava preocupada apenas em responder às demandas dos grupos de interesses dos trabalhadores, como quer a tradição pluralista, mas com os

¹⁰⁸ Cf. MORSE, Richard. (1988), *O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Cia. das Letras.

resultados últimos de tais demandas. Roosevelt percebia, também que, embora as condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores norte-americanos permanecessem largamente baseadas na contratação privada, a intervenção estatal sobre as relações entre patrões e empregados significou, em maior ou menor grau, a normatização do conflito distributivo, não mais percebido como sendo passível de assumir uma dinâmica livre de constrangimentos legais. Em ambos os países, aparelhos estatais, e, não mais apenas o mercado, passavam a ser os *loci* nos quais o conflito se expressava e era administrado.¹⁰⁹

Em outras palavras, o *New Deal* assumiu um protagonismo para o Estado norte-americano na configuração dos interesses dos trabalhadores que, em boa e larga medida, dota de finíssimo significado a percepção do Constituinte Jorge Amado.

O instrumento fundamental da intervenção do Estado no mundo dos trabalhadores norte-americanos, durante o *New Deal*, foi a *National Labor Relations Board* (NLRB), agência administrativa federal criada por força do *National Labor Relations Act* (NLRA), de 1935. A ação da NLRA parte do pressuposto de que a ação do Estado norte-americano sobre as relações entre trabalhadores e patrões foi decisiva na passagem da contratação individual do trabalho para a contratação coletiva, nos marcos da construção de um novo modo de regulação do capitalismo norte-americano. Com a NLRA, nascia a “*experiência honesta do New Deal*”¹¹⁰ para usarmos as palavras do Constituinte Jorge Amado, onde a normatividade da lei positiva passou a reger as relações entre capital e trabalho, em lugar da versão tacanha da *common-law* prevalecente à época e da violência aberta, na passagem da contratação individual do trabalho para a coletiva. Com esse novíssimo momento no *New Deal*, portanto, iniciou-se a construção do *compromisso histórico* entre Estado, trabalho organizado e capital que, no pós-guerra, fundamentaria o peculiar Estado de Bem-Estar norte-americano e o longo período de prosperidade que se estenderia até fins dos anos 1960.

O compromisso histórico que mobilizava Ford e Keynes baseava-se numa aliança segundo a qual o Estado assumia os papéis de tornar-se um demandador da indústria privada e um fornecedor de salários indiretos, com o objetivo de universalizar o consumo; o capital repassava ganhos de produtividade do trabalho aos salários (relação salarial oriunda dos ideais de Ford), buscando assim assegurar a estabilidade do sistema e, por fim, os sindicatos aceitavam esse ordenamento, em troca de sua incorporação ao mundo do consumo de massa.

¹⁰⁹ Cf. GROSS, James. (1974), *The making of the National Labor Relations Board. A study in economics, politics and the law*. Albany: State University of New York Press, p. 2.

¹¹⁰ Cf. AMADO, Jorge. (1946), “Discurso sobre Roosevelt”. *Diário da Assembléia*. Anais. Rio de Janeiro, 13 de abril.

Como diria Karl Polanyi, se no século XIX as sociedades européias buscaram defender-se do mercado, através da legislação social então criada, após o advento do fordismo o próprio capitalismo buscou defender-se do mercado, politizando-o através de um pacto, ainda que não institucionalizado nos moldes da social-democracia européia. ¹¹¹

Se esse é o referencial que o Constituinte Jorge Amado convoca em seu discurso, ele o faz tendo como o alvo a seguinte questão: em que medida a análise do papel do Estado na configuração do movimento sindical norte-americano, particularmente durante o *New Deal*, contribui para um aprofundamento da compreensão do Estado Novo no Brasil?

O próprio Jorge Amado fornece algumas pistas em seu discurso. Nas suas palavras:

“A força da figura de Roosevelt decorre principalmente de não ter ele um representante de Wall Street, dos que fizeram a guerra contra o fascismo apenas para esmagar um concorrente ...” ¹¹²

Ou seja: com Roosevelt o papel dos sindicatos na vida norte-americana, após a NLRA, eles haviam se tornado uma instituição daquela sociedade que, como as demais instituições privadas investidas de um propósito público - como as religiosas ou a *American Bar Association* (ABA) ¹¹³ -, tinha o poder de determinar as políticas e a ética de seu campo de atuação. Sendo assim, os sindicatos passaram a assumir novas responsabilidades e a levar em conta não apenas o bem-estar de seus próprios membros, mas o de todo o povo. Com vistas a consolidar sua legitimidade, os sindicatos incorporaram o respeito frente a algumas crenças essencialmente norte-americanas, como a santidade dos contratos, agora em sua nova modalidade dos contratos coletivos de trabalho.

A rigor, portanto, o Estado norte-americano esteve sempre presente, das formas mais variadas, e através de todos os seus ramos de poder, na organização e/ou reorganização do movimento sindical norte-americano, na incorporação deste a um interesse público definido pelo Estado e na formulação de suas estratégias organizativas e de ação. Tais reflexões evidenciam a percepção do Constituinte Jorge Amado frente ao grande consenso norte-americano do pós-Segunda Guerra que percebia a sociedade norte-americana como uma sociedade pluralista.

Mas a acuidade analítica do Constituinte Jorge Amado também aponta que junto de tudo

¹¹¹ Cf. POLANYI, Karl. (1980), *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus. Voltaremos ao ponto adiante.

¹¹² Cf. AMADO, Jorge. (1946), “Discurso sobre Roosevelt”. *Diário da Assembléia*. Anais. Rio de Janeiro, 13 de abril.

¹¹³ A ABA é a entidade representativa dos profissionais do direito nos Estados Unidos, tal como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

isso havia conflito e que se tal consenso foi construído, ao menos no que se refere aos trabalhadores, ele se deu também a partir de uma sistemática intervenção do Estado sobre as organizações destes. ¹¹⁴

Resulta daí que o conceito de pluralismo, não como uma visão consensual da sociedade norte-americana, mas como um sistema de representação dos interesses contraposto ao sistema corporativo do Estado Novo, é de difícil sustentação quando aplicado aos Estados Unidos.

A rigor, se o sistema político, na concepção pluralista, só deve responder às pressões dos grupos de interesses e não se preocupar com a formação de tais grupos ou com a formulação de suas demandas, ele não se aplica em absoluto à experiência norte-americano.

Pelo contrário, o Estado norte-americano esteve sistematicamente longe de estar dissociado do reino dos interesses privados: ele não apenas respondia aos *inputs* deste, mas estava preocupado com a formação mesma de tais *inputs*, principalmente no que se refere ao movimento sindical, fosse sob os constrangimentos legais construídos pelo Poder Judiciário em fins do século XIX e princípios do XX e pelas regras administrativas criadas pela NLRA. ¹¹⁵

Pode-se mesmo afirmar que o contratualismo do movimento sindical norte-americano foi, em larga medida, construído a partir da intervenção do Estado sobre a vida associativa dos trabalhadores norte-americanos. ¹¹⁶

Ora, se a análise da atuação do Estado norte-americano, do *New Deal*, de Roosevelt sobre o movimento sindical permite um questionamento da utilização do conceito de pluralismo no que se refere ao sistema norte-americano de relações de trabalho e às relações entre Estado e sindicato, permite ao Constituinte Jorge Amado repensar o conceito de corporativismo, largamente utilizado nas reflexões a respeito do Estado Novo.

Embora largamente utilizado a época da Constituinte de 1946, o conceito de corporativismo era raramente claramente definido. ¹¹⁷ Tal fato, se por si já constitui um elemento de imprecisão conceitual, é agravado pelo caráter extremamente polissêmico que tal conceito adquiriu desde fins do século XIX, com a Doutrina Social da Igreja, até os anos 1970,

¹¹⁴ Cf. DAHL, Robert A. (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp.

¹¹⁵ Cf. OFFE, Claus. (1994), “A atribuição de status público aos grupos de interesse”. In OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. (1998), “Corporativismo: conceito ou emplastro?”. In *Democracia Viva*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Moderna/Ibase.

quando foi retomado pela ciência política de origem norte-americana.¹¹⁸

É importante notar, neste sentido, que o texto fundamental de Phillippe Schmitter¹¹⁹, embora rejeitando uma natureza doutrinária, filosófica ou política ao conceito de corporativismo e caracterizando-o como um sistema de representação de interesses oposto ao de pluralismo, traz em seu título uma clara referência ao texto clássico de Mihail Manoïlesco¹²⁰, sugerindo assim uma continuidade entre o corporativismo doutrinário dos anos 1930 e o corporativismo da ciência política dos anos 1970. Conseqüentemente, o conceito de corporativismo, como proposto a partir de Schmitter, acabou por assumir um caráter quase normativo, associando arranjos corporativos a ordens políticas estatólatras e, portanto, autoritárias, em contraposição a ordens políticas democráticas e pluralistas.

Característica da retomada do conceito por Schmitter, a institucionalidade corporativa surge como emanada do Estado e a sociedade civil aparece como tendo uma capacidade meramente reativa à ação estatal, particularmente no que se refere ao corporativismo estatal. Segundo esta perspectiva, o Estado brasileiro seria dotado de uma capacidade tanto de se antecipar aos conflitos sociais quanto de organizar os já existentes a partir de sua própria lógica imanente. A mística do Estado que outorga as leis sociais e trabalhistas, criada pelo Estado Novo, seria substituída assim pela visão do Estado demiurgo.

Nesta perspectiva, o Constituinte Jorge Amado percebe que na experiência brasileira houve um diálogo das gramáticas corporativa e pluralista, mas que esse diálogo acabou por se tornar um monólogo do corporativismo emanado do Estado Novo, num formato institucional basicamente controlador dos sindicatos, fazendo dele tão somente um estímulo à acumulação de capital oriunda da organização sindical corporativa como articuladora das perdas materiais dos trabalhadores.

Desta forma, o Constituinte Jorge Amado antecipa Luiz Werneck Vianna ao mostrar que as estruturas corporativas brasileiras tiveram fundamentalmente uma função coercitiva sobre a classe operária, possibilitando a expansão da acumulação privada e a consolidação da ordem burguesa.

¹¹⁸ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. [1999] [1989] [1978] (1976), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Quarta Edição Revista. Belo Horizonte: Editora da UFMG. A 1ª Edição em 1976, a 2ª Edição em 1978 e a 3ª Edição em 1989, foram todas no Rio de Janeiro e pela Editora Paz e Terra. Nesta obra vemos, além do uso rigoroso do conceito, a crítica pertinente a esse revival equivoco que já havia chegado inclusive no Brasil.

¹¹⁹ Cf. SCHMITTER, Phillippe. (1974), "Still the century of corporatism?" In PIKE, Frederick e STITCH, Thomas (orgs.). *The new corporatism. Social-political structures in the Iberian world*. Londres, Notre Dame: University of North Dame Press, p. 93-96.

¹²⁰ Cf. MANOÏLESCO, Mihail. (1939), *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

No entanto, como bem lembra Luiz Werneck Vianna, a defesa por Oliveira Vianna do poder normativo da Justiça do Trabalho, quando das discussões a respeito da implementação desta, tinha por base não a *Carta del Lavoro* de Mussolini, nem tão pouco os escritos teóricos do fascismo italiano, nem ainda a doutrina da Igreja ou polonesa, mas, a visão anglo-americana de delegação de poderes¹²¹, em que o Poder Legislativo delega ao Executivo, soberania para criar normas, como o fez a NLRA em relação à NLRB.

Tal ponto explicita que o edifício institucional do Estado Novo, ou ao menos uma de suas principais agências, a Justiça do Trabalho, foi percebido de diferentes formas pelos atores sociais no momento mesmo de sua construção. Mais do que isto, explicita também que a Justiça do Trabalho - assim como os diversos Conselhos Consultivos então criados - pode ser pensada, no dizer mesmo de Luiz Werneck Vianna, como relativa ao protagonismo dos *atores*, e não exclusivamente do Estado.¹²² Se, por um lado, empresários buscavam beneficiar-se da nova construção institucional do Estado por ela permitir a penetração de seus interesses nos aparelhos estatais, o movimento sindical, ou parcelas deste, buscava publicizar e judicializar o conflito distributivo, de modo a elevar seus recursos políticos diante de um antagonista mais organizado e com maiores recursos políticos e econômicos.

O ponto que se quer ressaltar é o de que o Constituinte Jorge Amado possui interpretação antípoda às abordagens estatolátras baseadas no conceito de corporativismo relevam a participação da sociedade civil na construção das instituições do Estado Novo. Nestes termos, a estatolatria no Brasil pode ser atribuída aos processos de formação do empresariado e do trabalho industrial e de construção institucional do Estado, que proporcionaram, à burocracia estatal, destaque na mediação dos interesses sociais e na condução do processo econômico, ao empresariado, acesso a instâncias decisórias do Estado e, ao trabalho industrial organizado, seu reconhecimento como ator político legítimo, além de redes de proteção social e acesso à Justiça do Trabalho. A proeminência assumida pelo Estado surge, portanto, como resultado de um processo, e não como seu ponto de partida.

As visões que enfatizam o caráter pluralista das relações de trabalho nos Estados Unidos e as visões do corporativismo no Brasil pecavam, portanto, por enfatizar ora a sociedade civil, ora o Estado, como protagonistas da dinâmica social. Se o conceito de corporativismo não dá a devida ênfase aos agentes sociais individuais e coletivos, à visão, valores e expectativas que tais agentes possam eventualmente ter de seus próprios recursos, de seus horizontes de crescimento,

¹²¹ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. [2004] (1997), *A Revolução Passiva - Iberismo e Americanismo no Brasil*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revam.

¹²² Idem.

de burocratização e diferenciação em relação a outros agentes sociais, o de pluralismo, pelo contrário, enfatiza a agência dos atores sociais e minimiza o ambiente institucional, econômico e político, ou seja, o conjunto de constrangimentos nos quais estes agem.

Ora, a análise feita do discurso do Constituinte Jorge Amado em homenagem a Roosevelt, evidenciaram que o Estado norte-americano teve um papel fundamental na construção do sistema norte-americano de relações de trabalho e na própria configuração do movimento sindical.

Quanto a nossa experiência, as idéias e interpretações oriundas dos Estados Unidos, apresentada pelo literato, sugerem que, no Brasil, a sociedade teve também um papel de fundamental importância no processo de construção das instituições estatais de regulação do trabalho e representação dos interesses. Em outras palavras, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, Estado e movimento sindical, foram protagonistas da dinâmica social.

Em seu trabalho sobre a historiografia norte-americana, Gerson Moura chamava a atenção para a tendência desta, e também de outros ramos das ciências humanas nos Estados Unidos, a dividir-se e autonomizar-se em diversas subáreas, acarretando o risco da fragmentação do conhecimento histórico e a virtual impossibilidade de abordagens de conjunto. Em tal tradição, a sociedade surgiria como um “mosaico” de peças separadas, ininteligíveis em seu conjunto¹²³.

Parece inegável que a produção em ciência política norte-americana, que em grande parte embasa a análise de vários cientistas sociais e historiadores, brasileiros e brasilianistas, sobre a história recente do Brasil, incorre em uma visão que privilegia sobremaneira a questão institucional, conferindo a esta, senão autonomia, ao menos um peso determinante na configuração das relações Estado/sociedade, perdendo de vista o conjunto da dinâmica social.

Com isto não se quer, evidentemente, desqualificar a importância das instituições, mas como o Constituinte Jorge Amado fez na Constituinte de 1946, recharacterizá-las como constituídas pelos conflitos que acabam, posteriormente, por canalizar.¹²⁴

Logo, uma conceituação que derive do Roosevelt do Constituinte Jorge Amado para a institucionalidade criada no Estado Novo, que escape da armadilha apontada por Gerson Moura e pense ele em sua inteira complexidade, escapando à conotação normativa do corporativismo, com certeza abriria espaço para que o *New Deal* se incorporasse definitivamente às reflexões a

¹²³ Cf. MOURA, Gerson. (1996), *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Scritta, p. 80.

¹²⁴ Cf. NOGUEIRA, Octaciano. (2005), *A Constituinte de 1946: Getúlio, O Sujeito Oculto*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

respeito da Era Vargas.

Se a visão do Estado norte-americano como ator do processo de construção das instituições de representação dos interesses dos trabalhadores, ao ensejar uma crítica aos conceitos de pluralismo e corporativismo, fornece caminhos para uma visão diversa da Era Vargas, a visão de que o *New Deal* constituiu o momento de gestação de um novo modo de regulação do capitalismo americano fornece elementos para se pensar a Era Vargas em sua inteireza.

Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas não eram, evidentemente, os únicos líderes políticos dos anos 1930 a realizar uma crítica ao *laissez-faire*. Sem o colapso econômico do entre-guerras, figuras como Adolf Hitler e Franklin Roosevelt, para não mencionar Getúlio Vargas, não teriam surgido para a vida pública, ao menos não da forma como o fizeram.¹²⁵ Hitler, provavelmente, continuaria sendo um agitador de extrema-direita, considerado histriônico por seus próprios companheiros de cerveja; Vargas, possivelmente, não teria passado de um líder oligarca dissidente e, Roosevelt talvez passasse à História como uma versão mais amena e bonachona de seu primo mais velho ou, na melhor das hipóteses, como o marido de uma mulher extraordinária.¹²⁶

Foi de fato a partir da Depressão que os governos de todos os países capitalistas se viram compelidos a considerar sistematicamente as questões sociais e do emprego. Não que políticas sociais fossem desconhecidas até este momento. Em diversos países, desde fins do século XIX, diferentes tipos de programas sociais vinham sendo postos em prática, dirigidos, principalmente, a segmentos determinados da população, como os de idosos, crianças, mulheres e incapacitados em geral. T¹²⁷

Neste sentido, no mesmo processo de mercadorização da sociedade descrito por Karl Polanyi ao longo do século XIX, a questão social ganhou um novo patamar, potencialmente disruptivo, ensejando a construção de novas redes de proteção social.¹²⁸

A partir da segunda metade do século XIX, portanto, a questão social já ocupava um lugar importante na agenda política européia, sendo seu exemplo mais notório a legislação social da Alemanha de Bismarck¹²⁹.

¹²⁵ Cf. HOBSBAWM, Eric. (1995), *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Cf. ARRETCHE, Marta T. S. (1995), “Emergência e desenvolvimento do *welfare state*: teorias explicativas”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, no. 39. Rio de Janeiro: 1º semestre, p. 3.

¹²⁸ Cf. POLANYI, Karl. (1980), *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.

¹²⁹ Idem.

Tão pouco a seguridade social ou o seguro-desemprego eram desconhecidos no pré-1929, mas a cobertura destes era bastante reduzida, se comparada àquela que iria ser construída no pós-II Guerra. Na Inglaterra, que mesmo antes da Depressão possuía um sistema de seguridade social devido ao seu desemprego em massa já nos anos 1920, menos de 60% da força de trabalho tinham algum tipo de cobertura; na Alemanha, este número girava em torno de 40% e, nos demais países europeus, ia de zero a cerca de 30%.¹³⁰

No entanto, a partir da década de 1930 e, principalmente, após a II Guerra Mundial, a natureza e a amplitude das políticas públicas de caráter social iriam mudar radicalmente, assim como a própria natureza da intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho.

Se, como diria Polanyi, a História do século XIX foi marcada pelo embate entre a sociedade e o mercado, a década de 1930 foi marcada pelo embate entre o próprio sistema capitalista e o mercado, pois não se tratava mais de defender grupos focais, mas de reorganizar os princípios fundamentais da produção capitalista, nos quadros da crise da regulação concorrencial, a partir de um novo patamar de relações entre Estado, capital e trabalho.¹³¹

O que se colocava em cena, portanto, era a gênese de novos modos de regulação do capitalismo em substituição à regulação concorrencial. Do ponto de vista das relações de trabalho, tal processo implicava no fim do *laissez-faire* na contratação do trabalho, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

Na experiência dos Estados Unidos, como o Constituinte Jorge Amado buscou evidenciar, o fim do *laissez-faire* na contratação do trabalho significou a intervenção do Estado na passagem da contratação individual para a coletiva.

Neste sentido, o *New Deal* contribuiu para a superação da incapacidade das grandes corporações norte-americanas, presas às suas visões e preocupações contábeis de curto prazo, em traçar e obedecer a lógicas de longo prazo que, tornando possível a elevação da remuneração dos trabalhadores, tornaria possível também a elevação da demanda de uma economia com grande capacidade de inovação técnica e organizacional, crescentemente oligopolizada e voltada para a produção em massa de produtos padronizados.¹³²

Não sem alguma ironia, verifica-se aí que o empresariado fordista norte-americano, se foi capaz de generalizar sua visão de mundo à classe trabalhadora - mas não sem altas doses de

¹³⁰ Cf. HOBSBAWM, Eric. (1995), *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹³¹ Cf. POLANYI, Karl. (1980), *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.

¹³² Cf. HOBSBAWM, Eric. (1995), *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

coerção -, ou seja, se foi capaz de criar as bases simbólicas do consentimento operário, foi claramente incapaz de criar as bases materiais de tal consentimento.¹³³ As bases materiais da acumulação fordista, mesmo nos Estados Unidos, só foram criadas com a regulação fordista keynesiana, ou seja, a partir da ação estatal.

No Brasil, evidentemente, o problema colocado pela crise do liberalismo evidenciada em 1929 era bastante distinto do norte-americano, a começar pelo fato de que a acumulação fordista sequer havia sido introduzida em sua indústria. Ainda assim, a depressão econômica iniciada nos Estados Unidos se fez sentir de forma violenta sobre o Brasil, posto que a crise nas exportações de café deixava patente a fragilidade da economia da república e, por conseguinte, do próprio Estado brasileiro.

Conseqüentemente, o Estado brasileiro reage à crise, propondo um projeto industrializante, menos por seu iluminismo imanente do que pela consciência de sua fragilidade e de que sua própria expansão depende da dinâmica da acumulação privada.¹³⁴

A Era Vargas viria representar, portanto, um importante ponto de inflexão nas políticas públicas relativas à industrialização e ao papel do setor urbano-industrial na economia e, neste cenário, cumpria reorganizar o conflito distributivo, até então marcado pela informalidade, pela contratação privada do trabalho e pela ausência de regras legais, generalizando relações formais de assalariamento.¹³⁵ É possível perceber, seguindo tal linha de raciocínio, que, assim como o *New Deal* buscou organizar o conflito distributivo norte-americano com vistas a solucionar os desequilíbrios entre capacidade de produção e de consumo causados pela fordização da indústria dos Estados Unidos, e com tal objetivo operou uma profunda intervenção sobre o movimento sindical norte-americano, o Estado Novo buscou organizar o conflito distributivo brasileiro com vistas a, justamente, implementar no Brasil um projeto de desenvolvimento industrial que, desejavelmente, levaria à fordização da indústria brasileira.¹³⁶ Mas tal organização do conflito distributivo pelo Estado tão pouco emanou dele próprio, da sua suposta imanência racionalista e de sua capacidade de se antecipar aos conflitos sociais e subordiná-los a partir da lógica da acumulação, mas foi construída com a participação de setores da classe

¹³³ Cf. PRZEWORSKI, Adam. (1989) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.

¹³⁴ Cf. OFFE, Claus e RONGE, Volker. (1984), “Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista”. In OFFE, Claus (org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 123 e seguintes.

¹³⁵ Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. (1992), “Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, p. 73-104.

¹³⁶ Cf. LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (1999), *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 107 e seguintes.

trabalhadora, freqüentemente em detrimento de outros setores (da mesma forma como, nos Estados Unidos, a NLRB viu-se no “olho do furacão” de uma intensa disputa entre as correntes do sindicalismo norte-americano). Por conseguinte, é possível perceber-se a Justiça do Trabalho como, simultaneamente, instrumento de consolidação do pacto trabalhista e como instrumento de organização do conflito distributivo.

A visão, enfim, do Constituinte Jorge Amado do *New Deal* lança para ele uma abordagem de novo tipo da Era Vargas, ambas como representações dos momentos de gestação de novos modos de regulação do capitalismo, em que tanto os respectivos Estados quanto os movimentos sindicais assumem novos papéis e passam a interagir de novas formas, permitindo assim a compreensão das relações entre o Estado e o movimento sindical a partir dos anos 1930.

Desta forma, o nosso exercício da sociologia histórica comparada encerra inúmeros riscos, que pode, freqüentemente, incorrer em anacronismos e, mais grave, buscar a comparação entre o estruturalmente diverso. Neste sentido, como alertou certa vez Marc Bloch, a utilização do método comparativo requer duas condições básicas: a existência de similitude entre os fatos observados e, ao mesmo tempo, uma diferença entre os meios onde eles se produziram.¹³⁷ Para Marc Bloch, a sociologia histórica comparada proporciona um método que torna perceptíveis, em suas relações de semelhança e dessemelhança, aspectos das sociedades em questão que eram dados como constituídos de significado em si mesmos. Em outras palavras, ele permite a elucidação de recorrências e a identificação de causas gerais para fenômenos até então percebidos como identificados à dinâmica de apenas uma das formações sociais em foco.

Embora nossa leitura do discurso do Constituinte Jorge Amado em homenagem a Roosevelt não se constitua exatamente como um esforço de sociologia histórica comparada, buscamos enfatizar principalmente um ponto de afinidade entre as experiências da Era Vargas e do *New Deal*, ambas inseridas na mesma crise global do liberalismo: o papel propositivo, afirmativo, assumido pelos Estados brasileiro e norte-americano na constituição dos movimentos sindicais de ambos os países, e no pacto realizado com setores destes, questionando assim a operacionalidade do conceito de pluralismo nos Estados Unidos e, em decorrência, o de corporativismo no Brasil.

Por outro lado, o *New Deal* e a Era Vargas possuem amplos campos em que uma sociologia histórica comparada, *strictu sensu*, revela-se mais do que oportuna, necessária.

¹³⁷ Cf. BLOCH, Marc. (1995), “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. In *Histoire et historiens*.

A própria comparação sistemática das atuações da NLRB e da Justiça do Trabalho seria de grande interesse: a criação de jurisprudências para as relações entre patrões e empregados e a incorporação do trabalho organizado no mundo da concertação política pela via da ação estatal.

Mas uma análise comparativa entre o *New Deal* e a Era Vargas faz-se necessária também no campo da cultura política. As figuras de Getúlio Vargas e Roosevelt no jogo político, o carisma e o paternalismo de ambos, assim como a visão de Estado provedor que ambos ajudaram a definir, construir e consolidar, acabando mesmo por personificar, podem ser alvo de uma ampla agenda de pesquisa, que o nosso Constituinte Jorge Amado nos legou.

4. O Escritor de Longo Curso e os Intelectuais Pastores da Noite

O Deputado Jorge Amado no 2º Congresso Brasileiro de Escritores

Nem bem iniciados os trabalhos da Constituinte, o processo político brasileiro entra em rota descendente e passa a ser vivido sob o signo do retrocesso. As conseqüências de se manter em vigência a Constituição de 1937 rapidamente serão sentidas tendo grande influência nos debates dos constituintes. A partir de março já se faz sentir a campanha pela cassação do Partido Comunista (PCB) e mesmo a União Democrática Nacional (UDN) que se dizia “eqüidistante entre o comunismo e a reação” defendendo a liberdade partidária, ligaria a existência de supostos abusos no movimento operário à infiltração comunista. A partir do início de abril há uma tendência a que se acirrem as posições porque passa a prevalecer na UDN à orientação que aceita uma aproximação com o governo.

Em 15 de agosto de 1946 é suspenso por quinze dias o jornal comunista *Tribuna Popular* com base em lei do Estado Novo. Todos os partidos, com exceção do Partido Social Democrático (PSD) protestam, mas a suspensão é mantida. No final de agosto ocorrem passeatas e depredações que não tinham uma conexão com o episódio. Entretanto, a policia responsabilizou o PCB e tomou medidas repressivas: cercamentos e invasões de residências, prisões, entre outros barbarismos de cepa autoritária. Há um protesto generalizado dos parlamentares, travam-se debates na Assembléia Constituinte sobre as causas do incidente e, ao final, prevalece a interpretação de que era preciso apoiar o governo na manutenção da ordem. O fortalecimento do Executivo possibilita o aumento da perseguição policial, de modo que, ainda em setembro, antes de entrar em vigor a nova Constituição, é fechada com o apoio de todos os partidos (menos o PCB, evidentemente) a União da Juventude Comunista¹³⁸.

Tamanha radicalidade no tratamento dado ao Partido Comunista não encontrava correspondência em sua prática política, que se mantinha dentro da linha de unidade nacional com ordem e tranqüilidade.

Nesse período poderíamos dizer que havia relativa semelhança entre as posições do PC e os ideais democráticos e mesmo liberais. Ao propor a defesa da ordem democrática, buscando soluções pacíficas para os problemas, apostava-se no reforço das instituições democráticas, colocando como pontos fundamentais à luta pelos direitos individuais e a exigência de afastar definitivamente o fascismo. Tais ideais eram compartilhados pela Esquerda Democrática, por certos liberais católicos, pela corrente da UDN liderada por Virgílio de Mello Franco e pelo

¹³⁸ Cf. ALMINO, João. (1980), *Os democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, p. 151-185.

Partido Comunista. Todos aceitavam que a democracia era um regime que deveria colocar à prova suas próprias instituições. Entretanto, o pensamento dominante achava que a democracia deveria impedir a qualquer custo a ação de partidos ou movimentos que ameaçassem suas instituições. Portanto, o pensamento majoritário, alojado inclusive dentro da UDN, vai trabalhar para a marginalização do PC do sistema político visando o controle e a repressão dos movimentos (principalmente o operário-sindical) supostamente manipulados por ele.

Desse tipo de investida a Associação Brasileira de Escritores, seção do Rio de Janeiro (ABDE-RJ) não ficará imune. Ao longo do primeiro semestre de 1947, com a conjuntura se radicalizando, no Rio de Janeiro desencadeia-se ampla campanha de imprensa no sentido de vincular a Associação Brasileira de Escritores (ABDE) com o comunismo, chamando-na de “criptocomunista” ou no mínimo de “vítima da infiltração comunista”¹³⁹. Oswald de Andrade, visitando o Rio de Janeiro em agosto, refere-se à situação de modo bastante irônico:

Encontro aqui o sempre jovem morubixaba Osório Borba desmascarando as manobras que, no pacífico bocejo do momento nacional, tendem a pôr no index a Associação Brasileira de Escritores. A acusação que se vai buscar no dicionário resumido mas fecundo dos tabus policiaiscos, é de que a ABDE é comunista. A situação com que o partido de Prestes empolgava o Brasil, em 45, tornou-se uma espécie de má companhia ecumênica fichada como total perdição - para adultos de todas as idades. De várias dúzias de pessoas graúdas tenho ouvido que lutar pela democracia é ser comunista.

*E ser comunista, já se sabe, é ser petroleiro, ladrão e pau-d'água.*¹⁴⁰

O pretexto mais significativo encontrado para o desenrolar da peça inquisitorial sobre a ABDE, foi o fato de alguns vereadores comunistas terem apresentado, no início de 1947, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei solicitando a Prefeitura a doação de um terreno, no qual seria construída a sede social da entidade.

Em agosto também, Astrojildo Pereira ironizava a situação dizendo que, com tal raciocínio, o metrô e o estádio municipal de futebol, seriam ambos, bem como as atividades que neles se desenvolveriam, “comunistas”, já que propostos por vereadores desse partido.

Para rebater esse tipo de argumentação, Astrojildo posiciona-se publicamente. E, como membro da diretoria da ABDE, chama a atenção para as dificuldades do momento e procura

¹³⁹ Cf. PEREIRA, Astrojildo. (1963), *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 300-310.

¹⁴⁰ Cf. ANDRADE, Oswald. (1974), *Telefonema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 142-143.

definir como concebia a associação dos escritores e em torno de que eixo estes deveriam se agregar. Para ele, a ABDE havia sido fundada e era mantida por escritores para defesa de seus interesses. Só por isso já se caracterizava como uma associação essencialmente democrática, pois o mais elementar interesse do escritor consistiria em viver e trabalhar em regime democrático, no gozo pleno e intransferível da liberdade de criação literária, artística ou científica. Nesses termos, para ser sócio da ABDE bastava ser escritor, escrever livros de qualquer natureza, colaborar em jornais e revistas, receber direitos autorais em pagamento daquilo que escreve e publica. Os seus estatutos não indagavam da posição filosófica, religiosa ou política dos associados, e, por isso, havia nessa instituição, associados comunistas e anticomunistas. Suas normas estatutárias não estabeleciam nenhuma discriminação sendo todos os associados iguais em direitos e deveres, independente de quais fossem suas convicções, crenças ou ideologias. Donde enfatizava que *“uma associação dessa natureza não pode impedir a filiação de escritores comunistas, nem tampouco os escritores comunistas, que são membros dela, podem sofrer limita nos seus direitos e deveres sociais porque sejam comunistas”* ¹⁴¹.

Na ABDE existiriam aderentes de vários tipos de crença, das políticas até às espiritualistas, portanto, não havia nenhum sentido em aceitar nem muito menos se assustar com esse tipo de propaganda.

Para Astrojildo era necessário estar atento para essa argumentação porque no fundo ela visava o enfraquecimento e a destruição de *“toda e qualquer espécie de organização de cunho democrático”*. Por isso o ataque à ABDE, exatamente por ser ela *“uma associação democrática, se bem que estritamente não partidária”*. O motivo da investida, em seu modo de ver, era o anúncio da realização de um segundo congresso, que certamente haveria de *“querer continuar e completar a obra do primeiro. Razões de sobra para que a reação tente desde já reduzir o prestígio e o alcance da próxima grande assembleia de escritores brasileiros promovida pela ABDE. Agita-se, estão, mais uma vez o espantinho comunista”*.

Frente a tais circunstâncias, Astrojildo radicaliza o tom grave, que já vinha adotando há algum tempo, e faz um chamamento exatamente quando se comemora um ano da Constituição de 1946: *“os escritores, os intelectuais em geral, sócios ou não da ABDE, necessitam mais do que nunca de manter-se vigilantes e ativos, ao lado do povo na defesa da nossa ainda débil*

¹⁴¹ Cf. PEREIRA, Astrojildo. (1963), *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 308.

democracia”¹⁴².

Mas, a preocupação explícita com a “*grande política*” de Astrojildo, aparentemente, não encontrava correspondência no universo intelectual carioca, muito recortado por querelas provincianas (Carlos Drummond de Andrade revela esse clima de confraria diletante que mantinha os intelectuais, de um modo ou de outro, em contato permanente).

Cultivando vida de vizinhança, freqüentando os mesmos bares, realizando jantares de homenagem, os homens e mulheres que compunham o universo intelectual carioca desse período eram também atormentados por dilemas éticos que, bem ou mal, os colocavam frente às questões propriamente políticas, mas isso se dava com muitas mediações.

A questão era bastante problemática, pois diante das mazelas que o socialismo real começava a revelar, diminuía em muito, o fascínio que exercera entre os intelectuais, levando-os a se pensar como militantes (os processos de Moscou e a leitura de livros como *Le Zéro et l'Infini* de Artur Koestler eram sintoma e combustível para essa situação). A problematização do socialismo entre os intelectuais de certo modo colocava em questão toda atividade política, no limite identificada como perda da individualidade em prol de uma causa coletiva, pública e social. E se traduzia, como “*uma das tragédias modernas, a tragédia do homem que se imola à política, sacrificado por aquilo mesmo que encherá toda a sua vida, e que se volta inexoravelmente contra ele*”.

Mesmo assim, às vésperas do Congresso, até o escritor mais renitentemente apolítico se vê, como em 1945, transformado em ativista. Drummond, referindo-se à última semana de setembro, descreve o clima de embate:

*Toda uma semana aplicada ao inútil esforço para conseguirmos uma boa delegação ao 2º Congresso de Escritores em BH. Volto a transformar-me em político, na área da literatura, contra o meu gosto, improvisando-me em executor quase solitário de breve e intensa campanha eleitoral. Sou ajudado quase exclusivamente por Francisco de Assis Barbosa. A princípio, eu não pretendia meter-me de modo algum nessa história, mas acabei arrastado por uma tendência obscura para a agitação que ao mesmo tempo me atrai e me desencanta. Em casa, a família acha-me outro. Telefonando de manhã à noite, entregue ao preparo das cédulas, ao ajuste de nomes, pedindo, negociando, mexendo - e tudo por um assunto que, afinal, não me interessa muito.*¹⁴³

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 309.

¹⁴³ Idem.

Drummond explicita a razão que o levava a assumir com tanto empenho o papel de *doublé* de político:

*Tive o prazer de causar uma pequenina apreensão aos comunistas com a minha resolução de lutar pelo caráter não político da Associação Brasileira de Escritores, isto é, para convertê-la em órgão profissional, que congregue os intelectuais em torno de interesses até hoje não defendidos e até negados. Minha impressão é que, com um pouco mais de calma e método, eu os teria derrotado.*¹⁴⁴

Nas páginas de seu diário, Drummond dá informações a respeito da composição política da delegação do Rio de Janeiro para o Congresso. Segundo ele, o resultado se constituirá em vitória relativa do PC, que em 40 nomes contava com 18 ou 19. Entretanto, Drummond achava que “*eles ambicionavam representação ainda maior*” só aceitando o resultado diante da resistência encontrada. Na guerra dos votos por procura os “*esquerdistas*” da diretoria tentaram impedir que fossem apurados. O que só foi resolvido em votação da Diretoria por 5 votos contra 4, quando tiveram de retroceder sob a ameaça de renúncia coletiva dos delegados eleitos pelo grupo de Drummond, que assegurava não ter nenhum preconceito anticomunista. Em suas palavras, apenas queriam “*ver a ABDE liberta do controle partidário*”. Sua avaliação era otimista: “*levaremos a Belo Horizonte um bom número de escritores independentes, de forma democrática, e dispostos a impedir o desenvolvimento sectário dos debates*”¹⁴⁵.

O tom em São Paulo era diferente porque os comunistas eram francamente minoritários entre os escritores, mas não deixava de refletir a situação carioca. Mesmo que em São Paulo a questão da ABDE fosse sempre tratada com um relativo grau de autonomia, é evidente na escolha dos delegados que representariam o Estado no encontro de Belo Horizonte houvesse uma certa discriminação dos escritores diretamente ligados ao PCB ou identificados com posição mais esquerdistas.

Oswald de Andrade em artigo de 8 de agosto de 1947, dá interessantes informações sobre o processo de escolha de delegados que deixara na suplência além dele próprio (terceiro suplente), a Caio Prado Jr. (quinto suplente). Recusando a pecha de que a ABDE seria comunista, Oswald relata que enviara carta pública a Sérgio Buarque de Holanda, presidente local, rompendo com a entidade

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. (1985), *O Observador no Escritório* Rio de Janeiro: Record, p. 71-74.

por não concordar com os métodos fascistas que manipulam as suas eleições. Acontece que, se o Brasil inteiro tem uma dúzia de escritores, só São Paulo conseguiu fichar quatrocentos.

E que o conceito de ‘escritor’, para fins gremiais, passou de qualitativo a quantitativo. O que interessa é a quantidade de numerário que entra nos cofres sociais, a dez cruzeiros por cabeça. Se essa extensão favorece a vida financeira da sociedade, incluindo no rol de escritores a todos os que escrevem artigos com remuneração, traz o perigo de, como acontece em São Paulo, fazer ingressar em seus quadros qualquer espécie de aventureiro, mesmo analfabeto, que tenha conseguido assinar um artigo, seu ou não, publicado no mais afastado interior. Além disso, essas centúrias de escritores de carteirinha depositam, nas mãos de um funcionário da sociedade, procurações irrestritas, entregando-lhe o destino de suas diretorias e delegações.¹⁴⁶

Oswald estava se referindo a Mário Neme (o “*funcionário referido*”), que o teria vetado, e a Caio Prado Jr., como delegados efetivos ao Congresso de Belo Horizonte, chamando-o de “dono da ABDE de São Paulo” e dizendo, que quando secretário do jornalista Abner Mour, “*teve diversos negocinhos com o DIP durante a ditadura, o que não o impediu de excluir da sociedade, por escrúpulos democráticos, o grande poeta Cassiano Ricardo e um dos mais dinâmicos participantes da Semana de 22, Menotti del Picchia*”. Atacava também Sérgio Milliet e Sérgio Buarque de Holanda respectivamente ex-presidente e presidente da ABDE-SP, por sua “*maneirosa covardia*” aceitando a “*desvirtuadora inflação de poder nas mãos do procurador Neme*”, sob o argumento de que ele traria “*dinheiro para a Sociedade*” e porque no Brasil as eleições seriam “*assim mesmo*”. Sobre a delegação que iria para Belo Horizonte, Oswald diria que “*entre os vinte e cinco delegados natos ou eleitos, além de alguns nomes de projeção, seguem para representar os escritores de São Paulo vários funcionários, comerciantes e industriais das relações do sr. Mário Neme. Todos de carteirinha*”.¹⁴⁷

Portanto definida a realização do encontro, desencadeia-se um processo de escolha de delegados para representarem os Estados no decorrer do qual, ficará óbvio que os intelectuais tinham outras divergências além daquelas anunciadas. Tanto em São Paulo quanto no Rio de

¹⁴⁶ Cf. ANDRADE, Oswald. (1974), *Telefonema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 143-144. A Delegação Paulista foi a seguinte: Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Mendes de Almeida, Mário Neme, Lurdes Santos Machado, Arnaldo Pedrosa d’Horta, Almiro Rolmes Barbosa (membros natos); Antonio Candido de Melo Souza, Lourival Gomes Machado, João Cruz Costa, Júlio de Mesquita Filho, João de Souza Ferraz, Luiz Martins, Décio de Almeida Prado, José Geraldo Vieira, Carlos Burlamaqui Kopke, Roger Bastide, Domingos Carvalho da Silva, Fernando Azevedo, Havanir de Alcântara Silveira, Jamil Almansur Haddad, Ernani Silva Bruno, Pedro Santiago Chacair, João Amoroso Neto, Albertino Moreira e Alessio Ciccarini.

¹⁴⁷ Idem.

Janeiro, vão se tornando cada vez mais evidentes as escaramuças contrapondo comunistas e aliados *versus* udenistas e aliados (esquerda democrática, inclusive).

No Rio de Janeiro a polarização dentro da ABDE era mais explícita. Em São Paulo, o núcleo hegemônico articulado em torno da chamada esquerda democrática, também mantinha com os comunistas uma relação conflitiva: mesmo se pondo à esquerda do PCB estadual, no plano nacional a “esquerda democrática” aliava-se com os escritores assumidamente udenistas. E interessante considerar que em São Paulo a principal liderança que se contrapunha a este grupo era exatamente Caio Prado Jr. eterno opositor da direção do PCB.

Seja como for, os indícios da guerra fria já se faziam sentir com o Presidente Dutra comandando a radicalização da repressão sobre o PCB. E o caráter unitário que aproximara o liberalismo e a esquerda em torno da perspectiva de se construir uma cultura democrática a essa altura se via bastante abalado. Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassa o registro do PCB; em outubro o governo brasileiro rompe relações com a URSS; e por fim, em janeiro de 1948, são cassados os mandatos dos parlamentares comunistas.

A progressiva truculência do sistema político inclusivo não teria obrigatoriamente de levar à ruptura os dois campos intelectuais opositores ao Estado Novo. O fato é que se estabeleceu a divisão entre os intelectuais, em larga medida derivada do clima característico da “guerra fria”, mas resultante também, da incapacidade desses setores formularem melhor a relação entre cultura e política.

Não foram poucos os que apostaram na ruptura entre os dois campos, sem perceber que suas conseqüências seriam muito mais profundas do que o imaginado. Do lado da esquerda prevaleceu a lógica conspirativa e o dogmatismo descambando em sua versão majoritariamente para um acentuado “esquerdismo”.

Do lado liberal prevaleceu à versão mais radicalizada da UDN; o estímulo para a ruptura foi dado por gente do porte de Carlos Lacerda, cujo estilo veemente se não revela tudo, dá a medida do tom elevado dos embates. Em realidade, a polarização das relações internacionais gerara nos dois campos os seus próprios radicais, que atuavam como se entre eles houvesse uma guerra. No 2º Congresso Brasileiro de Escritores essa mudança começaria a se tornar explícita.

Óbvio que entre os escritores a divergência ideológica num primeiro momento não se colocou em termos tão diretos. Afinal, no universo da cultura tudo tem múltiplos sentidos e é sempre cheio mediações. Mas, de qualquer modo, nesse primeiro semestre de 1947, politicamente tão relevante para a continuidade da democracia, a ABDE do Rio de Janeiro se

viu colocada na mira dos conservadores que passariam a atacá-la como comunista ou controlada por comunistas. E isso apesar da composição da Diretoria, com Guilherme Figueiredo na Presidência da entidade e Aníbal Machado no Conselho Fiscal, desautorizar qualquer juízo semelhante.

Neste contexto que se iniciam os preparativos para a realização do 2º Congresso Brasileiro de Escritores, em Belo Horizonte. Durante todo o mês de setembro a imprensa do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Salvador, vinha noticiando a realização do encontro. Além disso, desde o início do ano, intelectuais conhecidos insistiam na necessidade de um congresso nacional de escritores. E mesma que não houvesse consenso quanto às razões que o tornavam tão relevante, concordavam quanto à urgência de sua realização. Para alguns, o eixo principal deveria ser a discussão das ameaças à ordem democrática que estariam assolando o cenário político nacional. Para outros, a urgência, se impunha face à necessidade de se dar uma solução definitiva e satisfatória para a questão dos direitos autorais.

Na medida em que a data do encontro se aproxima, mesmo com o desinteresse de parte da grande imprensa, aumenta o destaque à questão dos direitos autorais, que para muitos dos que se posicionavam nos jornais deveria ser o eixo principal das discussões.

A ênfase é compreensível, já que estava em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei a esse respeito¹⁴⁸. Não é de se estranhar, portanto, que o ângulo considerado prioritário para travar a discussão entre os intelectuais envolvesse exatamente a relação entre a ABDE (gestão Guilherme de Figueiredo) e os editores em torno da regulamentação pela Câmara dos Deputados da lei sobre os direitos autorais¹⁴⁹.

A outra ênfase com que se procurou encaminhar o debate preparatório do Congresso dava prioridade absoluta à preocupação com a democracia e com a defesa das liberdades democráticas. Os que estavam apostando nisto - a maioria comunista ou ligada aos comunistas - pretendiam estar em linha direta e ininterrupta com a Declaração de Princípios do 1º Congresso realizado em 1945 e que havia insistido na necessidade de se manter o caráter público e mesmo, politizado.

Não apenas da Associação dos Escritores como também do trabalho intelectual. Astrojildo Pereira vinha batendo nessa tecla em sua atuação como publicista e também como

¹⁴⁸ Cf. JURANDIR, D. (1947), "O silêncio da imprensa sobre o Congresso de Escritores", In: *Literatura*, N.º 6, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, pp. 38-39.

¹⁴⁹ Cf. NEME, Mário. (1947), "Editores e direitos autorais", *O Estado de São Paulo*, 2 de outubro.

membro da diretoria da ABDE-RJ. Suas intervenções na imprensa partidária, o trabalho em *Literatura* e a atuação como membro da diretoria da ABDE, atestam isso.

Desde o início de 1946 que Astrojildo insistia - contra aqueles que viam na relação do intelectual com a política uma perda da especificidade de seu trabalho - que não seria com a abstinência de vida política que os intelectuais conseguiriam manter sua “independência”, sua “liberdade”, seu “espírito”.

Reconhecendo que a liberdade de criação era a “*condição vital para a elaboração da obra de arte*”¹⁵⁰ não aceitava que o fato de pertencer ao PCB, por si só, significasse prejuízo para o exercício dessa liberdade. Do seu ponto de vista o que punha em risco a liberdade de criação eram as reminiscências fascistas e fascistóides que, insistindo em sobreviver, ameaçavam toda e qualquer liberdade.

Frente a esse diagnóstico, conclamava todos os “*intelectuais brasileiros, escritores poetas, publicistas, artistas, homens de ciência*”, enfim todos os “*trabalhadores intelectuais*”, para que se unissem em torno de um grito de alerta: “*A democracia brasileira esta em perigo!!!*” Contra ela articulavam-se as forças que, batidas militarmente nos campos de batalha da Europa e da Ásia, não estavam, contudo, “*liquidadas no terreno político e moral*”. Os intelectuais não poderiam fugir por isso “à responsabilidade de estar ao lado das forças democráticas e progressistas”. Diante desse imperativo, Astrojildo coloca-se na condição de “*pequeno-escriptor*” e “*comunista*” inteiramente identificado com a classe operária, e dirige-se aos intelectuais não comunistas no sentido de conclamá-los a entender que não é possível “*haver democracia, na época atual, sem a participação ativa dos comunistas*” e de que o ódio anticomunista resultaria de “*uma concentração de interesses e sentimentos antidemocráticos*”, diante dos quais “*hesitar é concorrer, queiram ou não para o retrocesso da democracia*”¹⁵¹.

Em São Paulo, onde a peça inquisitorial não era tão exasperada, procurou-se imprimir às discussões num sentido mais profissional. O que não impediu que houvesse muita política na definição dos delegados que iriam representar o Estado no Congresso de Belo Horizonte.

Entretanto a ênfase prioritária foi a dos direitos autorais, pois diferente do Rio de Janeiro onde os comunistas eram majoritários, em São Paulo estavam em nítida minoria, como se pode depreender do relato de Oswald mostrando que ele e Caio Prado Jr. haviam sido preteridos por

¹⁵⁰ Cf. PEREIRA, Astrojildo. (1963), *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 267.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 269-270.

pequenos escritores de província mais afinados com o grupo dominante.

O 2º Congresso Nacional dos Escritores se instala, em 16 de outubro de 1947, com um discurso do governador mineiro Milton Campos, cujo teor merecerá grande destaque na imprensa.

Após as saudações e moções, são constituídas cinco comissões de trabalho: a) Direitos Autorais; b) Cultura e Assuntos Gerais; c) Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; d) Assuntos Políticos; e) Assuntos de Livro e Divulgação da Produção Literária. Os jornais não se cansam de frisar que o Congresso transcorrerá em clima de animação¹⁵², sem que se evidenciem as divisões latentes.

A ênfase da grande imprensa iria toda ela no sentido de que o Congresso se dedicasse aos temas corporativos, deixando de lado as questões políticas. Os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo informavam sobre o Congresso e apresentavam os temas indicados pela ABDE para serem discutidos no enclave: Direitos Autorais; Intercâmbio Cultural; O Escritor e a Luta pela paz; O Escritor e a defesa da Democracia; A difusão do livro e a situação econômica do país; O livro didático; Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; Problemas de Arte Literária.

Mas, logo na abertura, o liberal baiano Rafael Corrêa de Oliveira, apresenta à mesa e, Guilherme de Figueiredo, presidente nacional da ABDE, na sessão de abertura, procede à leitura de uma moção de protesto contra a condenação e prisão de jornalista baiano e delegado ao Congresso. O texto dizia exatamente o seguinte:

*O II Congresso Nacional de Escritores tomando conhecimento da condenação do sr. Aidano do Couto Ferraz, delegado da Bahia, a seis meses de prisão - condenação baseada em dispositivos da Lei de Segurança que vem das trevas da ditadura - resolve protestar energicamente contra esse fato que revela apenas a precariedade das instituições democráticas no Brasil e demonstra a necessidade de uma permanente vigilância na defesa das liberdades públicas*¹⁵³.

E foi aprovado por aclamação.

¹⁵² Carlos Drummond de Andrade em seu diário descreve o clima: “*Em Minas, passeios, encontros de amigos, clima de festa ambulante de intelectuais. A noite, baile no Automóvel Clube, onde Osório Borba dança com Eneida um samba amaxixado que faz arregalar os olhos às tímidas senhoras mineiras. Que faço num baile? Chateio-me. Alguém pelo microfone, pede uma salva de palmas para um ilustre componente da nossa delegação: Barão de Itararé, grande cidadão e amigo do povo. Os dançarinos não se abalam com a revelação*”, *O observador no escritório*, ed.cit, p.75.

¹⁵³ O motivo da prisão de Aidano foi ter colocado entre aspas o título de professor do secretário da Presidência da República e ter criticado a lei de segurança, qualificando-a de fascista.

No entanto o grande tema do encontro foi o dos direitos autorais não só pela ênfase da imprensa mas principalmente em virtude da existência do projeto de lei (N.º 539, de 2 de dezembro de 1946) em discussão na Câmara Federal visando regulamentar o assunto. A proposta em questão era resultado de um anteprojeto elaborado por Guilherme Figueiredo e apresentado pela diretoria da ABDE ao Congresso Nacional através do Deputado Euclides Figueiredo. O projeto criara grande polêmica entre os intelectuais no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, principalmente porque atribuía à ABDE a tutela sobre as obras dos escritores em nome da defesa dos direitos autorais. Além da polêmica algumas medidas práticas foram tomadas tendo o projeto como mote.

Jorge Amado apresentou ao Congresso Nacional um substitutivo em 8 de setembro de 1947 no qual procurava amenizar a pretensão de tutela presente no projeto. Aires da Mata Machado escreveu um memorial com um encaminhamento bastante assemelhado ao de Jorge Amado apresentando-o ao plenário do Congresso de Escritores. Além disso, em 4 de outubro de 1947, o Ministro da Justiça designara uma Comissão para estudar os efeitos das leis referentes à cobrança de direitos autorais, elaborar um relatório e apresentar um anteprojeto de regulamento, tendo em conta o Decreto Federal N.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Ou seja, o próprio Estado via-se impelido a se posicionar a respeito de uma tentativa de institucionalizar corporativamente a tutela sobre a categoria - uma tentativa que, no limite, concorria com a tutela estatal sobre as profissões e associações - herança estadonovista ainda em vigor¹⁵⁴.

Durante o mês de outubro, vários organismos de imprensa publicam artigos e comentários de intelectuais sobre o tema.

Nas páginas de *O Estado de São Paulo*, Sérgio Milliet entraria na discussão sobre os direitos autorais chamando a atenção para a importância do problema e sugerindo que fosse abordado de forma definitiva no encontro de Belo Horizonte.

O debate sobre o projeto de lei, a partir de agosto havia gerado grande polêmica, especialmente em torno da questão do “domínio público” em matéria de propriedade literária. Milliet consideraria a proposta um verdadeiro absurdo por constituir uma exceção a toda a

¹⁵⁴ Não cabe aqui uma discussão pormenorizada do texto do Decreto Federal N.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946, mas, ter em conta sua origem um tanto obscura, pois é promulgado uma semana antes de Dutra tomar posse, durante o governo provisório de José Linhares, aprovando o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Estranhamente, num governo de transição e pouco antes da instalação da Assembléia Constituinte, o Presidente da República (José Linhares), através deste decreto, não apenas reforçava a estrutura de controle, censura e fiscalização criada pelo Estado Novo, como reproduzia integralmente seu estilo, na pretensão de regulamentar as iniciativas da sociedade civil e a própria produção cultural.

legislação atual sobre a propriedade privada. Além disso, Milliet levantava o problema da “inalienabilidade dos direitos autorais” e colocava senões a um outro ponto polêmico: à equiparação do tradutor ao salário do autor¹⁵⁵.

Mas o debate mais ilustrativo travado na imprensa ocorreria nas páginas da *Folha da Manhã* onde foram publicadas inúmeras matérias e entrevistas a respeito. Seleciono um conjunto de entrevistas realizadas pela *Folha da Manhã* por darem um painel bastante interessante sobre o debate. Dentre os entrevistados estavam: Moises Velinho, crítico e ensaísta, autor de *Letras da Província*; Erico Veríssimo; José Geraldo Vieira escritor de Marília, ex-vice-presidente da ABDE, secção São Paulo, delegado a todos os Congressos (1945, 1946, 1947); Darci Azambuja, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre e autor de diversas obras; Hamilcar Garcia e Jamil Almansur Haddad.

No essencial, todos apresentavam argumentos muito favoráveis a uma legislação que regulamentasse o problema dos direitos autorais, mas se opunham ou faziam ressalvas às restrições que o anteprojeto de lei proposto pela ABDE continha quanto à possibilidade de o autor poder dispor com total liberdade de sua propriedade literária. Nesse sentido, inclusive, já haviam se manifestado os escritores riograndenses, enviando telegramas à Câmara dos Deputados em favor da iniciativa tomada pela ABDE, visando a aprovação de uma lei, mas ressaltando que o anteprojeto consagrava dispositivos que uma vez convertidos em lei negariam os próprios objetivos que os haviam inspirado.

Todos os entrevistados viam no projeto boas intenções e uma preocupação geral correta, pois todos eram favoráveis a uma legislação que defendesse os direitos dos escritores, mas lhe criticavam os “excessos” que poderiam manchar as preocupações que estiveram em sua origem. Se opunham principalmente à pretensão presente no projeto de Guilherme de Figueiredo de, no limite, a ABDE alienar a propriedade literária, colocando restrições à liberdade do autor.

A questão principal, portanto, estava relacionada com a tutela que o projeto da ABDE previa sobre a produção dos escritores. Moises Velinho dizia a esse respeito:

“Não me parece, por exemplo, que a reação tutelar da ABDE sobre os direitos autorais de seus associados deva assumir tamanha plenitude que chegue a constituir uma restrição perigosa ao livre exercício desses mesmos direitos” ¹⁵⁶.

Erico Veríssimo perguntado sobre esse ponto, rebatia a proposta de tutela por considerá-

¹⁵⁵ Cf. MILLIET, Sérgio. (1947), “Direitos autorais”, *O Estado de São Paulo*, 7 de outubro.

¹⁵⁶ Cf. VELINHO, Moises. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 17 de outubro.

la totalitária:

“E natural que a ABDE cuide dos interesses de seus membros, mas não me parece aceitável que seu zelo vá tão longe”. ¹⁵⁷

O zelo a que se referia Veríssimo estava expresso no artigo dois do projeto, referente ao direito autoral, que no limite proibia o autor de transferir, vender, dispor e doar seus direitos. O que era considerado pelos entrevistados um retrocesso, pois ao invés de defender, estava limitando a liberdade do escritor. E mesmo levando em conta que o objetivo do dispositivo era evitar que, premido por circunstâncias adversas, o escritor se desfizesse definitivamente de seus direitos autorais, era impossível não argüir sobre a sua inconstitucionalidade, pois feria diretamente a liberdade individual. Além disso, o dispositivo não levava em conta que havia certos direitos autorais, como o relativo a obras coletivas, que o escritor tinha vantagens em alienar.

O projeto dava também à ABDE procuração para entrar no terreno baldio do domínio públicos pretendendo que a Associação ficasse como curadora dos ausentes e falecidos através da proposição de duas possibilidades: 1) adiando o domínio público por dez anos, tempo durante o qual ela, Associação faria usufruto do mesmo; 2) outra, seria a de ela usufruir da vitalidade póstuma dos clássicos (Homero, Virgílio, entre outros). Sobre esse tema José Geraldo Vieira tinha uma interessante interpretação:

*É infantil supor que uma editora possa viver somente com obras de bibliografia atual. E também é pueril supor que; ao editar ela obras já em domínio público, esteja explorando alguém, sendo ainda mais pueril que tal exploração passe a ser feita por uma, associação de defesa de nomes e de classe ... Suponha-se casas como Sagittaire, Flammarion, Egloff, Albin Michel, etc. que lançam permanentemente obras caídas em domínio público vir em suas programações taxadas por um herdeiro presuntivo e simbólico. Suponha-se casas como a Randon House, Macmillan, Bretanos, Gallimard, Hachette, Grasset, por exemplo, terem a ameaça de uma lei legalizada embarafustar pela intimidade de suas efetivações comerciais, como se se tratasse de gente inidônea*¹⁵⁸.

Outro ponto polêmico do projeto era o artigo que subordinava as condições de negociações do trabalho intelectual à intermediação da ABDE. Sobre isso, Erico Veríssimo dizia:

“E um artigo absurdo. Só quem não conhece o mundo editorial é que podia pensar num artigo tão

¹⁵⁷ Cf. VERÍSSIMO, Erico. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 1 de outubro.

¹⁵⁸ Cf. VIEIRA, José Geraldo. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 8 de outubro.

*clamorosamente simplificador. Longe de servir os interesses do escritor, ele lhe limitará as possibilidades*¹⁵⁹.

Em relação ao artigo 3, outra polêmica, agora em relação à equiparação para efeitos financeiros, de tradução e trabalho original. Todos, sem exceção discordam da equiparação.

Mesmo quando aceitam que, em alguns casos, a tradução se constitui numa verdadeira criação, consideram um contra-senso generalizar a exceção por simples imperativo legal.

Afinal ainda se reconhecendo que um bom tradutor mereceria ser pago concenciosamente isso não poderia significar a equiparação deste trabalho ao de criação. Sem falar nas diferenças da tradução entre um texto sério e um “best-seller” vulgar.

Veríssimo, colocando-se contra a proposição dizia ser mais correto que os tradutores procurassem o melhor pagamento possível pelo seu trabalho, pois analisando-se o custo da produção de um livro, seria impossível remunerar o tradutor com uma porcentagem sobre o livro nem fazer um novo acerto a cada edição já que isso prejudicaria o pagamento dos direitos autorais dos escritores.

Mas, além de discordarem de aspectos pontuais do anteprojeto, todos se colocavam contra o seu espírito. José Geraldo Vieira via nele uma, ênfase excessivamente corporativista quando tratava o autor como vítima constante do editor de cujas garras a legislação deveria protegê-lo. Para ele, o mais comum no mundo editorial brasileira era que, bem pesadas às coisas, escritores e editores fossem vítimas. Ao que acrescentava que nenhum escritor de grande tiragem (como José Lins do Rego ou Érico Veríssimo) teria mantido a continuidade de sua produção se não contasse com um editor de qualidade. Em suas palavras:

“Não se pode negar que a Editora José Olimpio, a Globo, a Brasiliense, a Nacional, etc., criaram a possibilidade de o autor nacional existir, mesmo na época anômala da guerra” ¹⁶⁰.

Sendo um profissional de editora, Veríssimo via o projeto da diretoria da ABDE como manifestação de um velho ressentimento de autores com relação aos editores, que até certo ponto tinha razão de ser.

¹⁵⁹ Cf. VERÍSSIMO, Erico. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 1 de outubro.

¹⁶⁰ Cf. VIEIRA, José Geraldo. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 8 de outubro.

Seus dezessete anos de trabalho junto a uma casa editora lhe davam condição de opinar sobre o assunto. Para ele haveria um certo exagero na colocação do problema, pois a existência de editores menos escrupulosos e de jornais e revistas que tinham “*o mau hábito de reproduzir artigos, histórias, ensaios e poemas sem consultar os autores e sem lhes dar a menor remuneração não poderia ser generalizada*”¹⁶¹. Esse tipo de abuso precisava acabar e aí a ABDE poderia e deveria “*exercer sua fiscalização como faz a SBAT*” (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais).

Entretanto, tudo o que saísse desse nível deveria ser decidido “*entre autor e editor, ao sabor dos interesses e possibilidades de cada um*”. Baseando-se em sua experiência, Veríssimo afirma ser “*esse sistema é viável e prático*”, desde que existisse confiança mútua. No que o “*negócio editorial*” não era diferente dos outros negócios. De modo que se alguém se sentisse lesado, aí sim cabia tomar as medidas jurídicas. Com essa análise, Veríssimo criticava aqueles que apoiavam o projeto, pois ainda que bem intencionados, estavam desinformados a respeito do negócio editorial.

Com essas ressalvas, pretendia-se evitar um clima exasperante entre autores e tradutores, de um lado, e editores, de outro. Pois se isso acontecesse todos perderiam, principalmente o país. Inclusive porque Darci Azambuja, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, diria que no projeto havia dispositivos inaceitáveis; umas por serem inconstitucionais, outras por atentarem contra os direitos do próprio autor. Assim ele considerava o artigo 31 que estabelecia que, salvo cláusula expressa em contrário no ato da filiação a ABDE seria reputada mandatária de seus associados. De modo que a lei daria uma tutoria sobre os escritores, muitos já filiados a ela sem restrição. Azambuja perguntava:

“*Mandatária para que e até onde?*”

E criticando a não explicitação do caráter do mandato, continuava:

“*Ora, não há mandatos ilimitados, sem designa de objeto e de condição. E se o intuito do artigo é o de que em cada caso, é a Associação que tem poderes para agir, e não o escritor, ou que ela pode agir sem*

¹⁶¹ Cf. VERÍSSIMO, Erico. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 1 de outubro. Em suas palavras ainda: “*Alega-se que de quando em quando aparece a edição clandestina de um livro ... Que um editor imprime um certo número de exemplares de uma obra e depois só presta contas de um número muito menor que o das tiragens. Ora, esses são apenas casos de policia. Não é necessário conseguir nenhuma legislação especial para reprimir esses abusos, ou melhor, esses delitos*”.

solicitação nem consentimento dele, então o dispositivo constitui uma aberração jurídica”. ¹⁶²

A posição mais crítica em relação ao projeto veio de Hamilcar Garcia, pois atingia também a própria concepção da Associação de Escritores. Para este autor, a ABDE teria se constituído a partir de um conceito de classe anacrônico, já que não haveria nada de coletivo no ato de escrever. Não cabendo, portanto uma associação com tal finalidade, principalmente porque, havendo liberdade, os escritores não teriam em nenhum lugar um denominador comum. Em suas palavras:

Escrever é uma atividade fortuita, variável, subsidiária. Querendo transformá-la em atividade regular, respeitável com aposentadoria, menos horas de trabalho, descontos nos gêneros de primeira necessidade e outras garantias de ‘classe’, a ABDE teria de obrigar o país a ler tudo o que se escreve, a consumir parêntese e indiscriminadamente todo o produto por ela colocado. Como essa compulsão é impraticável, vê-se na contingência de compelir em outro terreno, assumindo o papel de distribuidora exclusiva da produção - uma espécie de híbrido que fosse ao mesmo tempo monopólio capitalista e ‘kolkhoz’ literário”. Por isso, vai considerar que a ABDE é uma entidade mais política do que literária. “Não me refiro política partidária, mas a um estado de espírito que se poderia descrever como uma preconceituosa ‘social-consciousness’ T¹⁶³.

Foi exatamente procurando uma alternativa para esse impasse que Jorge Amado, parlamentar e presidente da delegação baiana ao Congresso, apresentara um substitutivo em 8 de setembro de 1947, no qual tentava amenizar a pretensão tutelar do projeto mesma linha iria o memorial de Aires da Mata Machado.

Na avaliação de Astrojildo Pereira, após o encontro dos escritores, isso ficaria claro:

a questão do direito autoral foi certamente a que, em comissão provocou mais obstinada divergência. Três correntes se manifestaram desde o início e se mantiveram na mesma posição até o fim: a do projeto de lei em curso na Câmara dos Deputados, a do parecer e substitutivo Jorge Amado, e a do memorial Aires da Mata Machado Filho. Diferenças secundárias separavam entre si as duas últimas correntes, ao passo que ambas se contrapunham de modo radical a alguns pontos essenciais do projeto, relativos ao princípio da inalienabilidade do direito público, associação profissional única, ao mandato compulsório e função tutelar delegada da associação etc. ¹⁶⁴

¹⁶² Cf. AZAMBUJA, Darci. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 9 de outubro.

¹⁶³ Cf. GARCIA, Hamilcar. (1947), “A legislação sobre os direitos autorais”. *Folha da Manhã*, 21 de outubro.

¹⁶⁴ Cf. PEREIRA, Astrojildo. (1947), “O Congresso de Belo Horizonte”, In: *Literatura*, N.º 6, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, p. 3.

Só que no final, apesar da polêmica envolvendo o tema, não se chegando a uma solução unitária, decidiu-se no Congresso de Escritores deixar a questão em aberto; encaminhando para a Câmara dos Deputados os materiais que haviam servido de base às discussões.

Além disso, embora tenham sido numerosos os esforços para que a questão dos direitos autorais ocupasse o núcleo do Congresso, não foi possível evitar que temas propriamente políticos viessem à tona e, num certo sentido, “dramatizassem” o conclave. Milliet em avaliação posterior a esse respeito diria: “*A exploração política de uma questão profissional por um lado e misteriosas intervenções por outro, impediram o debate amplo e esclarecedor que houvera permitido solução mais lógica ...*”¹⁶⁵

O mote seria dado por uma moção apresentada pelo delegado mineiro Aires da Mata Machado Filho se posicionando contra a cassação do registro do Partido Comunista, dirigindo-se ao Supremo Tribunal Federal e solicitando-lhe que apressasse o julgamento do recurso do PCB.

Até então os trabalhos da Comissão haviam sido facilitados por uma atitude recíproca de tolerância e cooperação.

Segundo Drummond, nenhum

debate menos cordial entre escritores de esquerda e escritores democratas. Os pontos de vista eram apresentados e defendidos habilmente, tendo-se em mira a necessidade de chegar a resultado harmonioso, que prestigiaria o Congresso e a ABDE. Assim, afastaram-se de discussão todos os pontos que pudessem extremar as correntes ali representadas ¹⁶⁶.

A leitura de Astrojildo Pereira da moção proposta por Aires da Mata teria deixado estarecidos os congressistas que participavam do trabalho da Comissão Política, pois nada havia se discutido a respeito. Principalmente porque, apresentada diretamente ao plenário a moção fora aprovada por aclamação.

A situação ficava extremamente difícil porque era possível

¹⁶⁵ Cf. MILLIET, Sérgio. (1947), “A margem do Congresso de Belo Horizonte”, *O Estado de São Paulo*, 21 de outubro.

¹⁶⁶ Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. (1985), *O Observador no Escritório* Rio de Janeiro: Record, p. 75.

deixar de votar contra atos políticos atentatórios da liberdade de associação e de mandatos populares(...)

Mas a aprovação pura e simples de atitudes não consideradas antes pelo órgão competente, e que importavam em unilateralidade de ponto de vista, anulando todo o trabalho de preparação para que o Congresso não se tornasse órgão do Partido, levando a reboque os escritores que, amando a liberdade, a ele não se subordinavam, criou situação insustentável¹⁶⁷.

Na última sessão plenária do Congresso, Alceu Marinho Rego pediu a palavra, e leu uma declaração interpretativa, assinada por ele e por mais sessenta e cinco congressistas, onde chamava a atenção para o fato de que o voto favorável dado por eles à aprovação da moção Aires da Mata Machado Filho contra o fechamento do Partido Comunista e alusiva à questão da cassação de mandatos: *“não implicava, de maneira nenhuma, em aceitação dos princípios e objetivos do Partido Comunista do Brasil, representando tão somente uma afirmação democrática de confiança na convivência pacífica das diferentes correntes da opinião nacional”* ¹⁶⁸.

Em seguida Marinho Rego leu uma outra declaração. Nela 10 membros da Comissão Política renunciavam, em caráter irrevogável a seus mandatos, tendo em vista que a referida moção de caráter político importante, não fora submetida a consideração da dita comissão.

Aproveitando-se da colocação de Marinho Rego, Afonso Arinos de Meio Franco usou a palavra dizendo que, embora continuasse a formar de Aires da Mata Machado Filho o merecido conceito, os membros da comissão de Assuntos Políticos (10 em 24) se consideravam não só resignatários¹⁶⁹ como também se retiravam do plenário.

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 76.

¹⁶⁸ Assinavam a declaração interpretativa: Rodrigo Melo Franco de Andrade, J. Guimarães Alves, Lourival Gomes Machado, Edgar Godí da Mata Machado, Orlando M. Carvalho, Antonio Candido, Arnaldo Pedroso d’Horta, Dante Costa, Carlos Drummond de Andrade, Odilo Costa, filho, Alcântara Silveira, Afonso Arinos de Melo Franco, Martins de Almeida, Clovis Ramallete, Domingos Carvalho da Silva, Homero Sena, Aloísio Alves, José Lins do Rego, Otávio Tarquínio de Sousa, Gastão Cruis, J. Lourenço de Oliveira, Luis Martins, Sérgio Milliet, Murilo Rubião, Cid Rebelo Horta, Arnon de Melo, João Conde, Pompeu de Sousa, Almeida Sales, Rodrigo Otavio Filho, A. Cicarinni, João de Sousa Meneses, João Amoroso Neto, Emílio Moura, Alphonsus Guimarães Filho, Guilherme Figueiredo, Paulo Mendes Campos, Mário Neme, Carlos Lacerda, Wilson Castelo Branco, Murilo Araújo, Helio Pelegrino, Heli Menegale, Carlos Castelo Branco, Wilson de Figueiredo, Arduíno Bolívar, Jair Rebelo Horta, Pedro S. Chocair, Murilo Miranda, Carlos Burlamaqui Kopke, Lucia Miguel Pereira, Geraldo Couto Rodrigues, Décio de Almeida Prado, Alceu Marinho Rego, Osório Borba, Dalton Trevisan, João Dornas Filho, Rafael Corrêa de Oliveira, Amaro de Queiroz, Otto Maria Carpeaux, Braga Montenegro, Frans Martins, José Stenio Lopes, Antonio Girão Barroso, Haroldo Maranhão e Julio de Mesquita Filho.

¹⁶⁹ Declarando que a Comissão perdera seu objeto, pois a moção não lhe fora submetida conforme o regimento previa, informavam a mesa a intenção de renunciar a seus cargos: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Alceu Marinho Rego, Antonio Candido, Carlos Drummond de Andrade, Lourival Gomes Machado, Odilo Costa, filho; Arnaldo Pedroso d’Horta, Aloísio Alves, J. Guimarães Alves e Afonso Arinos de Melo Franco.

Ambas são lidas com deliberada ausência de ênfase por Alceu Marinho Rego. Mas lidas juntas, as moções ganham maior densidade, pois introduzem uma mensagem implícita de ruptura entre os escritores. Nesse sentido contribuem para politizar integralmente o encontro mesmo que isso se faça em nome de sua não politização.

O radicalismo da atitude tomada pelos 10 renunciantes da Comissão de Assuntos Políticos ganhava outro significado causando maior impacto à medida que se atenta para os nomes dos signatários do primeiro documento, pois entre eles havia figuras muito representativas.

Frente a essas colocações Aires da Mata Machado declarou que assumia inteiramente e paternidade da moção não retirando dela uma única palavra, por julgá-la justa. O assunto a partir daí ganhou outra dimensão provocando agitados e prolongados debates e demandando várias gestões no sentido de harmonizar as correntes interessadas na matéria. Mas a princípio se anuncia um clima de agitação que vai se prolongando e ameaçando comprometer a própria continuação do congresso. A delegação paulista contribui para a radicalização. Um aparte de Mário Neme, acusando a mesa que dirigia a sessão da qual fazia parte o também paulista Paulo Mendes de Almeida (presidente eventual dos trabalhos), de golpista por ter permitido a apresentação da moção diretamente ao plenário, leva-o a renunciar. Guilherme de Figueiredo, presidente efetivo não reassume o lugar, declarando-se também renunciante (em realidade Guilherme Figueiredo aproveitava-se oportunisticamente do impasse para renunciar, já que a razão que o levava renúncia se relacionava com a questão dos direitos autorais - ele apoiava o projeto que tramitava pelo legislativo e que fora apresentado por seu pai -, cujo debate se encaminhava para um desfecho contrário a seu ponto de vista).

Astrojildo assume a presidência e é constituída uma comissão para pedir a Paulo Mendes de Almeida que retorne, com as desculpas de Mário Neme. Ele aceita e o clima se alivia, mas os renunciantes da Comissão de Assuntos Políticos, irredutíveis, através de Aluísio Alves, consideram terminada sua missão. Aluísio Alves faz a ressalva de que tal atitude não significava desinteresse pelo Congresso e que pelo contrário desejavam-lhe boa sorte e esperavam que tivesse “êxito”. Mas, apesar dessa declaração formal de espírito unitário, a atitude tomada por esses escritores, nesse momento, é de tamanha radicalidade que põe em risco, não apenas o Congresso, como também a própria existência da ABDE.

A partir de um ponto o clima ficou tão pesado que a sessão foi suspensa para que se realizassem entendimentos visando à harmonização das posições, pois temia-se que o episódio

pudesse levar outros congressistas a abandonarem o encontro - circunstâncias que trariam sérias conseqüências para a ABDE. Júlio de Mesquita Filho desenvolveu gestões entre os congressistas renunciantes no sentido de que esses entendimentos viessem a acontecer.

Jorge Amado apelou para Aires da Mata que concordasse que sua moção fosse submetida à Comissão de Assuntos Políticos como contribuição para a final “Declaração de Princípios” e a bem do êxito do certame. O escritor mineiro (Aires) transformou o apelo em proposta, rapidamente aprovada com aplausos.

Os renunciantes foram procurados então por uma comissão de notáveis (Otavio Tarquínio de Sousa, Lúcia Miguel Pereira e Júlio de Mesquita Filho) que, trazendo o compromisso dos comunistas de voltarem atrás considerando nula a moção lhes solicitavam que voltassem e reassumissem os seus trabalhos. As primeiras reações foram de recusa, argumentando-se que o incidente fora mais grave do que aparentava.

Antonio Candido dizia ter elementos para considerar que a moção havia sido elaborada sub-repticiamente pelos comunistas, afinal dela só não haviam tido conhecimento prévia os congressistas não alinhados com o PCB. Essa posição é corroborada por outros congressistas que vêem no episódio “*premeditação e malícia*”¹⁷⁰. Mas, ao final, acabam cedendo aos apelos.

Como conseqüência retornaram ao recinto os membros renunciantes da aludida comissão que desse modo concordavam em voltar as suas funções. Aparentemente, com o retorno dos congressistas, o episódio estaria, superado e a unidade dos escritores assegurada. Inclusive, essa foi à interpretação de parte da imprensa. A *Folha da Manhã* se referiria ao ocorrido assim: “*foi debelada a crise que de maneira tão viva abalou o Congresso. E os trabalhos continuaram*”¹⁷¹.

No dia seguinte, a comissão aprovou a declaração de princípios, redigida por Afonso Arinos (da ala democrática da UDN). Arnaldo Pedroso d’Horta (da Esquerda Democrática) e Pedro Mota Lima (comunista histórico, muito ligado a Astrojildo). Drummond defendeu a ressalva em proveito do escritor, reconhecendo o direito de manter-se dentro do domínio estético, se assim lhe aprouver. Mota Lima e Mário Schemberg consideraram-na dispensável, mas Antonio Cândido considerou essencial sua introdução no texto final.

O plenário aprovou a declaração e aparentemente tudo acabou em paz, com a fórmula

¹⁷⁰ Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. (1985), *O Observador no Escritório* Rio de Janeiro: Record, p. 78.

¹⁷¹ Cf. *Folha da Manhã*, 21 de outubro de 1947.

“*posição de combate do escritor*” transformada em “*posição de vigilância*” e o repúdio “*á ditadura de classe*” ampliado para “*qualquer forma ou sistema de ditadura*”¹⁷².

Seja como for, o 2º Congresso terminaria aprovando uma “*Declaração de Princípios*” que reafirmava a adesão dos escritores aos postulados democráticos. A íntegra do texto é reveladora:

Os escritores brasileiros, reunidos em seu 2º Congresso reafirmam, em toda plenitude a declaração de princípios do 1º Congresso.

A legalidade democrática, ali reclamada coletivamente, foi restaurada pela constituição de 18 de setembro de 1946.

Na atual situação do país e do mundo consideram os escritores que é seu dever completar pela seguinte a sua primeira declaração:

1. É de desejar que o exercício da atividade literária em nossa época não se restrinja ao domínio estético. Está fora de dúvida que o escritor pode se conservar dentro desse domínio, mas é certo que poderá também vir a engrandecer a missão da inteligência fazendo de sua obra um instrumento de participação consciente na exposição e solução dos problemas da coletividade.

2. É essencial ao pleno exercício da missão de escritor a mais ampla liberdade de pensamento, incompatível com o estabelecimento de qualquer forma ou sistema de ditadura, e só assegurada num regime que tenha por base a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a libertação do temor da violência e a libertação da necessidade econômica.

3. Caracteriza-se a legalidade democrática pelos seguintes requisitos fundamentais: respeito ao regime representativo, consubstanciado na livre organização de associação e partidos e na inviolabilidade do mandato popular e eliminação de leis restritivas e dos aparelhos judiciários de exceção que longe de defenderem o Estado democrático, comprometem a sua integridade. Esses requisitos, entendidos dentro do sistema e do mecanismo constitucionais, são particularmente aplicáveis ao quadro objetivo da situação brasileira.

4. Na defesa desses princípios integrados na Constituição, cabe ao escritor uma posição de vigilância, para que a democracia não degenere na sua essência, nem seja atingida por atentados ao regime representativo, partam de onde partirem.

5. Está intimamente ligado ao problema da defesa e consolidação da democracia no Brasil a execução de uma política de progresso econômico e de bem-estar social, que possibilite o desenvolvimento da cultura.

6. Mesmo diante das ameaças de guerra, a humanidade tem o direito de esperar que, com a participação ativa e consciente do escritor, surja do imenso esforço dispendido pelas nações unidas uma Paz permanente, baseada nos princípios de justiça e liberdade; de autodeterminação e não de tutela econômica ou política; de

¹⁷² Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. (1985), *O Observador no Escritório* Rio de Janeiro: Record, p. 78.

independência e não de agressão; de igualdade de tratamento entre nações e não ao estabelecimento de zonas de influencia; de cooperação internacional e não de medo, desconfiança agressividade.

*os escritores brasileiros conclamam todos os homens de boa vontade a se unirem na defesa dos princípios enunciados nesta declaração*¹⁷³.

Na agitada sessão de encerramento do conclave, após a aprovação das últimas teses são pronunciados alguns discursos. Júlio de Mesquita Filho fala em nome da delegação paulista; além dele falam também Rafael Corrêa de Oliveira (baiano) e Afonso Arinos (mineiro) Na contraposição entre Júlio de Mesquita e Afonso Arinos, de certo modo explicitam-se duas visões liberais.

O discurso de Júlio de Mesquita Filho se dirige na fraqueza do 2º Congresso de Escritores pondo em questão o valor qualitativo das teses apresentadas e declarando-se desiludido “diante do resultado puramente intelectual da reunião”. Em realidade, o prócer do liberalismo oligárquico paulista, ao considerar irrelevante o resultado do congresso por excesso de intelectualismo, menosprezara a discussão política decisiva que esteve embutida no encontro e que dizia respeito as posições dos escritores acerca da ordem democrática. Deixava de considerar também a questão que polarizara as atenções dos escritores antes e durante o Congresso: a dos direitos autorais. Por que essa no fundo era uma questão que a Júlio de Mesquita Filho não dizia respeito. Já o menosprezo pela questão da democracia implícito em sua intervenção fica evidente quando, ao valorizar as liberdades democráticas não as relaciona com a Constituinte, considerando que elas haviam sido “*definitivamente conquistadas pela revolução de outubro de 1945*”. Mais uma vez, prevalece o antigetulismo e não há um compromisso com as instituições democráticas que se estava tentando construir no Brasil.¹⁷⁴

Afonso Arinos em sua intervenção seria bem mais generoso na avaliação do encontro, revelando-se inclusive bem mais afinado com o universo intelectual e com suas preocupações. Sua colocação básica chamava a atenção para a importância do problema profissional dos escritores. Problema sobre o qual não se tinha uma relação imediata com a liberdade de pensamento e que chegado a uma conclusão definitiva e que, portanto, precisava ser tratado com mais seriedade e vagar. Problema que imporia aos intelectuais a manutenção de grande unidade na defesa de seus direitos e dos valores que eram essenciais à existência deles.

¹⁷³ Cf. *Folha da Manhã*, 21 de outubro de 1947.

¹⁷⁴ Cf. *O Estado de São Paulo*, 18 de outubro de 1947.

Unidade que, em sua opinião não fora abalada pelos episódios do Congresso. Seja como for, o envolvimento do Deputado Jorge Amado no 2º Congresso Brasileiro dos Escritores demonstra, mais uma vez, sua vocação pela política que, ao longo de sua carreira teve um foco como, por exemplo, Gramsci até 1926 - e Gramsci fora o único outro teórico marxista não-russo com a abrangência e a potência da literatura de Jorge Amado. Mas, ao passo que Gramsci contava com a cultura italiana, o Partido Comunista Italiano e a *Ordine Nuovo* - apesar de seu isolamento posterior e de suas discórdias com o Komintern -, o Constituinte e Deputado Jorge Amado esteve intermitentemente dentro e fora, da União Soviética e de numerosas publicações, instituições e academias de toda a Europa oriental e ocidental. Ambos eram definitivamente membros de uma cultura oponente, mas nunca foi fácil identificar o Constituinte e Deputado Jorge Amado com uma situação objetiva ou um movimento dentro dessa cultura, nem mesmo prever onde - falando de modo figurado - ele estaria no momento seguinte. Contudo, uma coisa é certa, seja onde quer que ele esteja, ele sempre esteve com a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término desse trabalho, o sentimento de uma pretensa onipotência dos pesquisadores que tentam abarcar todos os pontos e ângulos de seu objeto também apareceu para esse pesquisador. O que poder-se-ia chamar de um levantamento de um período relativamente curto da longa vida ativa de um intelectual no sentido proposto nas conferências recém-publicadas do saudoso Edward Said, meses de atividade na tribuna parlamentar brasileira, delineou-se, na verdade, num *tour de force* onde se percebeu que o objeto se agigantou, mesmo que, o próprio, excessivamente modesto, tenha se intitulado como um "peixe fora d'água" no ambiente político institucionalizado, ou ainda, quando escreveu que fôra tão-somente um bom deputado.

Mesmo sendo alvo de suspeitas, desconfianças e derrotas sucessivas da maioria não-comunista e liberal conservadora da Assembléia Nacional Constituinte, Jorge Amado teve uma presença mais do que significativa, onde bastaria apenas lembrar da legitimação de liberdade religiosa e de culto, presentes pela primeira vez numa Carta Magna, e de onde, mesmo depois da experiência autoritária dos anos de 1960, nunca mais saiu, permanecendo como cláusula pétrea da Constituição vigente. Mas sua atividade não se limitou a essa lei que foi elogiada e cobiçada pela sua autoria até pelo deputado udenista Gilberto Freyre. Foi de sua autoria a emenda que suprimia os impostos para o barateamento do papel importado tendo em vista a redução do preço do livro, o aumento do número de leitores e a capacidade produtiva do parque gráfico e editorial brasileiros numa polêmica interessante com o Deputado Horácio Lafer a quem conseguiu impingir uma rara e significativa derrota.

Nosso objetivo foi, como nas indicações de Frederic Jameson, relacionar esse intelectual ao seu tempo, perceber com quem dialoga, quais seriam suas matizes de pensamento na formatação do político e constituinte Jorge Amado. A escolha inicial recaiu sobre o já citado Gilberto Freyre, seja pelo impacto da obra deste na literatura amadiana, seja pela convivência posterior no parlamento, ou ainda, para estabelecer diálogos com um ramo de pesquisas sobre Jorge Amado que acriticamente faz uma analogia entre os dois intelectuais sem as mediações necessárias. Se é verdadeiro que haveria uma relação de mestre e discípulo, essa relação não seria de "rua de mão única", como foi nosso objetivo demonstrar. Mesmo tendo trabalhado inicialmente com o tema do modernismo e do regionalismo, nosso desejo foi de estabelecer vínculos entre Freyre & Amado a partir da Política, em especial, nas suas concepções do *atraso* e do *moderno* no Brasil, e, como a experiência norte-americana poderia ser útil na formulação de soluções para problemas crassos do país de cunho oligárquico e autoritário.

Esse papel de Jorge Amado, sugerido pelo intenso trabalho de Alfredo Wagner Berno de Almeida, o de *reformador social* onde o escritor plasma uma metodologia sociológica para a elaboração de seus escritos, foi aqui explicitado para dar uma abertura para a sua atividade no Parlamento da década de 40. Herdeiro da escola euclideana do pensamento social brasileiro, Jorge Amado percebeu a emergência história do proletariado brasileiro e dele fez o seu *leit motiv* no trabalho literário. Para além da linha ideológica, vimos um intelectual que sempre se perguntou o porquê de uma obra de arte não poder assumir seu compromisso de maneira pública para com os atores da subalternidade, posto que, já o havia, publica ou veladamente, um sem-número de obras que se remetiam e se comprometiam com o ideário burguês.

Tal provocação de natureza estética acabou por nos impor um grande desafio que aos poucos nos pareceu mais fácil que se pressupunha; o de ver Jorge Amado fora de um esquematismo de parte da crítica literária que o posiciona como adepto da corrente estética oriunda da URSS, intitulada de *realismo socialista*. Tal concepção tem a uma dinâmica forte e suficiente para alcançar outras disciplinas. Essa concepção era e é um problema, pois esbarra sem dúvida na interpretação da sua atividade intelectual como um todo, possivelmente respingando na arena do político Jorge Amado. Homem ligado ao mercado editorial desde cedo, aceito rapidamente por intelectuais do período dos anos 1930, Jorge Amado não nos pareceu como homem vinculado à proposta de tal estética, mas sim, como homem de seu tempo, tinha que conviver com a formulação de mitos aqui e alhures, logo ele, filho de uma terra de mitos, como retratou tão bem o seu compadre e conterrâneo Dias Gomes, em Roque Santeiro.

Concordando com essa convivência, tentamos estabelecer, em especial ao falarmos de sua perspectiva de Luis Carlos Prestes, um componente mediador nela deveras importante, o *humor rabeleisiano* como tão bem retratou Bakhtin na sua obra antiiconoclasta no país do stalinismo. Não seria desprezível lembrar, cremos, que sua primeira obra publicada tinha no seu título a referência ao Carnaval como síntese desse país. Por fim, mas não menos importante, é o problema de natureza cronológica, pois a linha cultural e estética de Zhdanov para a União Soviética será posterior a boa parte da produção literária de Jorge Amado dos anos de 1930 e 1940. Caberia a uma onisciência onipotente do escritor se antecipar a rumos sugeridos no pós-guerra para outras paragens.

Mesmo que persista a interpretação sobre um dogmatismo do autor-parlamentar, nossa perspectiva tem a preocupação com matizes e mediações a partir de discursos do próprio autor, seja na recepção ao poeta Pablo Neruda, seja na tribuna constituinte, em especial no discurso de

homenagem ao presidente recém-falecido na época, Franklin Roosevelt. Caberia a Jorge Amado representar a bancada nesse discurso e ressaltar dois pontos importantes: o primeiro, que, para os comunistas, o sectarismo e o dogmatismo seriam um contra-senso, mesmo que para outras correntes ideológicas assim parecesse, pois estariam nos "pais fundadores" do materialismo histórico e dialético as preocupações com que isso não ocorresse. Para tal, o constituinte baiano eleito por São Paulo, destacou passagens de "O Manifesto Comunista" de reconhecimento ao desempenho histórico e transformador da burguesia, onde Roosevelt seria um bom exemplo contemporâneo de setores da burguesia para com quem os comunistas poderiam dialogar em busca de um progresso e harmonia dos povos.

Outro ponto importante estaria na defesa de um pan-americanismo "de Roosevelt", e não o que se configurava no pós-guerra, antecipando o clima maniqueísta e sectário que iria ser predominante na Guerra Fria por todos os lados, que acabou atingindo o seu mandato e de seus companheiros de bancada. Não haveria problemas quando bandeiras tremulassem lado a lado desde que sob a égide da solidariedade e cooperação entre os povos. O que não poderia ser permissivo, como aponta neste e em outros discursos, seria uma postura imperialista e de uma hegemonia à base da anti-revolução passiva que surgia no horizonte político da época. O pan-americanismo não poderia ser visto em sua política como de natureza excludente ou de soberania de uma diretriz política sobre outras nações, mas sim, de diálogo incorporador. Hobbes teria que dar espaço para um Rousseau ou ainda para um Bolívar. A proposta do Constituinte Jorge Amado é a construção e manutenção de "a democracia nas Américas".

Para nós a dissociabilidade de Jorge Amado escritor com o seu trabalho de Constituinte foi impossível; ainda mais quando sabemos que durante o seu trabalho na Assembléia Nacional, herculeamente escrevia mais uma obra literária, *Seara Vermelha*. A partir dessa obra e seguindo o *fiat* de Eduardo Assis, optamos em trabalhar com sinais que nos indicassem com quem o autor estaria dialogando naquele momento, mais do que fazer uma análise do corpo do texto em si, nossa perspectiva foi de contextualizar a partir dos atores envolvidos nas preocupações do escritor e do tribuno. Daí, optamos pela *geometria das paixões* como sugere o professor Remo Bodei, e construímos, como fez a professora Maria Alice Rezende de Carvalho em sua obra sobre André Rebouças, o nosso triângulo, como já expusemos em capítulo à parte.

Tal construção nos permitiu um viés interpretativo onde buscamos um diálogo de Jorge Amado com suas preocupações à época assim como, tentamos ler nossas preocupações da história do tempo presente. Nossa primeira indagação ao ver Castro Alves, personagem biografado por Jorge e um de seus heróis, como Gregório de Mattos, é perguntar sobre o porquê

de sua presença no texto literário daquele momento. A partir dessa pergunta surge uma resposta que seria a defesa das defesas de Castro naquele momento, ou seja, o legado de Castro Alves estaria sendo subsumido a uma lógica conservadora e excludente aqui e alhures e, como herdeiro desta tradição, Amado optou em resgatar a gota de orvalho de sua poesia para que dali pudesse se semear uma liberdade para os excluídos da terra. Essa pergunta ainda não calou, como tentamos mostrar. Resgatar Jorge Amado e por conseguinte, Castro Alves, tem num contexto de "*vingança dos siths*", trazer à tona uma proposta de política democrática e de natureza pública de outrora, intimidada atualmente pelo discurso hobbesiano na política e lockeano na economia.

Há ainda que se salientar duas coisas importantes que tentamos trabalhar. A primeira diz respeito a uma abordagem sobre o período governado por Getúlio Vargas na quinzena de anos de 1930-1945. Tentamos mostrar que houve uma reorientação tática da política pecebista quanto ao posicionamento que o partido da classe operária deveria tomar diante do governo varguista no seu crepúsculo. Essa mudança estava levando em conta aspectos dinamizadores da redemocratização que estavam sendo dirigidos pelo mandatário do Executivo e que favoreciam a uma maior mobilização não só do partido como dava um oxigênio à sociedade mesmo que ainda com um arcabouço autoritário do Estado Novo. Pouco tempo depois, na Constituinte, a discussão sobre a autonomia dos sindicatos diante de tal aparato e ainda, se haveria ou não a unificação dos sindicatos através de uma grande central, trouxe à superfície um sem-número de críticas e apedrejamentos personalizados que não resultaram necessariamente em maior flexibilidade da estrutura sindical em modelos liberais de atuação.

Podemos arriscar a dizer que a partir daí surgiram nas ciências sociais à formatação de conceitos que ficaram e estão enraizados na literatura sobre o período e que persistem, ao nosso ver, de forma acrítica, excetuando algumas polêmicas que se extinguiram pela ação do tempo. "Populismo" e "Corporativismo" são dois dos exemplos que encontramos à vontade nessa literatura. Longe de nossa intenção fazer um revisionismo na busca da redenção desse período. Mas o que pretendemos propor a partir das ações antes e durante do intelectual Jorge Amado, foi o de fazer uma leitura desse período à guisa de uma sociologia comparada da experiência do *New Deal* e o mundo do trabalho e o governo Vargas do mesmo período. Em suma, se existiu uma correlação imediata do corporativismo italiano com a CLT, por exemplo, por que não pensar a experiência do *New Deal* interpretada no nosso cenário e, de como, dentro da Política de Boa Vizinhança de Roosevelt, as ações daqui eram lidas pelos irmãos do Norte. Acreditamos

que tal reflexão mereça mais acuidade deste e de outros pesquisadores, eis aqui o nosso primeiro passo.

Outro argumento que nós nos colocamos é de como a ação do constituinte e logo depois, deputado, Jorge Amado poderia ser lido pelos seus companheiros intelectuais, em especial, os escritores. Algo já se escreveu sobre a importância do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Foi à primeira manifestação pública de repúdio ao Estado Novo e que chegou ao ponto extremado de, no decorrer dos seus trabalhos, ter o lançamento de uma candidatura de oposição, a do Brigadeiro Eduardo Gomes. O Congresso, onde Jorge Amado foi o Presidente da delegação de escritores baianos, foi iniciativa, em moldes americanistas, da Associação Brasileira dos Escritores, a ABDE. Pois bem, se o primeiro Congresso foi encaminhado pelo espírito da redemocratização e de uma frente democrática, o mesmo não poder-se-á dizer do segundo Congresso. Neste fica evidente uma linha demarcada pelo estopim da Guerra Fria onde há uma fronteira clara entre os liberais e seus matizes e os comunistas.

O clima de suspeita com que Jorge Amado viveu na Constituinte e depois no exercício normal do Legislativo, iria se reproduzir até entre seus iguais, onde figuras de proa da nossa intelectualidade iriam acusar a ABDE de agir como um perigoso e suspeito aparelho do PCB. Caberia por exemplo ao vereador Astrojildo Pereira defender as normas democráticas que imperavam naquela associação que tinha em seu germe fundador, como dissemos, mais princípios associativos de modelo americano do que células vermelhas coadunadas com as ordens de Moscou. Não devemos omitir que as ações de censura e os "processos" do bloco soviético contribuíram para um clima de quebra da fraternidade dessa "confraria" onde muitos viram a anulação da individualidade do intelectual. Nessa preocupação resgatamos um outrora simpatizante do socialismo, Carlos Drummond de Andrade que vê na composição de delegados estaduais ao Segundo Congresso, um momento de embate entre o seu grupo e os "comunas". Tal clima apenas referendou, por um lado, a "caça às bruxas", por outro, um esquerdismo e todas as conseqüências funestas dessa política.

Esse contexto, por demais rico, acabou por impulsionar a pesquisa para além das fronteiras demarcadas, onde o constituinte Jorge Amado nos aparece na qualidade de legislador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- De Jorge Amado

- AMADO, Jorge. (1931), *País do Carnaval*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor.
- _____. (1933), *Cacau*. Rio de Janeiro: Ariel editora.
- _____. (1934), *Suor*. Rio de Janeiro: Ariel, editora.
- _____. (1935), *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- _____. (1936), “Literatura, Romance e Política como Resultados Sociais”, In: *Pan*, Buenos Aires, 11 de março.
- _____. (1937), *Capitães da Areia* Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- _____. (1941), *ABC de Castro Alves*. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- _____. (1942), *La Vida del Luis Carlos Prestes*. Buenos Aires: Editor Claridad.
- _____. (1945), *O Cavaleiro da Esperança*. São Paulo: Editora Martins.
- _____. (1943), *Terras do Sem Fim*. São Paulo: Editora Martins.
- _____. (1944), *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Editora Martins.
- _____. (1945), *Bahia de Todos os Santos - guia das ruas e dos mistérios da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora Martins.
- _____. (1946), *Seara Vermelha*. São Paulo: Editora Martins.
- _____. (1946), *O Partido Comunista e a liberdade de criação*. Rio de Janeiro: Ed. Horizonte.
- _____. (1946), *Homens e coisas do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Ed. Horizonte.
- _____. (1946), Referência ao Discurso de Galeno Paranhos e encaminha Requerimento. In: *Diário da Assembléia Constituinte*, 16 de março.
- _____. (1946), Discurso de análise de conjuntura de elaboração da carta constitucional. In: *Diário da Assembléia Constituinte*, 2 de agosto.
- _____. (1946), Discurso contra o despejo no Edifício Carmine Sergio. In: *Diário da Assembléia Constituinte*, 12 de setembro.
- _____. (1947), *O Amor do Soldado*. Rio de Janeiro: Editora do Povo.
- _____. (1947), “O Congresso dos Escritores Foi uma Vitória da Unidade Democrática”, In: *Literatura, II*.
- _____. (1950), *O Mundo da Paz*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

- _____ . (1954), *Os subterrâneos da Liberdade*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1956) “Uma discussão que está em todas as cabeças”. In: *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, Out.
- _____ . (1958), *Gabriela, Cravo e Canela*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1961), *Os Velhos Marinheiros*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1962), “*Casa-Grande & Senzala e a revolução cultural*”. In: Gilberto Amado et alii. *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia e sua arte. Ensaaios sobre o autor de Casa-Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura no Brasil*. Rio de Janeiro. José Olympio Editora.
- _____ . (1964), *Os Pastores da Noite*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1966), *Dona Flor e Seus Dois Maridos*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1969), *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Editora Martins
- _____ . (1969), *Tereza Batista cansada de Guerra*. São Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1976), *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1977), *Tieta do Agreste*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1979), *Farda, Fardão, Camisola de Dormir* Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1981), *O menino grapiúna* Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1984), *A bola e o goleiro*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1984), *Tocaia Grande - a face obscura* Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1986), “*Conferência de Jorge Amado*”. In: Andrade, Manuel Correia (Org.) *A constituinte de 1946*. Recife. Ed. Massangana.
- _____ . (1988), *O Sumiço da Santa*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1992), *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1994), *A descoberta da América pelos turcos*. Rio de Janeiro: Record.

2- Sobre Jorge Amado

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1979), *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- ANDRADE, Manuel Correia (Org.). (1986), *A constituinte de 1946*. Recife. Ed. Massangana.
- BRUNO, Haroldo. (1957), “O sentido da Terra na Obra de Jorge Amado”. In: *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- CÂNDIDO, Antonio. (1959), *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Martins. Formação
- CERQUEIRA, Nelson. (1988), *A política do Partido comunista e a questão do realismo em Jorge Amado*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.
- DAMATTA, Roberto. (1997), *A Casa e a Rua - Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUARTE, Eduardo de Assis. (1996), *Jorge Amado: Romance em Tempo de Utopia*. Rio de Janeiro: Record.
- FERNANDES, Florestan. (1944), “O romance Social no Brasil”, In: *Folha da Manhã*. S Paulo. 23 de julho.
- FREYRE, Gilberto. (1944) “Dois Livros”. In: *O Jornal* - Rio de Janeiro.
- GATTAI, Zélia. (1982), *Um Chapéu Para Viagem*. Record.
- _____ . (1984), *Senhora Dona do Baile*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ . (1992), *Chão de Meninos*. São Paulo: Círculo do Livro.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. (2003), *O Brasil best seller de Jorge Amado*. São Paulo: Editora Senac.
- GORENDER, Jacob. (1961), “As Novas Tendências da Obra de Jorge Amado”. In: *Novos rumos*. Rio de Janeiro, jul/ago.
- MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil. 1920-45*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL.
- RAMOS, Graciliano. (1980), “O Romance de Jorge Amado” e “Bahia de Todos os Santos”, In: *Linhas Tortas*. Rio/S. Paulo: Record.
- SANTOS, Itazil Benício dos. (1993), *Jorge Amado: Retrato Incompleto*. São Paulo: Record.
- VÁRIOS AUTORES. (1961), *Jorge Amado, 30 anos de literatura*. S. Paulo: Editora Martins.
- _____ . (1971), *Jorge Amado, 40 anos de literatura*. S. Paulo: Martins Editora.
- _____ . (1972), *Jorge Amado, povo e terra*. São Paulo: Martins.

3- Sobre Sociedade, Cultura e Política do Brasil.

- ABREU, Marcelo de Paiva. (1992), “Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus
- ALMEIDA, José Américo de. (1980), *A Bagaceira*. Rio de Janeiro. José Olympio Editora.
- ALMINO, João. (1980), *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense
- ANDRADE, Carlos Drummond de. (1971), *Reunião*. Rio: José Olympio.
- BARATA, Agildo. (1979), *Vida de um Revolucionário*. Editora Alfa Ômega.
- BASBAUM, Leôncio. (1978), *História Sincera da República*. Editora Alfa Ômega, Volumes 1, 2, 3 e 4.
- BASBAUM, Leôncio. (1978), *História Sincera da República*. Editora Alfa Ômega, Volumes 1, 2, 3 e 4.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (1985), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, Forense-Universitária, Volumes 1, 2, 3 e 4.
- BERNUCCI, Leopoldo, (1995), *A Imitação dos Sentidos: Prógonos Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*, São Paulo. EDUSP.
- BERMAN, Marshall. (1999) *Aventuras no Marxismo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (1997), *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1988), “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945- 1964)”. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.º15, outubro.
- BRUNO, Regina. (1997), *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/UFRRJ.
- CARDOSO, Ruth (org) (1986) *A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa*.
- CARONE, Edgard. (1979), *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel.
- CÂNDIDO, Antônio, (1979), “O Significado de Raízes do Brasil”. In: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, pp. XI- XXII.
- CARVALHO, Álvaro de. (1932), *Nas Vésperas da Revolução*. São Paulo, Gráfica da Revista dos Tribunais.

- CARVALHO, Maria Alice Resende de. (1998), *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ - UCAM.
- _____ . (2000), "Joaquim Nabuco e a Política". In: *Revista Tempo Brasileiro* (no. especial, organizado por Eduardo Portela e Beatriz Resende), Petrópolis, Vozes.
- CARVALHO, José Murilo de. (1998) *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- CORDEIRO, Cristiano. (1934), *A Crise Mundial do Socialismo*, Recife.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1990) *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios Sobre Idéias e Formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livro.
- CUNHA, Euclides da. (2003), *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural.
- DEAN, Warren. (1971), *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel.
- DOMINGUES, José Maurício. (1992), "A América. Intelectuais, Interpretações e Identidades". *Dados*, Vol. 35, N.º 2, pp. 267-289.
- _____ (1995), "Richard Morse and the 'Iberian-American' Path". *Revista Interamericana de Bibliografia*, Vol. 45, pp. 161-169.
- _____ (1999), *Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e a Modernidade Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- DUARTE, Nestor. (1998), *Gado Humano*. Salvador: EGBA
- EISEMBERG, José. (2003), *A Democracia depois do Liberalismo - Ensaios sobre Ética, direito e política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará
- ERICKSON, Kenneth. (1979), *Sindicalismo no Processo Político Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.
- FACÓ, Rui. (1947), "Um falso conceito da revolução brasileira". In: *A Classe Operária*, 26 de abril.
- _____ . (1948), *Classe Operária: 20 anos de luta*. Rio de Janeiro, Ed. Horizonte.
- _____ . (1983), *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FAUSTO, Boris. (1976), *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL.
- _____ . (1969), *A Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense.
- _____ . (1973), *Pequenos Ensaios de História da República: 1889-1945*. In: *Cadernos Cebrap*, n. 10.
- FERNANDES, Florestan. (1995), *A contestação necessária*. São Paulo: Ática.

- _____ . (1977), *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- _____ . (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FREIRE, Paulo. (1994), *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FREYRE, Gilberto. (1944), *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 233p. (Documentos Brasileiros, 41).
- _____ . (1950), *Quase Política: 9 discursos e 1 conferência mandados publicar por um grupo de amigos*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ . (1951), *Sobrados e Mucambos*. (2ª edição). Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ . (1951), *Nordeste*. (2ª edição). Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ . (1968), *Como Porque Sou e Não Sou Sociólogo*. Brasília: Ed. UnB.
- GOMES, Angela Maria de Castro. (1978), *Burguesia e Legislação Social no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Dissertação de Mestrado.
- _____ . (1987), *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Doutorado.
- _____ . (1992), *Trabalho e Previdência: Sessenta Anos em Debate*. Rio de Janeiro, FGV.
- GOMES, Dias. (1982), *Sucupira, Ame-a ou Deixe-a*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ . (1986), *O Pagador de Promessas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ . (1998), *Apenas um subversivo* (autobiografia). Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- _____ . (1999), *O Santo Inquérito*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. (1964), *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor.
- KONDER, Leandro. (1980), *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- LAGO, Mário. (1977) *Bagaço de Beira-Estrada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAVAREDA, Antonio. e SA, Constança Pereira de. (1990), *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro entre 1945 e 1964*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IUPERJ.
- LEAL, Victor Nunes. (1975), *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. (2002), *História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado.

- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um Sertão Chamado Brasil*, Rio de Janeiro, Revan.
- LIMA, Oliveira. (1907), *Pan-americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*, Rio de Janeiro, H. Garnier.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (1999), *A Terra Prometida*. São Paulo: Ed. Campus.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. (1967), *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel.
- _____ . (1968), *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, CEN/USP.
- MAGALHÃES, Juracy e GUEIROS, José Alberto. (1996), *O ultimo tenente*. Rio de Janeiro, Record.
- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R. e POWER, T. J. (2000), *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra.
- MARTINS, José de Sousa. (1973), *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- _____ . (1981), *Os Camponeses e a Política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes.
- _____ . (1992), *Capitalismo e Tradicionalismo - Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira ed.
- MARINHO, Ricardo. (1994), *Coivara dos Desvalidos: Francisco J. C. Dantas, O Espelho da Transição Inconclusa*. In: *Cadernos da Democracia*, Ano II, N.º 2, Abril.
- _____ . SOUZA, Vagner G. de & SILVA, Renata Bastos da. (1997), *Opinião e Revolução: as revistas de opinião no Brasil e na Ibero-América na época da Amauta*. In: *Simpósio Internacional Amauta y su Época*. Universidad Mayor de San Marcos. Lima, setembro.
- _____ . (1998), *O desbloqueio da transição bloqueada*. In: *Boletim informativo do PPS*, Brasília - DF, Ano 4, N.º 7, p. 8. Fev.
- _____ . (2002), *Gilberto Freyre Político*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. (1987), *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília, Hucitec/INL.
- _____ . (1972), et alli. *Brasil - Uma História Dinâmica*. V.2. São Paulo, Nacional.
- _____ . (1981), et alli. *A Polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC.

- _____ . et al. (1991), *O Império da Boa Sociedade: A Consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. São Paulo, Atual.
- MEDICI, Ademir. (1999) “9 de Novembro de 1947” – *A vitória dos candidatos de Prestes*. Fundo de Cultura do Município de Santo André.
- MELLO, Norma Côrtes Gouveia de. (2001), *Esperança e Democracia. As Idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.
- MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha. (1997), *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro - Tese de Doutorado, IUPERJ.
- _____ . (1994), *O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento e o Princípio da Causalidade*. In: Vera Portocarrero. *Filosofia e Sociologia da Ciência*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.
- _____ . (1991), *Ciência e Vida Pública*. In: *Presença*, N.º 17. Rio de Janeiro.
- _____ . (1991), *Pensando a Formação do Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ - Dissertação de Mestrado.
- _____ . (1989), *Os comunistas e a modernização: a crise do Jacobinismo*. In: *Presença*, N.º 13, Maio.
- MICELI, Sérgio, (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Vértice, vol. 1.
- MORAES FILHO, Evaristo de. (1952), *O Sindicato Único no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite.
- MOURA, Gerson. (1996), *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Scritta.
- MOURA, Gérson. (1991), *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- NABUCO, Joaquim, (1999), *Minha Formação*, Rio de Janeiro, Topbooks.
- _____ , (1977), *O Abolicionismo*, Petrópolis, Vozes.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (1998), *As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- _____ . (1999), “Retrato do Brasil - Paulo Prado”. In: Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil - Um Banquete no Trópico*, São Paulo, SESC, pp. 191-213.

- NOGUEIRA, Octaciano. (2005), *A Constituinte de 1946: Getúlio, O Sujeito Oculto*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1998), “Corporativismo: conceito ou emplastro?”. In *Democracia Viva*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Moderna/Ibase.
- OLIVEIRA VIANNA, F. José de, (1920), *Populações Meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 1.
- PANDOLFI, Dulci Chaves. (1983), *Consolidação e crise de uma elite política - Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, IUPERJ.
- _____. (1984), *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Secretaria da Fazenda.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), *Os intelectuais e a política: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática.
- PEREIRA, Astrogildo. (1962), *Formação do PCB*. Rio de Janeiro. Editorial Vitória.
- PEREIRA REIS, Elisa. (1980), *Sociedade agrária e regime político*. In: *Dados*, IUPERJ, Vol. 23, N.º 3.
- PRADO, Paulo. (1981) *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL
- PRADO JR., Caio. (1947), “Discurso propondo a criação de um Instituto de Pesquisa”. *Anais da Assembléia Legislativa*, vol. IV, 1ª Sessão da 1ª Legislatura, 68ª Sessão Ordinária, 2 de outubro.
- _____. (1978), *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1979), *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense. Prado Jr., Caio. (1962)
- _____. (1977) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1976) *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- REIS, Palhares Moreira. (1965), *Tendência Política da Cidade Cruel*, Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, Recife, Imprensa Universitária, Recife.
- REZNIK, Luís. (2000), *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia Política no Pós II Guerra Mundial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.

- RIBEIRO, Ivan de Otero. (1988), *Agricultura, democracia e socialismo*. Organização de Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque David. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ROCHA, Hildon. (1948), "O drama da cassação". *Revista do Congresso*. n.º 2, fev., Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, José Albertini. (1966), *Sindicalismo e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo. Difel.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1966), *Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.
- _____ . (1971), *O Sindicalismo e os Trabalhadores Industriais no Brasil*. In: *Caderno*, N.º 4, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo.
- _____ e MUNHOZ, Fábio Antônio. (1974), *Bibliografia sobre Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil*. In: *Estudos CEBRAP*, Ed. Brasiliense/Ed. CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências, N.º 7, Jan-Fev-Mar. São Paulo.
- SACHETTA, Hermínio. (1992), *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SALLUM JR, Brasília. (1996), *Labirintos - Dos Gerais à Nova República*, São Paulo, Hucitec.
- SCHWARZ, Roberto. (1977), *A lata de lixo da história*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. Reforma e Revolução. As vicissitudes
- SEGATTO, José Antonio. (1995), *Reforma e Revolução. As vicissitudes políticas do PCB - 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, Hélio. (1972), *1930 - A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª Edição.
- _____ . (1973), *1937 - Todos os Golpes se Parecem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, Renata Bastos da. (2003), *Caio Prado Jr. Na Assembléia Constituinte Paulista e o PCB*. mimeo.
- SOARES, G. A. D. (2001), *Democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1976), *Síntese de história da cultura brasileira*. São Paulo. Editora Civilização Brasileira.

- SOUZA, Jessé. (1998), A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, N.º 38, outubro.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1983) Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-64). São Paulo: Alfa-Omega.
- SOUZA FREITAS, Cláudio de. (1993), *Realidade brasileira e militância: o diálogo de Caio Prado Jr. Com o PCB*. Seropédica/Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, Dissertação de Mestrado.
- VIANNA, Luiz Werneck. [1989] [1978] (1976), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 2ª Edição em 1978 e 3ª Edição em 1989.
- _____. (1999), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 4ª Edição Revista.
- _____. (1983), *A Classe Operária e a abertura*. São Paulo, CERIFA.
- _____. (1986), *Travessia - Da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro, Taurus.
- _____. (1989), *A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (1991), *De um Plano Collor a outro*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (1997), *A Revolução Passiva - Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Revan.
- _____. (2002), et alli. *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- _____. (1998), *Weber e a Interpretação do Brasil*. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O Malandro e o Protestante: A Tese Weberiana e a Singularidade Cultural Brasileira*, Brasília, Ed. da UnB.
- _____. (1989), *Transição Política e Universidade Brasileira*. In: ANDRÉS, Aparecida. (Org.). *Ciências Humanas e Sociedade Brasileira: Um Debate na UFMG*, Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
- _____. (1978), *A Propósito de uma Apresentação*. In: Luciano Gruppi. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1974), *Sistema Liberal e Direito do Trabalho* In: *Estudos CEBRAP*, Ed. Brasiliense/Ed. CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências, N.º 7, Jan-Fev-Mar. São Paulo.

- _____ . (1977), *Leis Sociais e Demografia* In: *Estudos CEBRAP*, Ed. Brasiliense/Ed. CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências, N.º 21, Jul-Ago-Set. São Paulo.
- _____ . (1978), *O Sistema Partidário e o Partido Democrata Cristão (Nota de Pesquisa)* In: *Caderno CEDEC*, N.º 1, São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____ . (1981), *Sobre a tática e a estratégia*. In: *Voz da Unidade - Debates*, N.º 89, Suplemento, São Paulo.
- _____ . (1980), *O Problema da Iniciativa Política*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 5 de setembro.
- _____ . (1980), *A Greve do ABC e a Cidadania Operária*. In: *Voz da Unidade*, N.º 5, São Paulo, 1º de maio.
- _____ . (1980), *A Unidade do 1º de Maio é o Caminho do Futuro*. In: *Voz da Unidade*, N.º 7, São Paulo, 15 de maio.
- _____ . (1980), *Pela Política, Contra o Basismo e o Espontaneísmo*. In: *Voz da Unidade*, N.º 11, São Paulo, 12 de julho.
- _____ . (1980), *Os Empresários da FIESP e a Frente com os Liberais*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 19 de setembro.
- _____ . (1980), *A Classe Operária e os Liberais*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 10 de outubro.
- _____ . (1981), *A Criminalidade e a Democracia*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 23 de janeiro.
- _____ . (1981), *Em Direção a Uma Nova e Democrática Política Cultural*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 20 de fevereiro.
- _____ . (1981), *PCB, Ponto de Referência em Nossa História Política*. In: *Voz da Unidade*, São Paulo, 2 de abril.
- _____ . (1977), Entrevista a Jorge Escosteguy. In: *Veja*, 12 de outubro.
- _____ . (1984), *O Popular e o Operário na História Recente do PCB*. In: *Presença - Revista de Política e Cultura*, N.º 2, Fev.
- _____ . (1984), *O Problema da Ruptura*. In: *Presença - Revista de Política e Cultura*, N.º 3, Maio.
- _____ e CARVALHO, Maria Alice R. de. (1999), “A Vez da República”. In: *Insight – Inteligência*, Rio de Janeiro, Ano II, no. 8, pp. 70-79
- WEFFORT, Francisco. (1973), *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)*. In: *Estudos CEBRAP*, N.º 4, São Paulo, Abril-Junho.

- ZILLY, Berthold, (1999), “Sertão e Nacionalidade: Formação Étnica e Civilizatória do Brasil, segundo Euclides da Cunha”. In: *Estudos - Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, no. 12, pp. 5-45.

4- Bibliografia Geral

- AA.VV. (1978), *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (1992), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- AGGIO, Alberto. (1993), *Democracia e Socialismo: A Experiência Chilena*. São Paulo, UNESP.
- _____. (1997), *Revolução e Democracia no Nosso Tempo*. São Paulo - Franca, UNESP.
- _____. (1998), (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Unesp.
- ANDREUCCI, Franco. (1988) “A Difusão e a Vulgarização do Marxismo”. In: História do Marxismo. V. 2 Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ARRETICHE, Marta T. S. (1995), “Emergência e desenvolvimento do *welfare state*: teorias explicativas”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, no. 39. Rio de Janeiro: 1º semestre.
- ARRIGHI, Giovanni. (1994), *O Longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/UNESP.
- _____. (1997), *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- BABEL, Isaac. (1967) *Cavalaria Vermelha*. Porto: Portugália.
- BADALONI, Nicola. (1987), *Gramsci e a filosofia da práxis como previsão*. In: Eric Hobsbawm (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, V. X.
- _____. (1985), *Gramsci, para além de sua época e de seu país*. In: C. N. Coutinho e M.A. Nogueira (eds.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BAKHTIN, Mikhail. (1981), *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- BECKER, Harold. (1984) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BELLUZZO, Ana Maria de M. (org.). (1990), *Modernidade: Vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial/UNESP.
- BENJAMIN, Walter. (1993), *Rua de Mão Única*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense.

- _____ . (1986), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras Escolhidas, v.1).
- BERLIN, Isaiah. (1988), *Os Pensadores Russos*. São Paulo, Cia. das Letras.
- BERMAN, Marshall. (1986), *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____ . (1999) *Aventuras no Marxismo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras
- BLOCH, Marc. (1995), "Pour une histoire comparée des sociétés européennes". In *Histoire et historiens*. Paris: Armand Colin.
- BOAS, Franz. (1974), *A Franz Boas Reader: The Shaping of American Anthropology, 1883-1911* (Organização de George W. Stocking Jr.). Chicago, The University of Chicago Press.
- BOBBIO, Norberto. (1979), "Existe uma Doutrina Marxista de Estado?" In. *O Marxismo e o Estado*. São Paulo: Graal.
- _____ . (1982), *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ . (1995), *Direita e esquerda*. São Paulo, ed. UNESP.
- _____ . (1997), *Os intelectuais e o Poder*. São Paulo, ed. UNESP.
- BODEI, Remo. (1986) *Estratégias de Individuação*. In: *Presença*, N.º 8, Rio de Janeiro, Agosto.
- BOSI, Alfredo. (1998), *Uma Grande Falta de Educação*. In: *Praga*, N.º 6, setembro, Hucitec, São Paulo.
- _____ . (1990), *Mariátegui: a vanguarda enraizada*. In: *Nossa América. Revista do Memorial da América Latina*. São Paulo, n. 3, p. 3 – 11, jul/ago.
- _____ . (1975), "*O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci*". In: *Debate e crítica*. São Paulo, N.º 6, p. 105-13.
- _____ . (1992), *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1974) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ . (1989), *O Poder Simbólico*. São Paulo, Bertrand do Brasil.
- _____ . e Loic Wacquant (2002), "A redução da política", in *Folha de São Paulo*, domingo, 3 de fevereiro.
- BOURDIEU, Pierre (1996), *As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMPOS, Francisco Itami & FERREIRA, Denise Paiva. (1994), *Mundo rural, cidade pequena e voto conservador*. Goiânia, Cadernos de Pesquisa do ICHL/UFG.

- CARDOSO, Fernando Henrique. (1974), *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, Josué de. (1967), *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense.
- CERRONI, Umberto. (1979) "Existe uma Ciência Política Marxista?" In. *O Marxismo e o Estado* (vários autores) Rio de Janeiro: Graal.
- _____ . (1993), *Política*. São Paulo, Brasiliense.
- CORWIN, Edward S. (1941), *The Constitution and what it means today*. Princeton: Princeton University Press.
- _____ . (1986), *A constituição norte-americana e seu significado atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DAHL, Robert. (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo, EDUSP.
- DEUTSCHER, Isaac. (1991), *Marxismo, guerras e revoluções*. Rio de Janeiro, Ática.
- DOMINGUES, José Maurício. (1993), "Globalização, sociologia e cultura". *Contexto Internacional*, 15.
- _____ (2001), *A sociologia de Talcott Parsons*. Niterói, EDUFF.
- _____ (2001), "Modernidade, Complexidade e Articulação Mista". *Dados*, Vol. 44, N.º 2.
- ELSTER, Jon. (1995), *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará.
- _____ . (1989), *Marx Hoje*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- _____ . (1990), *Reflexão sobre a Transição ao Socialismo*. In: *Lua Nova*, N.º. 22, dez.
- EHRENBURG, Ilya. (1932), *As aventuras de Júlio Jurenito*. Prefácio de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- FERREIRA, Oliveiros S. (1986), *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. São Paulo-Brasília, Hucitec-Editora da UnB.
- FRIAS, Heriberto. (1899) *Tomochic*. Barcelona/Buenos Aires: Ed Maucchi.
- FUENTES, Carlos. (1992), *El Espejo Enterrado*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- FURET, François. (1989), *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FURTADO, Celso. (1998), *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAY, Peter. (1995), *O cultivo do ódio. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das Letras.

- GERMANÁ, César. (1995), *El “socialismo indo-americano” de José Carlos Mariátegui*. Lima: Amauta. (Série Centenário).
- _____. (1977), *La polémica: Haya de la Torre - Mariátegui: Reforma en el Perú. Cuadernos de Sociedad y Política*. n. 2. Lima, nov.
- GERRATANA, Valentino. (1991-1992), *A reforma gramsciana da política*. In: *Presença*. Rio de Janeiro, 17, nov. 1991/mar. 1992.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP.
- _____. (1992), *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, UNESP.
- GOLD, Michael. (1934), *Judeus sem Dinheiro*. São Paulo: Cultura Brasileira.
- GOODWIN, Doris Kearns. (2001), *Tempos Muito Estranhos - Franklin e Eleanor Roosevelt: o front da Casa Branca na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GRAMSCI, Antonio. (2002) [2001] [2000] [1999], *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1966), *Cartas do cárcere*. Seleção, tradução e apresentação de Noémio Spínola. Contracapas de Roberto Pontual. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1968), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1968), *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1975), *Quaderni del carcere*. Edição crítica de V. Gerratana, Torino, Einaudi.
- _____. (1978), *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, Tradução de Manoel Cruz.
- _____. (1978), *A Concepção Dialética da História*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1991), *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1987), *Novas cartas de Gramsci (e algumas cartas de Piero Sraffa)*, Prefácio de Nicola Badaloni. Contracapas de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- _____ . (1987), *A questão meridional*. Introdução e seleção de Franco de Felice e Valentino Parlato. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ . (1981), *Conselhos de fábrica*. Introdução de A. Leonetti. Tradução de Marina B. Svevo. São Paulo, Brasiliense.
- _____ . (1974), *Pasado y Presente*. Buenos Aires, Granica.
- _____ . (1974), *El Risorgimento*. Buenos Aires, Granica.
- _____ . (1990), *Algunos Temas sobre la Questión Meridional*. In: *Escritos Políticos (1917-1933)*, 4ª edição, México, Siglo Veintiuno.
- GRUPPI, Luciano. (1978), *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo, Graal.
- GOLDMAN, Lucien. (1976) *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GULLAR, Ferreira. (1998), *Rabo de Foguete - os anos de exílio*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____ . (1998), Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*. N.º 6, São Paulo, Instituto Moreira Salles, Setembro.
- _____ . (1989), *Indagações de Hoje*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ . (1989), *A Estranha Vida Banal*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- HABERMAS, Jürgen. (1968), "Conhecimento e Interesse", in W. Benjamin et alii, *Os Pensadores*. São Paulo, Abril.
- _____ . (1968), "Técnica e Ciência como Ideologia", in W. Benjamin et alii, *Os Pensadores*. São Paulo, Abril.
- _____ . (1983), *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
- HAMILTON, Alexander, MADISON, James & JAY, Jason. (1984) *O Federalista*. Brasília: Ed UnB.
- HARDMAN, Francisco Foot. (1991), "Gramsci e a literatura". In: *Artéria*. Santos, 3: 99-104, ago.
- HAUPT, George. (1985), "Por que a História do Movimento Operário?". In: *Revista Brasileira de História*. N.º 10, São Paulo, ANPUH/Marco Zero.
- HAYEK, Friedrich (1977) *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo.
- HILL, Christopher. (1987), *O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____ .(1977), *Lenin e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Zahar editor.
- HOBBSBAWN, Eric. . (2002) *Tempos Interessantes - Uma Vida no Século XX*. São Paulo: Cia das Letras.

- _____. (1985), *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1990), *Nações e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 - _____. (1991), *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos, 1977-1985*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 - _____. (1989), *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 - _____. (1995), *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das Letras.
 - _____. (1999) Entrevista a William Waack. In: *Época*, Ano I, N.º 39, Sexta-Feira, 15 de fevereiro.
 - _____. (1998), *Sobre História*. São Paulo, Cia. das Letras.
 - _____. (1998), *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo, Paz e Terra.
 - _____. (1995), *O Presente Como História: Escrever a História De Seu Próprio Tempo*. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 43, nov. pp. 103-112.
 - _____. (1975), *O grande Gramsci, das lutas à prisão*. In: *Cadernos de Opinião*, 1. Rio de Janeiro.
 - JENKIS, Lord Roy. (2005), *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
 - KONDER, Leandro. (1988), *O que é Dialética*. 18ª edição, São Paulo, Brasiliense.
 - _____. (1988), *Walter Benjamin: O Marxismo da Melancolia*. Rio de Janeiro, Campus.
 - _____. (1967), *Gramsci*. In: *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 - _____. (1984), *Gramsci e os caçadores de dissidentes*. In: *O marxismo na batalha das idéias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
 - _____. (1980) *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Graal.
 - LASCH, Christopher. (1999) *A Mulher e a Vida Cotidiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
 - _____. (1997) *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro.
 - LENINE, V. I. (1979), *Que fazer?* In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-ômega.
 - _____. (1979), *Um passo à frente, dois para trás*. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega.

- _____ . (1979), *Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-ômega.
- _____ . (1979) *La literatura y el arte*. Moscú: Editorial Progreso
- _____ . (1983), *Aliança da Classe operária e do Campesinato*. Moscou, Ed. Progresso.
- _____ . (1979), *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática Russa*. In: *Obras Escolhidas*, Vol. 1, São Paulo, Alfa-Ômega.
- _____ . (1978), *Democracia Obrera y Democracia Burguesa*. In: *Obras Completas*, Tomo 8, México, Ediciones Salvador Allende, Segunda Edición Corregida y Aumentada.
- LOBO, Eulália H. L. (Coord.). (1992), *Rio de Janeiro Operário*. Rio de Janeiro, Access Editora.
- LOJKINE, Jean. (1990), *A Classe Operária em Mutação*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- LOSURDO, Domenico. (1993), *Democrazia o bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*. Torino: Bollati Boringhieri.
- LOWY, Michael. (2002) *A Estrela da Manhã – Surrealismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAGALHÃES, Antonio Carlos. (1995) *Política é paixão*. Rio de Janeiro: Revan.
- MANNHEIM, Karl. (1962), *O Homem e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ . (1972), *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo, ed. Mestre Jou.
- _____ . (1979), *Ideologia e Utopia*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar.
- MANOÏLESCO, Mihail. (1939), *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. (1975), *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo, Alfa-ômega.
- _____ . (1986), *Heterodoxia de la tradición*. In: *Peruanicemos al Peru*. 10ª edição, Lima, ed. Amauta.
- _____ . (1987), *La Escena Contemporanea*. 14ª ed. Lima: Amauta. (Ediciones Populares de las Obras Completas de José Carlos Mariátegui, 1).
- _____ . (1988), *El Alma Matinal y Otras Estaciones del Hombre de Hoy*. 11º ed. Lima: Amauta. (Ediciones Populares de las Obras Completas de Jose Carlos Mariátegui, 3).

- MARINHO, Ricardo. SOUZA, Vagner G. de & ESTRELLA, Rodrigo. (1997), *Nietzsche después de Mariátegui*. In: *Boletim informativo Amauta y su Época*, n 2. Lima, mar. Ano II. p. 11.
- _____. (1996), *Ator, Tempo e Processo de Longa Duração na Polêmica de Mariátegui com Haya de La Torre*. In: *Ensaio de História*. Franca, V. 1 N.º 2. p. 131-140.
- _____. e SPINELLI, Pablo De Las Torres. (1996), *O Ocidente segundo Mariátegui*. In: *Seminário dos 70 anos da Revista Amauta*. Casa Sur. Lima, set.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1979), *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-ômega.
- _____.: Einleitung zu Marx' "Klassenkämpfe in Frankreich", in: Karl Marx – Friedrich Engels Werke, Bd. 22, Dietz Verlag, Berlin, 1963, pp. 506-527.
- _____. (1979), *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-ômega.
- _____. (1979), *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-ômega.
- _____. (1993), *A Burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo, Ed. Ensaio, (3ª Edição).
- _____. (1961), *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. Londres, janeiro de 1859. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. Em três volumes. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 2ª edição.
- MAYER, Arno. (1987), *A Força da Tradição: Persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. (1995), *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*, in: *Estudos - Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, N.º 4, Julho.
- MELLO, Alex Fiúza de. (1996), *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo, Cortez.
- MERQUIOR, José Guilherme et alli. (1998), *O Liberalismo Social - Uma Visão Histórica*. Brasília: Ohno Editor/Instituto Tancredo Neves.
- _____. (1987), *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MILLER, Arthur. S.d. *Focus*. São Paulo: Círculo do Livro.
- MOORE Jr, Barrington. (1983), *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia - Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- MORSE, Richard. (1988), *O espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NEUMANN, Sigmund. (1965), *Partidos políticos modernos*. Madrid, Editorial Tecnos.

- OFFE, Claus. (1989), *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
- _____ e RONGE, Volker. (1984), “Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista”. In OFFE, Claus (org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,
- PAMPLONA, Marco Antônio V. (1984) *Educação e Política: Gramsci e o Problema da Hegemonia*. In: *Cadernos CEDES*, São Paulo, n. 3, s.d. 56 p.
- POLANYI, Karl. (1980), *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- PORTELLI, Hughes. (1978), *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1984), *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo, Paulinas.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAMA, Angel. (1985) *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1991), *O Declínio do Sindicalismo Corporativo*. Rio de Janeiro, IBASE, 1991.
- _____. (1990), *Partidos e Sindicatos*. São Paulo, Ática.
- _____. (1970), *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- _____ & CARDOSO, Adalberto Moreira. (1993), *Força Sindical: Uma Análise Socio-Política*, São Paulo, Paz e Terra.
- ROSSELINI, Roberto. (1992) *Fragmentos de uma Autobiografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ROTH, Philip. (2000) *Casei com Um Comunista*. São Paulo: Cia das Letras.
- ROUILLON, Guillermo. (1975), *La creación heroica de José Carlos Mariátegui*. Tomo I. Lima: Arica.
- ROWLAND, Robert. (1974), *Classe Operária e Estado de Compromisso*. In: *Estudos Cebrap*, n. 8, Abril/Junho.
- SAID, Edward W. (1990), *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. (1998) *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- SANTOS, Raimundo. (1996), *Modernização e Política*. Rio de Janeiro, EDUR/Forense Universitária.
- _____. (1996), (Org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro, EDUR.

- _____ . (1992), *O Pecebismo Inconcluso*. Rio de Janeiro, EDUR.
- _____ . (1988), *A Segunda Renovação Pecebista*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- _____ . (1996), *Política e cultura política: um estudo sobre o MDB* In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N.º 7, dezembro. Rio de Janeiro, CPDA da UFRRJ.
- _____ . (1997), *Trajetórias Contemporâneas* In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N.º 8, outubro. Rio de Janeiro, CPDA da UFRRJ.
- _____ . (1998), *Relembrando uma Política*. In: *Ulysses*, Ano III, N.º 31, Brasília, junho.
- SARAMAGO, José. (1998), “Chega-se a Marte, mas não ao semelhante”. In: *Folha de São Paulo*, 13/12, pp. 1-15.
- SARAMAGO, José. (1997) *O Ano da Morte de Ricardo Reis* São Paulo: Cia das Letras.
- SARMIENTO, Domingo F. (1997) *Facundo – civilização e barbárie*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- SARTORI, G. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- SARTRE, Jean Paul *et alli*. (1969) *Cadernos de Literatura _ Romance e realidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- SCHMITTER, Phillipe. (1974), “Still the century of corporatism?” In PIKE, Frederick e STITCH, Thomas (orgs.). *The new corporatism. Social-political structures in the Iberian world*. Londres, Notre Dame: University of North Dame Press.
- SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da. (1998), *A Justiça e a Construção do Espaço Econômico: Uma Breve Análise sobre o Tratamento Dispensado por Hayek e Keynes ao Tema da Justiça junto à Economia*. (Tese de Mestrado), Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ.
- SILVA, Renata Bastos da & MARINHO, Ricardo. (1998), *A Crítica da Economia de Keynes na Política de Mariátegui*. In: *Anais do IIIº Encontro da ANPHLAC*. USP. São Paulo.
- SIMÃO, Aziz. (1966), *Sindicato e Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, USP/Dominus.
- SINGER, Paul. (1986), *A Formação da classe operária*. 3ª edição, São Paulo, Atual; Campinas, Ed. UNICAMP.
- STRADA, Vittorio. (1985), Da “Revolução Cultural” ao “Realismo Socialista”. In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol. 9.
- _____ . (1985), Do “Realismo Socialista” ao “zhdhanovismo”. In: *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol. 9.

- THOMPSON, E. P. (1987), *A Formação da Classe Operaria Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ . (1998), *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- _____ . (1987), *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1979), *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília, ed. UNB.
- _____ . (1992), *A Democracia na América*. SP, Editora Martins Fontes.
- TOGLIATTI, Palmiro. (1946), *Rinovare l'Italia*. Roma, ed. L'Unitá.
- _____ . (1980), *Socialismo e Democracia - Obras escolhidas (1944/1964)*. Rio de Janeiro, Ilha, edições Muro.
- TROTSKY, Leon (1969), *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- TURNER, Jonathan H. e TURNER, Stephen P. (1990), *The Impossible Science: An Institutional Analysis of American Sociology*. Los Angeles, Sage Publications.
- VACCA, Giuseppe. (1996), *Pensar o Mundo Novo - Rumo à Democracia do Século XXI*. São Paulo, Ática.
- VELHO, Otávio. (1976), *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, DIFEL.
- VENTURI, Franco. (1981), *El Populismo Ruso*. Madrid, Alianza.
- WEBER, Max. (1958), *Politics as vocation*. In: H. H. Gerth e C. W. Mills (eds.). *From Max Weber essays on Sociology*. Nova York, Oxford University Press.
- _____ . (1992), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- _____ . (2002), *Sociologia da Imprensa: Um programa de pesquisa*. In: *Lua Nova*, N.º 55-56. Editora CEDEC.
- WEFFORT, Francisco. [et all.] (1991), *A Democracia como Proposta*. Rio de Janeiro, IBASE.
- _____ . (1965), *Raízes Sociais do Populismo em São Paulo*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, maio.
- _____ . (1972), *Sindicato e Política*, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- WELLES, Benjamin Sumner. (1944), *The world of the four freedoms*. Rio de Janeiro: Empresa Grafica "O Cruzeiro".
- _____ . (1946), *Roteiro para a paz*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica "O Cruzeiro".
- WILLETT, John. (1985), *Arte e Revolução*. In. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol. 9

5- Jornais, Periódicos & Outros Documentos.

5.1- Jornais e Periódicos

- *Caros Amigos* - vários números.
- - *DADOS - Revista de Ciências Sociais* - Rio de Janeiro, vários números.
- *Época* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- *Estudos Cebrap* - São Paulo, várias edições, vários números.
- *Estudos - Sociedade e Agricultura* - Rio de Janeiro, vários números.
- *Folha da Tarde* - São Paulo, várias edições, vários números.
- *Folha de São Paulo* - São Paulo, várias edições, vários números.
- *Isto É* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- *Lua Nova* - São Paulo, várias edições, vários números.
- *Novos Estudos CEBRAP* - vários números.
- *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- - *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* - vários números.
- *O Estado de São Paulo* - São Paulo, várias edições, vários números.
- *O Globo* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- *Presença* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- - *Veja* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- *Voz da Unidade* - Rio de Janeiro, várias edições, vários números.
- *A Bahia* - Salvador, várias edições, vários números.
- *Correio de Notícias* - Salvador, várias edições, vários números.
- *Diário da Bahia* - Salvador, várias edições, vários números.
- *Diário de Notícias* - Salvador, várias edições, vários números.
- *Jornal de Notícias* - Salvador, várias edições, vários números.